



Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social



Monografia

Ana Caroline Silva

A velhice da mulher da classe trabalhadora: relações sociais de sexo, raça e  
patriarcado no capitalismo contemporâneo

Mariana - MG

2024

Ana Caroline Silva

A velhice da mulher da classe trabalhadora: relações sociais de sexo, raça e patriarcado no capitalismo contemporâneo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientador (a): Virgínia Alves Carrara

Mariana – MG

2024

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586v Silva, Ana Caroline.  
A velhice da mulher da classe trabalhadora [manuscrito]: relações sociais de sexo, raça e patriarcado no capitalismo contemporâneo. / Ana Caroline Silva. - 2024.  
92 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. VIRGÍNIA ALVES CARRARA.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. Envelhecimento. 3. Trabalhadores. 4. Trabalho. 5. Velhice. I. CARRARA, VIRGÍNIA ALVES. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário Coord. ICSA/UFOP-  
CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Caroline Silva

**A velhice da mulher da classe trabalhadora: relações sociais de sexo, raça e patriarcado no capitalismo contemporâneo**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 16 de fevereiro de 2024

### Membros da banca

Dra. Virgínia Alves Carrara - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Ms. Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Prefeitura Municipal de Mariana  
Bacharel em Serviço Social Nadia Murta Cardoso - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Virgínia Alves Carrara, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Alves Carrara, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/02/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0670672** e o código CRC **6E893310**.

*“Prefiro queimar o mapa. Traçar de novo a estrada. Ver cores nas cinzas. E a vida reinventar (Triste, Louca Ou má - Francisco el Hombre).”*

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida. Que prazer o meu ter vindo à Terra. Ele me conhece tanto, meu despertar e quando vou deitar, até no dia em que fui feita: os olhos dele já me viram muito bem. E para onde eu correria em todas as aflições que passei até aqui? distante dos teus olhos, Pai, não há lugar!

À minha mãe: seu colo continua sendo meu refúgio. Meu maior presente é ser sua filha. Não à toa, desde pequena me tomei pela meta diária de aproveitar cada segundo dessa maravilha que é você. Deve ser por isso o meu tamanho zelo, apreço, amor, carinho e, meu cuidado, ambas qualidades inspiradas na senhora. Quantas noites mal dormidas, planos mirabolantes, prantos e risos, na busca por saídas para as tantas dificuldades que já passamos juntas! O mundo acadêmico é incrível, mãe, obrigada por ter me proporcionado essa oportunidade. No entanto, o saber maior do que este que pude colher e que nenhum título acadêmico tirará de mim: é sua história, sua educação, seu enorme coração e bondade, são frutos especiais para mim, e para meus irmãos que se formaram também grandes homens e mulheres para o mundo.

Esse trabalho, é você, mãe! Espero com ele dar voz para as muitas Mariângelas que existem neste mundo.

Ao meu pai (in memoriam) sei que mesmo não estando presente, você estaria feliz por este momento: essa conquista também é por você. À minha família como um todo que de alguma forma, também me apoiou nessa jornada. Vir da onde nós somos, implica muita resistência para mim, com certeza me fiz forte pelo apoio de cada um de vocês.

Ao meu namorado (Pedro), por todo colo, conselhos, e muito amor. Você se fez morada de paz pra mim em cada instante de dificuldade e alegria durante esse tempo juntos. A você todo meu amor.

Aos meus sogros: o meu muito obrigada! só consigo enxergar as mãos de Deus por ter colocado vcs no meu caminho. Tive o privilégio de ter uma segunda família, mesmo longe de casa.

À minha professora e orientadora deste trabalho: Virgínia Alves Carrara, por ter me feito capaz até aqui. Se hoje eu carrego a certeza de que usufrui com qualidade à ufop: É graças a você. Ser sua bolsista é sinônimo de oportunidade. Como sou grata por ter trilhado cada etapa de nossos encontros, estudos e debates. Ser pesquisadora se tornou um alvo muito certo para mim, pois você foi e ainda permanece sendo minha maior inspiração! Espero um dia espelhar os frutos de todo seu esforço sobre mim.

O ensino superior público proporcionou à minha família a quebra de um ciclo, hoje abro

portas para uma nova história de possibilidades. O direito ao acesso à educação superior gratuita, começa e não se finda aqui para nós. O meu muito obrigada à Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino e estrutura de qualidade. Aos professores do Departamento de Serviço Social: quanto empenho, conhecimento e comprometimento demonstraram para mim nestes anos. Em especial, aos docentes: Virgínia Carrara, Marina Reis, Cristiane Tomaz, Sheila Dias e Claudio Horst – continuarei dizendo com orgulho que fui instruída por vocês! Gratidão.

Ao CNPQ, PIBIC e PIP: quantas oportunidades me foram abertas graças às bolsas de iniciação científica. Continuarei prezando pela luta por maiores investimentos e resistência para a educação pública.

Às minhas amigas de graduação (Panelinha): Ana Beatriz, Luisa Duarte e Mariana Gonçalves - gostaria que todo mundo tivesse pelo menos um pouco da amizade que construí com vocês. Como foi dura nossa caminhada até aqui, quantas vezes me vi sem chão, e ainda sim, tinha vocês! Que orgulho de nós e do quanto nos dedicamos e gostamos do que fazemos. Sou muito sortuda por ter feito parte disso com vocês.

À minha amiga Maria Gabriela: obrigada por tudo! Nas alegrias, aventuras e tristezas: lá estava você! como sou grata por ter trilhado seu caminho, amiga. Nossa amizade não se finda aqui com este ciclo, levarei ela comigo por onde eu estiver.

À república Minamora: o meu eterno carinho e gratidão! Nosso encontro nada mais significa para mim do que a beleza do acaso! Quem diria que nos dois últimos anos de graduação, encontraria um lar, uma família. À Arrasô, Damamãe, Lego, Sap, 2flex, Réveillon e Peperview: dentro de tantas diferenças, nos tornamos essa preciosa unidade. Presente que é caro demais para mim! Só vivendo aí é que pude me tornar melhor para o mundo! Nossa história realmente apaixonou e continuará me guiando agora como ex-aluna.

À minha supervisora de campo/estágio: Nádia Cardoso: reconheço minha sorte de ter tido você nesse período de aprendizagem. Posso dizer com orgulho que aprendi com qualidade, humanidade e competência o que é o exercício profissional do Assistente Social. Mesmo nos dias difíceis de trabalho, me admirei com seu compromisso ético-político e humano de lidar com todas as adversidades.

Por último e não menos importante, agradeço a mim mesma. Apesar de ter sido criada em um lar de mulheres, por vezes me esqueci de minha própria essência e força, ensinadas em casa. Mesmo assim, lá estava eu, sempre buscando levantar de novo e não deixar de levar comigo minha história que tanto me orgulho. O resultado disso, não se resume a este trabalho somente, mas também inclui minha chegada até a Universidade, as oportunidades que abracei no meio disso, e do quanto me dediquei nas notas e aprendizado neste curso.

No final de tudo, daquele dia ruim, dos “nãos” que levei da vida, ou de uma graduação difícil: faço deste trabalho uma resposta de que aproveitei todo apoio daqueles que compõem quem eu sou. Às mulheres desta minha caminhada até aqui: nunca foi obrigação sua, não era/é natural tudo que nos exigem ser.

## RESUMO

Esta monografia tem por objetivo estudar o aumento da expectativa de vida das mulheres trabalhadoras, a velhice feminina no contexto de exploração e divisão sexual e racial do trabalho. Para estudar a temática central do presente estudo, foram traçados os seguintes objetivos: analisar as condições de vida da mulher da classe trabalhadora, na fase da velhice, a fim de identificar quais são os determinantes que atravessam o seu cotidiano em relação aos limites para desfrutar da fase da vida de inatividade laboral. E, em específico: analisar qual o papel/lugar da mulher idosa da classe trabalhadora no processo de produção e reprodução da relação social no capitalismo; Identificar como a mulher idosa da classe trabalhadora experimenta essa nova fase de sua vida de inatividade laboral/de aposentadoria, um tempo de não exploração do trabalho; Verificar se a mulher da classe trabalhadora mesmo aposentada segue trabalhando em casa, um trabalho não remunerado e explorado. A metodologia proposta para este trabalho recorreu à análises de fontes bibliográficas sobre a temática de envelhecimento, indissociável da reflexão racial, da relação de gênero e patriarcal na construção das relações sociais na sociedade capitalista marcada pela divisão sexual no mundo do trabalho. No primeiro momento do estudo será realizada uma revisão da literatura sobre a temática. Para a pesquisa bibliográfica, foi buscado nos Anais dos dois últimos Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) - 2018 e 2022 - e na Revista Temporalis (2014 - 2023) os trabalhos que abordavam a temática em tela. É uma pesquisa de análise qualitativa que objetiva investigar se nestes materiais as condições de vida da mulher da classe trabalhadora na fase da velhice, são abordadas, com foco no momento em que esta mulher com idade e direito para aposentar segue trabalhando e cuidando da manutenção da casa, mesmo após se aposentar.

**Palavras-chave:** Velhice; Mulher; Envelhecimento; Classe trabalhadora; Capitalismo; Trabalho.

## ABSTRACT

This monograph aims to study the increase in life expectancy of working women, female old age in the context of sexual and racial exploitation and division of labor. To study the central theme of this study, the following objectives were outlined: to analyze the living conditions of working class women, of old age, in order to identify which are the determinants that cross their daily lives in relation to the limits to enjoy the stage of life inactivity. And in particular: to analyse the role/place of the elderly working-class woman in the process of production and reproduction of the social relationship in capitalism; Identify how the old working class woman experiences this new phase of her life of inactivity/retirement, a time of non-exploitation of work; Check whether the working class woman even retired continues working at home, unpaid and exploited work. The methodology proposed for this work was used to analyze bibliographic sources on the theme of aging, inseparable from racial reflection, the relationship of gender and patriarchal in the construction of social relations in capitalist society marked by the sexual division in the world of labor. In the first phase of the study will be performed a review of the literature on the subject. For the bibliographical research, it was searched in the Annals of the last two National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS) - 2018 and 2022 - and in the Temporalis Journal (2014 -2023) the works that addressed the theme on screen. It is a research of qualitative analysis that aims to investigate whether in these materials the living conditions of working class women in the are addressed, focusing on the moment when this woman with age and right to retire continues working and taking care of the maintenance of the house, even after retiring.

**Keywords:** Old age; Woman; Aging; Class works

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL, RACIAL E DE CLASSE</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Os Fundamentos do trabalho e a desigualdade social no sistema capitalista</b>	<b>12</b>
<b>1.2 O Capital na América Latina: capitalismo dependente, racista e patriarcal</b>	<b>22</b>
<b>1.3 O lugar da mulher na estrutura patriarcal, racista e desigual na sociedade brasileira</b>	<b>28</b>
<b>1.4 - A intervenção do Estado na extrema pobreza: o nascimento e a atuação do Serviço Social no Brasil</b>	<b>34</b>
<b>2. ENVELHECIMENTO: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DESTE FENÔMENO NA CLASSE TRABALHADORA FEMININA NO BRASIL</b>	<b>38</b>
<b>2.1 A relação do Brasil e o envelhecimento</b>	<b>38</b>
<b>2.2 Recorte racial e de gênero sobre o envelhecimento</b>	<b>49</b>
<b>3. Uma aproximação aos estudos sobre envelhecimento das mulheres e o Serviço Social</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho tem por motivação o percurso que mais guiou minha formação enquanto mulher e estudante: a história de Mariângela Silva, que aos 68 anos segue sendo força e exemplo para quem precisa, especialmente para mim. Desde adolescente, por ter em casa essa referência e representação de mulher, posso dizer que construí, a partir das experiências vividas em casa e no processo de minha subjetividade, um caminho de desconstrução de padrões de comportamento do lugar da mulher na sociedade. No período escolar, aprendi que na história das relações sociais, uma mulher ideal, era aquela feita de renúncias. Pensava que um passado assim, ainda que recente, não poderia mais representar um alvo a ser combatido pela luta e resistência feminista.

Minha geração vibra defender o discurso: “lugar de mulher é aonde ela quiser”. Este era o que motivava as inquietações diárias em meus pensamentos, já que em casa, a história era

outra, e não podia ser outra sendo inúmeras as companheiras que compartilham comigo esta determinada experiência.

Mariângela é referência familiar de um núcleo com seis filhos. Logo, minha residência sempre foi palco de vivências postas pela dinâmica de uma mãe solo. As jornadas de trabalho extensas para o sustento familiar, os afazeres de casa, a educação e o cuidado dos filhos, certamente eram fatores que muitas vezes se sobrepunham a outras vontades que fosse direito dela e de toda figura materna nesta situação. Mesmo quando eu não tinha esta compreensão crítica desenvolvida, todos os dias que eu chegava da escola e observava o cotidiano de minha mãe que, mesmo aposentada, vivia trabalhando em casa, me fazia questionar se este era o lugar que realmente ela gostaria de estar.

Posso dizer que, as memórias desencadeadas por esta realidade familiar mencionada, contribuíram para que, a recorrência de demandas apresentadas por mulheres sobrecarregadas, passasse a significar para mim, mais do que um público assistido pelo equipamento Centro de Referência da Assistência Social - CRAS -, no qual me inseri enquanto estagiária. Essa instituição, inscrita na Política de Assistência Social, busca atender, dentro dos limites “paliativos”, a viabilização de direitos que compensem a desproteção social e econômica perpassada pela classe trabalhadora. A disponibilização de cestas básicas e auxílios de transferência de renda são alguns dos serviços ofertados, a partir ainda de avaliações e critérios socioeconômicos. Para as mulheres na posição de população atendida por esta política, desempenhar a função doméstica do lar como parte de sua rotina, envolve mais do que gerenciar a manutenção da casa. Cabe exercer ainda, a sustentação das pessoas que residem juntas, contando com recursos precários advindos não só dos baixos salários de suas e seus membros, como também de suas parcas aposentadorias, não raras vezes sendo necessário se inserir em algum posto de trabalho, para complementar a renda familiar, e ainda pela ínfima efetividade de acesso à direitos sociais pelas políticas públicas.

Não por acaso, os estudos<sup>1</sup> e reportagens<sup>2</sup> que apresentam o envelhecimento como a fase de se aproveitar e desfrutar de todos “prazeres” da vida “sem trabalho”, ainda me causam incômodo. O discurso e normativas legais que centralizam a responsabilização dos membros

---

<sup>1</sup> Conferir em: Ciclos de vida e ética do envelhecimento - Temas em Educ. e Saúde: A Etapa intermediária, viver, envelhecendo na vida, trabalhar, constituir família e produzir. Elege-se sempre as prioridades para que ao aposentar-se, possa curtir a vida e ousar a viver, o processo de envelhecimento com experiências e sentimentos ampliados e misturados à aprendizagem que foram sendo construídos (...). Disponível em: [Vista do Ciclos de vida e ética do envelhecimento \(unesp.br\)](https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/vida-renasce-aos-60/) Acesso em: 28/06/2023.

<sup>2</sup>Para mais, consultar “A vida renasce aos 60”. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/vida-renasce-aos-60/> Acesso em: 28/06/2023.

familiares em assistir o direito à qualidade de vida deste público, sempre motivou o sentimento de culpa entre minha família que, assim como a grande parcela da população brasileira, não apresenta condições econômicas e sociais para cumprir com este “dever” moral.

No campo de estágio, observei esta mesma dificuldade entre a maioria das famílias acompanhadas pelo CRAS. A ausência de uma moradia própria e em boas condições, acesso ao salário mínimo que não garante as necessidades humanas básicas para a subsistência no Brasil e o abandono do genitor na paternidade responsável dos filhos, são apenas alguns dos pontos que caracterizam a “impotência” sentida por estas usuárias na tentativa falha de garantirem a proteção da velhice com qualidade para si ou para os membros de seu núcleo. Netto (1996, p.32) é enfático ao afirmar que “o que escapa à consequência da esfera pública torna-se campo privilegiado de vigência”. Logo, o Estado ao transformar as *múltiplas expressões da questão social*, em problemas sociais, não só transfere sua obrigatoriedade para o campo da individualização de negligências públicas, a exemplo da ausência de um amparo eficaz ao idoso, como ainda, cria bases para a permanência desta estrutura e a dominação de uma classe sobre a outra. A disparidade de gênero certamente se configura como um veículo ideal de permanência e modernização desta ordem. Na obra “A origem da família, propriedade privada e Estado”, Engels (1884) nos retrata que o casamento pode ser considerado como a primeira propriedade privada.

Ora, é próprio do modelo patriarcal a submissão da figura feminina para com o homem, o capitalismo nos evidenciou com sua história e atuação, que ele aprofunda as opressões de gênero na sociedade sendo principalmente por meio do patriarcado, que já existia mesmo antes deste sistema do capital. Em Saffioti (2015, p.60) temos alguns elementos que podem descrever mais o que implica esta relação: “3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. Para além de sua influência na sociedade civil, o direito patriarcal também configura uma estrutura de poder assegurado pelo Estado (Saffioti, 2015, p.135).

No processo de sustentar esta imposição, em todas as esferas sociais se consolidaram espaços para padrões de controle sobre a mulher, seu corpo e vivência. A exploração de trabalho, extensão laboral em casa, feminização da pobreza e dentre tantas outras formas que exemplificam este panorama, podem ser considerados como determinantes para que o envelhecimento entre homens e mulheres, não apresentem as mesmas questões e particularidades. De acordo com um levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os afazeres não remunerados seguem sendo parte do

cotidiano das mulheres brasileiras, sendo gasto um tempo de até quatro vezes a mais do que os homens nesta tarefa (Ocde, 2020, *apud* Rioto et al. 2021, p.166). Além disso:

Um estudo feito pela OMS revela que embora as mulheres tenham uma esperança de vida maior que a dos homens, a proporção de anos vividos com doença também é maior (Chaimowicz, 2006, *apud* Lima; Bueno, 2009, p.276).

Sem dúvida, os inúmeros avanços sanitários, científicos e sociais tiveram contribuição fundamental para que a atual explosão demográfica, representasse pauta de preocupação para a necessidade de um planejamento econômico-político, incidindo na ampliação da longevidade no país, especialmente das mulheres. Estudar o aumento da expectativa de vida das mulheres trabalhadoras, a velhice feminina no contexto de exploração e divisão sexual e racial do trabalho, é o que move o presente projeto de investigação e será um caminho imprescindível para este trabalho.

Para estudar a temática central do presente estudo, foram traçados os seguintes objetivos: analisar as condições de vida da mulher da classe trabalhadora, na fase da velhice, a fim de identificar quais são os determinantes que atravessam o seu cotidiano em relação aos limites para desfrutar da fase da vida de inatividade laboral. E, em específico: analisar qual o papel/lugar da mulher idosa da classe trabalhadora no processo de produção e reprodução da relação social no capitalismo; Identificar como a mulher idosa da classe trabalhadora experimenta essa nova fase de sua vida de inatividade laboral/de aposentadoria, um tempo de não exploração do trabalho; Verificar se a mulher da classe trabalhadora mesmo aposentada segue trabalhando em casa, um trabalho não remunerado e explorado.

A metodologia proposta para este trabalho recorreu à análises de fontes bibliográficas sobre a temática de envelhecimento, indissociável da reflexão racial, da relação de gênero e patriarcal na construção das relações sociais na sociedade capitalista marcada pela divisão sexual no mundo do trabalho. No primeiro momento do estudo será realizada uma revisão da literatura sobre a temática. De acordo com Minayo (1993), podemos inferir que para estudar e entender, ainda que aproximadamente, qualquer área social, a ciência pelo caráter qualitativo irá abordar um conjunto de expressões humanas constante nas estruturas, processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. Portanto, no processo de coleta dos materiais necessários, será sempre priorizada a busca por aqueles que apresentem uma perspectiva histórico-dialética. Em Netto (2011) temos que o método na concepção de Marx, deve começar pelo real e pelo concreto, ou seja, deve-se partir assim, da reconstrução do objeto de investigação para só depois de apoderar-se da matéria.

Dentro dessa ótica, para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, recorreu-se nas Apresentações orais dos Anais dos dois últimos Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) - 2018 e 2022 - e na Revista Temporalis (2014 - 2023) os trabalhos que abordavam a temática em tela. É uma pesquisa de análise qualitativa que objetiva investigar se nestes materiais as condições de vida da mulher da classe trabalhadora na fase da velhice, são abordadas, com foco no momento em que esta mulher com idade e direito para aposentar segue trabalhando e cuidando da manutenção da casa, mesmo após se aposentar.

No capítulo um, o objetivo era analisar e discutir os fundamentos do trabalho bem como a origem da divisão sexual e racial do trabalho e como isso se expressa no desenvolvimento do capitalismo.

No capítulo dois, foram traçados os determinantes sóciohistóricos que atravessam o envelhecimento entre a população brasileira, no capitalismo.

No capítulo três, buscou-se apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos materiais encontrados nas pesquisas dos Anais de Apresentações orais do ENPESS 2018 e 2022, e na Revista Temporalis, nas edições de 2014 a 2023. Para organização desta etapa, foi elaborado uma tabela de análise da coleta destes materiais:

Tabela xx: ENPESS (ano) / Revista Temporalis				
Quantos trabalhos publicados?			x	
Quantos sobre envelhecimento?			x	
Título	Região	Conteúdo Temático	Tipo de trabalho	Palavras-chave

## 1 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL, RACIAL E DE CLASSE

Neste capítulo, serão discutidos os fundamentos do trabalho, bem como suas expressões no modo de produção capitalista. Dessa forma, os processos históricos e fundantes da divisão sexual e racial no mundo do trabalho serão essenciais para o posterior aprofundamento do tema central deste trabalho: o envelhecimento da mulher da classe trabalhadora nesta sociedade.

## 1.1 Os Fundamentos do trabalho e a desigualdade social no sistema capitalista

Tomemos como base o início do que Netto (2006) nos explica ao descrever que os animais apresentam uma relação com a natureza de forma direta e imediata, de modo que atenda a um ciclo de necessidades biologicamente determinado para a sobrevivência desses seres. Já para o homem, esta será uma interação caracterizada pela transformação de produtos naturais, produzidos por meio de instrumentos, processo pelo qual sempre atenderá a satisfação material das necessidades humanas na sociedade. Assim, a idealização de tais atividades é o que podemos considerar enquanto *pôr teleológico*, tendo como resultado o que se denomina de trabalho (Lukács, 2013). Em Netto (2006) é destacado que a criação produtiva de instrumentos enquanto mediadores desta atividade determinou o início da relação meios e finalidades do trabalho, e com isto o problema das escolhas entre alternativas concretas nesta atividade. Nesse sentido, uma vez constituído de objetividades<sup>3</sup> deste processo, o homem passa a empenhar aqui um *salto ontológico*, por meio do qual “já não nos encontramos dentro da esfera da vida orgânica, mas em uma superação de princípio, qualitativa, ontológica”, como esclarece Lukács (2013, p.199-200).

É sob este *salto* que surge um novo tipo de ser, sendo este não mais determinado pelos instintos de sua natureza, como os animais. Na verdade, a espécie humana marca o início de um *ser social* enquanto aquele dotado por uma racionalidade de interações entre a esfera orgânica e coletiva, uma vez que o homem não pode ser considerado um ser isolado. Netto (2006) descreve que o surgimento deste pode ser entendido a partir:

a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo de produção da humanidade através da sua auto-atividade; (...) consiste, sem eliminar a naturalidade do homem, em reduzir o seu peso e sua gravitação da vida humana - quanto mais o homem se humaniza mais se torna ser social (Netto, 2006, p.39)

Logo, tanto mais se desenvolve o ser social, mais se diversifica as objetivações do trabalho e complexifica as mediações do eixo laboral (Netto, 2006, p.40). O desenvolvimento dos meios de trabalho, por exemplo, vão também ser dinamizados por essa expansão. No capítulo cinco do livro *O Capital*, Marx elucida que:

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (Marx, 1867, p.299).

---

<sup>3</sup> “No seu desenvolvimento [ser social] ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo de trabalho, dele se afastam progressivamente - objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das ideias) de que são exemplo as formas iniciais do *pensamento mágico*, nas quais estão contidos os vetores que, após uma evolução multimilenar, apresentar-se-ão diferenciados no pensamento religioso, da reflexão científica e filosófica e da arte” (Netto, 2006, p.40)

Sendo esta uma dinâmica histórica, temos que a produção e reprodução das relações sociais é que determinará qual a necessidade e finalidade requisitada para o trabalho, onde os elementos de produção se articulam de forma específica para o desenvolvimento das condições de materialidade e subjetividade da existência humana (Iamamoto, 1982). Importante destacar o que Netto (2006) nos coloca ao dizer que neste momento, ao passo em que se conclui o produto de uma execução idealizada, é demarcado uma distinção entre àquele que produz (sujeito) e a matéria/instrumento e resultado desta atividade (objeto), ou seja, ambos passam a ter uma existência autônoma. A evolução deste processo foi decisiva para que o trabalho passasse a ter não só a complexificação de suas mediações e finalidades, mas também a idealização e garantia das condições objetivas para a sua continuidade (Netto, 2006). A disseminação das habilidades, conhecimentos e técnicas para sustentação deste ciclo, precisou necessariamente ser coletivizada, o que resultou no desempenho de uma linguagem articulada em que o sujeito conseguisse difundir as suas representações no mundo do trabalho (Netto, 2006). O homem, não é dessa forma, um ser isolado e sim, essencialmente parte de um conjunto maior de representações, onde o trabalho, através da linguagem articulada, estabelece sua organização coletiva, definindo o ser humano, assim, enquanto um ser social, determinado pelo social coletivo desta dinâmica (Netto, 2006).

No período anterior à dissolução das comunidades primitivas<sup>4</sup> que determinavam o desdobramento dessa sociabilidade, o mercado era restrito, atendendo somente às necessidades locais (Netto, 2006, p.57). Se antes a finalidade do trabalho atendia somente o necessário para existência humana, agora, passava a se desenvolver uma expansão produtiva que germinaria na formação de um excedente econômico (Netto, 2006, p.57). Dessa forma, a dinâmica do trabalho também passou a resultar enquanto produto a “mercadoria”, peça chave para o início das primeiras formas de troca e, com isso, do comércio (Netto, 2006, p.57). Em Yamamoto (1982) é descrito que o resultado do trabalho assume historicamente a forma de mercadoria porque são produtos de trabalho privado que necessitam ser trocados.

É de extrema importância a leitura dos estudos apresentados nos capítulos 24 e 25, do livro *O Capital*, pois nestes, mostra-se infundada a justificativa de que a desigualdade social difundida nesta etapa econômica, deu-se em virtude de uma acumulação “prévia” de alguns.

---

<sup>4</sup> Foi há cerca de quarenta mil anos - culminando uma evolução de mais de milhares de anos - que os primeiros grupos propriamente humanos surgiram na Terra. Habitando áreas diversas estes grupos experimentaram distintos graus de evolução social; no entanto, é possível afirmar que, por mais de trinta mil anos viveram estágios prévios ao que genericamente denomina de *civilização*, cujo aparecimento inicial deu-se às margens do rio Nilo, e do Eufrates, e na China e na Índia (...) As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça e a pesca), seus resultados eram partilhados entre todos e não existia propriedade privada de nenhum bem. (Netto, 2009, p.55-56).

Estava disseminado a ideia de que a condição econômica de cada indivíduo já estava determinada pelo empenho de seu antecessor familiar em resguardar ou não seu rendimento econômico. Ocorre que, conforme este livro nos revela, o sistema capitalista foi instaurado diretamente pela expropriação de terras, e por isso, da imposição da propriedade privada que não se expressou de forma *idílica*. Neste mesmo capítulo, Marx exemplifica o nível de violência humana deste evento:

De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar (Marx, 1983, p.354).

No livro *O Calibã e a bruxa*, a autora Silvia Federici traz considerações importantes para dar luz a contextualização histórica que antecedeu tal conjuntura. Com a epidemia da Peste Negra no século XIII, cerca de 30 ou 40% da população europeia foi exterminada. A então vigente estrutura econômica feudal viu-se ameaçada uma vez que os camponeses (trabalhadores deste sistema), passaram a exigir melhores condições laborais, haja vista a escassez da oferta de mão-de-obra para trabalho, em virtude do grande número de mortes com a Peste Negra. Assim:

Não só a escassez de trabalho lhes deu poder de decisão, mas também o espetáculo de empregadores competindo por seus serviços reforçou sua própria valorização e apagou séculos de degradação e submissão. Diante dos olhos dos empregadores, o “escândalo” dos altos salários que os trabalhadores demandavam só era igualado pela nova arrogância que exibiam: sua recusa a trabalhar ou a continuar trabalhando depois que haviam satisfeito suas necessidades (o que podiam fazer mais rapidamente, agora, devido aos salários mais elevados); sua obstinada determinação para se oferecerem somente para tarefas limitadas, em vez de períodos prolongados de tempo; suas demandas por benefícios extras além do salário; e sua vestimenta ostensiva que, de acordo com as queixas de críticos sociais contemporâneos, os tornava indistinguíveis dos senhores (Federici, 2017, p.101).

As mobilizações sociais influenciadas pelo movimento de *Heresia*<sup>5</sup> contrapunham o autoritarismo, a doutrinação, imposição de valores morais violentos e a desigualdade social. Esta com certeza foi uma linha de luta em que todos os trabalhadores deste período se vincularam para empenhar força e voz contra a realidade posta (Federici, 2017, p.73).

É sobre este cenário que se constitui um processo de respostas dos mercadores, senhores feudais e bispos, frente ao seu poder ameaçado neste contexto de protagonismo de mobilização dos camponeses. Dessa forma, a violência, foi a alternativa ideológica que mais foi utilizada

---

<sup>5</sup> A heresia constituía tanto uma crítica às hierarquias sociais e à exploração econômica quanto uma denúncia da corrupção clerical. Como destaca Gioacchino Volpe, a rejeição a todas as formas de autoridade e um forte sentimento anticlerical eram elementos comuns a todas as seitas. (Federici, 2017, p.73)

pelas autoridades políticas para descentralizar o levante coletivo que tanto colocava em risco o domínio e sustentação da riqueza na mão de poucos. Um exemplo macro de tais medidas, foi a legalização de acesso livre ao sexo gratuito, o que acabou não só desestabilizando o movimento social, como também transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres pobres (Federici, 2017, p.103). Não limitado a isso, este foi um momento decisivo para se consolidar a insensibilidade social frente ao movimento de *Caça às Bruxas*. O objetivo deste mandato era disseminar a misoginia por meio da ordem moralizadora de condenar a morte mulheres que fossem avessas aos valores, conduta, e disciplinamento social requerido. No livro *O Calibã e a bruxa*, Silvia Federici elucida que:

Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do ministério dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres de dar vida ao adotar trajes femininos; e fazer da sexualidade um objeto de vergonha — esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. Neste processo, “a sexualidade foi investida de um novo significado [...] Transformou-se num tema de confissão, no qual os mais ínfimos detalhes das funções corporais mais íntimas se transformaram em tema de discussão” e “os diferentes aspectos do sexo foram divididos no pensamento, na palavra, na intenção, nas vontades involuntárias e nos fatos reais do sexo para conformar uma ciência da sexualidade” (Federici, 2017, p.80, *apud* Condren, 1989, p. 86-87)

Junto a isso, com a política de instauração das leis de cercamento da terra comunal na Inglaterra para produção agrícola extensiva, e o licenciamento das hosteais do feudo, os senhores feudais passaram a ter o direito de expulsar de suas terras os camponeses que ali produziam os mínimos para sua subsistência (Marx, 1983, p.348). Sobre este objetivo de manter o controle e ordem em relação às forças produtivas e domínio econômico, que o capitalismo encontrou bases sólidas na sociedade:

O capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e dos papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal — possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo (Federici, 2017, p.45).

Para as mulheres camponesas, este foi um período ainda mais desumano:

A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Nas cidades comerciais italianas, as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade de seu marido (a *tertia*). Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Consequentemente, no final do século xiii, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades (Hilton, 1985, p. 212, *apud* Federici, 2017, p.33).

À Igreja Católica também não escapou desta espoliação, pois com a *Reforma Protestante*, tiveram a retirada parcial de suas terras, transferindo-as enquanto propriedade privada para os grandes aristocratas. Além disso, outro fato histórico que também contribuiu para o avanço dessa gênese capitalista foi a *Restauração dos Stuarts* e a *Revolução Gloriosa*

que consagraram a conquista do poder político pela burguesia. Ambos viabilizaram, uma base fundiária fortalecida enquanto mercado e comércio agrícola de intensa exploração, por meio da legislação de assentamento e propriedade privada, junto ao roubo e apropriação fraudada de domínios do Estado, sem qualquer fiscalização legal (Marx, 1983, p. 971).

Certamente, este representou o marco de uma desigualdade substantiva, de tal modo em que, a existência de muitos passou a ser condicionada pela venda explorada de sua força de trabalho para uma pequena parcela da sociedade (Marx, 1983, p.787). Ainda conforme Marx, a classe explorada se apresenta também “livre”, não obtendo nenhum pertencimento aos meios de produção, nem tão pouco integrando estes, tal como um escravo ou servo.

Como no período anterior à este, o trabalhador e servo comunal obtinha a garantia de sua subsistência junto ao trabalho, a imposição das Leis Sangrentas<sup>6</sup> tornou-se a alternativa mais urgente e ávida para que a burguesia e o Estado conseguissem consolidar a sobreposição do trabalho assalariado, levando o trabalhador à condição de uma insegurança completa de sobrevivência. É somente após isso que se cria:

Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. (Marx, 1983, p.358)

É concebido, dessa forma, a dependência da classe trabalhadora em relação às condições naturais da produção, onde a burguesia passa a contar ainda, com as forças estatais para garantia das regulações necessárias para continuidade da exploração (Marx, 1983, p.359). Por meio da reforma das relações sociais agrárias e da conversão do proprietário de terras em um arrendatário capitalista, é possível apreender o regime do capital tal como um processo de transformação social e não apenas com uma dimensão laboral de atuação, conforme considera Marx (1983).

---

<sup>6</sup> Na Inglaterra, essa legislação começou sob Henrique VII. Henrique VIII, 1530: Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” (to put himself to labour). Que cruel ironia! 27 Henrique VIII,717 o estatuto anterior é repetido mas agravado por novos adendos. Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade, deverá ser executado. Eduardo VI: Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. (Marx, 1983, p.356)

Com o progresso do capital e seu modo de produção, foi preciso que o trabalhador rural acompanhasse as exigências postas pelos avanços no mundo do trabalho. O contexto iniciado pelo capitalismo fabril foi determinante para que os assalariados rurais passassem também a serem impactados pelo pauperismo desencadeado pelas novas qualificações requisitadas pelo mercado de exploração.

A partir disso, vê-se que o processo de adaptação do trabalhador é algo histórico e próprio do capital pois para a permanência cíclica deste sistema, é necessário o desenvolvimento estrutural de engrenagens sociais e econômicas impostas para o amparo e renovação desta conjuntura desigual.

Na produção capitalista, o dinheiro só se torna capital na medida em que compra a força de trabalho, para assim produzir a mercadoria (produto que obtenha valor de uso: que tenha funcionalidade de consumo) e para que esta seja vendida, ou seja, exerça valor de troca: valoração de sua grandeza material a partir do tempo socialmente necessário para sua produção (Netto, 2006, p.49). O capitalista vai, neste caminho, cada vez mais ampliar o protagonismo do poder de compra, em detrimento do valor de uso, para assim, ampliar a manipulação de consumo e aumentar o destaque para futilidade (Mészáros, 2002, p.109). É com esta etapa que se vai gerar a chamada mais-valia, ou seja, a materialização do trabalho excedente ou trabalho não pago apropriado pela classe capitalista (Iamamoto, 1982, p.36). Este inclusive é o momento em que o capitalista passa a ter não só o retorno do que foi investido, como a geração de mais capital para a funcionalização deste ciclo.

Como já supracitado, o capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado, configurando assim, a inclusão necessária não só das condições objetivas e subjetivas para os meios de produção, como ainda a força de trabalho, categoria diretamente interligada na sustentação deste processo. Neste sentido, em troca de sua mercadoria, o trabalhador recebe o “salário” que representa parte do que produziu e o valor socialmente necessário para sua subsistência (Iamamoto, 1982).

Com o intuito de esclarecer mais as bases deste processo, os capítulos 12 e 13 do livro *O Capital*, Marx (1927) nos desvela através de uma reflexão que denuncia a indissociabilidade entre a expropriação humana e o trabalho, nesta ordem vigente. Basicamente, o nascimento cívico de qualquer indivíduo neste sistema seria dado pela fragmentação do operário, em ser reduzido como mero instrumento do que executa no processo de produção da mais-valia. Ou seja, a riqueza das individualidades e direitos de cada fase humana, têm sido forjada pela imposição coletiva e constante de ser útil para o capital. No texto “Da manufatura à fábrica automática” Marx afirma que a inserção do homem neste processo implica na sua condição

humana de representar apenas um complemento vivo de um mecanismo morto, uma servidão onde toda sua existência é funcional ao capital.

Nesta última obra mencionada, o autor nos trás a reflexão deste contexto a partir da menção de uma história passada no ano de 494 a.c, onde uma grande greve por parte dos plebeus, certamente marcou a história política da primeira república de Roma. Dispostos a revogar sua sobrevivência ameaçada pela ínfima condição de vida, o grande número de plebeus, naquele momento organizados, representou nítida ameaça aos patrícios e demais integrantes da elite romana. Pensando nessa situação, a união de poderio dessas classes dominantes decidiu delegar membros (e aqui, um cônsul) para elaboração de alguma medida que atenuasse aquele levante. Munido de estratégias, o então escolhido: cônsul Menenio Agripa, proferiu um discurso guiado por uma fábula (gênero propositalmente escolhido em função de sua linguagem acessível e instigante), onde se enfatizava que, cada membro do corpo humano tem uma função essencial e insubstituível para o seu funcionamento. Em resumo, com esse discurso montado, Menenio objetivou naquele instante, além de acabar com o ânimo de revolta dos trabalhadores, fazê-los acreditar que cada “classe”, grupo ou instituição, configurava uma parte imprescindível da sociedade. Qualquer sinal de revolta ou mudança, ameaçaria a sustentação desse corpo social como um todo, e aqui muito centralizado na vigência dos patrícios.

Recorrendo à analogia, a alienação do trabalho, ou seja, quando este aparece externo ao trabalhador, exerce contribuição de destaque para que o mesmo domínio exercido pelo cônsul com a fábula, seja resguardado no mundo capitalista. Além disso, a cultura alienadora promove a degradação do ser social. O trabalhador usufrui, assim, de uma subsistência, fundamentada na vida condicionada ao capital, bem como uma prisão onde só se sente livre quando deixa de trabalhar. Sendo um trabalho forçado que não representa a satisfação de uma necessidade, mas sim um meio de atender às demandas externas a ele, (Iamamoto, 1982, p.56) além de ser um ponto primordial para que o trabalhador não se reconheça para além daquilo que executa no processo de produção. Em Marx (1844), Manuscritos Econômico Filosóficos, a alienação se configura enquanto uma relação de externalidade, alheamento, entre o produtor e o produto, onde o mesmo não reconhece o fruto do seu trabalho como seu.

Este fato desencadeou para a humanidade, de acordo com Marx, a expropriação da autenticidade humana em criar sua própria história, uma vez que o homem hoje se cria e se forma por meio do trabalho<sup>7</sup>. Do mesmo modo que o *Operário em construção*, no poema de

---

<sup>7</sup> Nos Manuscritos de 1844, Marx teria oposto o sujeito, enquanto *Gattungswesen* (“essência genérica”), a suas objetivações infieis que não mais lhe pertencem e nas quais ele não pode se reconhecer, mas que, ao contrário, o

Vinicius de Moraes, o trabalhador, assim como “um pássaro sem asas” é ele quem ergue a construção de sua própria prisão: o trabalho explorado. Sendo sua casa “um templo sem religião”, este não se vê mais importante do aquilo que produziu, ainda que isto “*brote de sua mão*”.

Certamente este é um processo desumanizador que consolida para a classe trabalhadora, um saqueio histórico de sua existência digna, em prol do lucro. A Lei Geral de Acumulação Capitalista (Marx, 1983, p.835) que, em resumo, implica no aumento da riqueza na mesma proporção que a pobreza, é fundamento desta sociedade de classes, que demarca ainda o poder de compra, enquanto símbolo de cidadania nesta conjuntura.

Para sustentar este ciclo de exploração, o movimento de reificação do capital se expressa através da mercadoria (meios de produção e de vida) e dinheiro sendo formas criadas e recriadas no movimento de produção, e indissociáveis na dinâmica capitalista. Esta é uma etapa que aparece invertido de seu real significado, se apresentando como relações entre coisas, desconsiderando sua historicidade. Sendo o capital, aquele que tem dinamizado as condições de reprodução e produção das relações sociais, também irá gerar concomitante as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem encobrando o antagonismo que o permeia. (Netto, 2006, p.31) Tal qual a “cegueira” apreendida por José Saramago em seu livro “Ensaio sobre cegueira”, enquanto àquela limitada a deixar as coisas “intactas por trás de seu véu negro” (Saramago, 1985, p.5).

Em Iamamoto (1982) temos que, uma vez desprovido dos meios de produção, o trabalhador também estará privado dos meios de subsistência. Uma vez submisso a esta dominação, ele se vê obrigado a vender o único bem que possui: sua força de trabalho. O próprio capital implica um monopólio sob os meios de produção e subsistência (Iamamoto, 1982, p.35-36).

Ao capitalista e seus pressupostos cabe, portanto, a função de vigilância do trabalhador coletivo, seja garantindo o emprego racional dos meios de produção para evitar desperdícios, seja garantindo a maior intensidade possível de exploração de trabalho (Iamamoto, 1982, p.40). Junto a isso, o Estado pode ser considerado um instrumento fundamental para sustentação desta lógica histórica, ele exerce de fato um *comitê executivo* dos interesses da classe dominante (Marx e Engels, 1983, p.30). E, mais do que isso, representa um mecanismo a serviço dos maiores detentores de poder econômico, que obtém na esfera estatal a legalização da ordem da opressão, exercício privilegiado do controle social, seja no âmbito econômico, governamental

---

dominam. A teoria primeira da alienação em Marx seria, portanto, uma “antropologia” que opõe uma natureza “verdadeira” do ser humano aos seus desacertos. (Jappe, 2021, p.11)

e institucional, ou por meio da influência ideológica nas relações sociais e públicas (Iamamoto, 1982, p.139), assim assegurando:

A difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para a obtenção de consenso social. Importa ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente (Iamamoto, 1982, p.140)

Um exemplo concreto disso pode ser analisado a partir dos estudos de Netto e Braz (2006, p.94) onde descreve que o Estado vai gerenciar o momento em que a superprodução de valores de uso acaba não encontrando consumidores que obtêm condições de consumir seu valor de troca, resultando o que se pode considerar como componente estrutural do capitalismo: a crise. Ainda de acordo com estes autores, o ciclo econômico, assim, obterá quatro fases: a crise (superprodução estagnada), a depressão (queda da taxa de lucro), a retomada (se apropriam de avanços tecnológicos para fomentar a produção) e o auge (retomada das concorrências e investimentos para continuidade expansiva da produção de lucro) (Netto e Braz, 2006, p.95).

Podemos observar na base do contexto de crise, o quanto o Estado irá incorporar mecanismos que desmobilizam coletivos de revolta por parte da classe trabalhadora, que é altamente afetada por suas desigualdades exacerbadas neste momento de instabilidade econômica. Podemos obter mais detalhes deste fato ao analisar que, de acordo com Netto e Brás (2006):

o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica; no limite, de que é o caso exemplar a Alemanha hitlerista (Adolf Hitler, 1889-1945), avança para a ocupação de territórios, assalta suas riquezas e forças produtivas e brinda o grande capital com força de trabalho escravo (não se esqueça que, nos campos de trabalho forçado da Alemanha nazista, os prisioneiros serviam aos grandes monopólios alemães, que não foram penalizados após a capitulação (Netto e Braz, 2006, p.115).

Para ampliar esta consideração, é fundamental demarcar o que Gramsci (1999) considerou como outra incumbência do Estado no modo de produção capitalista. Segundo os estudos deste autor, temos o *Estado Ampliado*, como aquele em que vai garantir enquanto função principal não apenas a coerção, mas também o consenso. Por isso, “os problemas relativos ao poder, se complexificaram” e, desencadeia, dessa forma, a necessidade de uma ampliação. Logo, quando a complexidade das relações entre estado e sociedade, passa a exigir estratégias diversas, urge, assim, a implantação de um estado ampliado. No que se refere às categorias intrínsecas a esse estado, encontra-se níveis e graus diversificados: folclore, senso comum, religião, ideologia e filosofia.

Trazendo mais um exemplo concreto e atual, um dos mecanismos do Estado para a desmobilização da classe trabalhadora, pode ser vislumbrado quando ocorre o que se descreve

em Cardoso<sup>8</sup> (2020) “A sistemática desqualificação dos sindicatos feita através da mídia comercial, empresas, instituições em geral, torna muito difícil os trabalhadores enxergarem a importância que exerce o sindicato nas suas vidas”.

Aliado ao Estado, a maior demanda tecnológica do que a de força de trabalho também pode contribuir para o processo de avanço da acumulação de capitalista. Assim, os processos de concentração de capital: aumento deste em função de uma nova acumulação; e a centralização: união de capitais já existentes - cartéis, trustes e etc; irão desencadear para os trabalhadores o que se denomina por “exército industrial de reserva” (Netto, 2006, p.133). Um dos impactos deste fenômeno é o desemprego.

Posto a ínfima mão-de-obra qualificada para atender esta expansão do mercado, e o alto e conseqüente índice de trabalhadores desempregados, aumenta-se ainda mais a precarização dos espaços laborais, com baixos salários e vínculos empregatícios precários. Dessa forma, em Netto (2006) temos que o exército industrial de reserva vai ainda consolidar para os trabalhadores a pauperização (degradação geral e intensificada das condições mínimas sociais) como consequência deste cenário. É importante mencionar a particularidade de que aqui, “a manutenção e reprodução, por meio do salário, passa a ser responsabilidade do operário e sua família, e não mais do capitalista e sua classe” (Iamamoto, 1982, p.125).

Adentrando o resultado desse processo nas relações sociais construídas a partir desta lógica cabe explicitar que ao gerar a riqueza e produção de mercadorias nunca antes vista, o capitalismo gerou concomitantemente uma usina de desigualdades a chamada *Questão Social*, denominada por Iamamoto enquanto:

A questão social não é senão o conjunto de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e Estado (Iamamoto, 1982, p.77).

Nesta, se é vislumbrado que a desigualdade social atrelada ao poder na mão de poucos, direciona para a classe trabalhadora, a privação de diversos direitos mínimos que acabam desencadeando para esta população: a miséria, violência, preconceitos e etc. Sucede que, onde o capitalismo se aloca, assim também o pauperismo será concretizado.

---

<sup>8</sup> DESACATO. Ação sindical em conjuntura de guerra. Por José Álvaro Cardoso. Disponível em: <https://desacato.info/acao-sindical-em-conjuntura-de-guerra-por-jose-alvaro-cardoso/>. Acesso em: 20/11/2023.

## 1.2 O Capital na América Latina: capitalismo dependente, racista e patriarcal

Conforme desenvolvido anteriormente, a propriedade privada representa um dos traços pertinentes da estrutura econômica centralizada pela produção de mais-valia e exploração de trabalho. O assassinato de culturas, modos de vida que fossem externos a esta lógica, protagonizou para a nação, uma história de silenciamento e resistência. A escravidão como mercadoria central em boa parte deste período, na América Latina, demarcou bases para que sua economia continental ainda seja sustentada pela dependência. Ademais é possível inferir que neste período marcante pela chamada:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (Federici, 2019, p.61).

Para além disso, neste mesmo tempo, a assim chamada burguesia:

[...] tornou o campo dependente da cidade, tornou também os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados [...] A burguesia abole cada vez mais a fragmentação dos meios de produção, da propriedade e das populações. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou em poucas mãos a propriedade. A consequência inevitável disso foi a centralização política.” (Marx; Engels, 2008, p.33)

Importante assinalar que, no contexto histórico do século XIX em que Marx e Engels escreveram o “Manifesto Comunista”, o continente da América Latina vivenciava a dependência referenciada neste trecho supracitado. Sendo a nação brasileira, por exemplo, um país marcado pela colonização é indubitável que a economia de importações era inteiramente dinamizada pelas demandas do mercado exportador das nações que detinham o poder territorial desses espaços. Marini (2011) argumenta que, no século 16, este continente contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e expandiu os meios de pagamentos que impulsionaram e sustentaram o desenvolvimento econômico e comercial bancário da Europa.

Contudo, é importante elencar acima de tudo que, o que abarcava essa dinâmica econômica era: a escravidão - a mercadoria central que movimentava o mundo mercantil daquela época.

A colonização, sem dúvidas, desencadeou um cenário de caos para o desenvolvimento não só do Brasil como em todo continente latinoamericano. Para além disso, o saqueio de terras nesses territórios foi determinante para que a brutalidade se tornasse o âmago das relações de poder (Federici, 2017) e por isso, da reprodução material da vida, que até hoje perdura impactos e novas tendências.

É claro que a dinâmica de desenvolvimento capitalista ao redor do mundo, vai apresentar níveis expandidos desta e outras expressões do que se pode considerar por :

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 1982, p.27).

O poderio sob os territórios colonizados, por exemplo, vai representar base determinante para o atual subdesenvolvimento dessas nações. À respeito disso, não é desconhecido o quão coercitiva é a alienação que atua sobre essa classe, na sociedade. É imprescindível ressaltar que a alienação também significa, neste sentido, uma perda de controle em relação ao processo de trabalho, fruto dele que faz ocorrer o estranhamento dos seres humanos em relação aos demais, e mais ainda se considerado determinado espaço social geográfico como a América latina, ou Brasil. Sem dúvidas este cenário deflagra no país e no continente, uma relação de dependência, uma vez posto a ausência de qualquer sinal de autonomia ou soberania territorial.

Diante da necessidade de revolução, Ruy Mauro Marini vai debruçar seus estudos sob a Teoria Marxista da Dependência, focalizando no caráter brasileiro de colonização, subdesenvolvimento, dependência e “subimperialismo”. Segundo o autor, “a industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (Marini, 2000, p. 140). Ou seja, historicamente, o Brasil está em uma condição de sujeição que o faz satisfazer necessidades alheias, motivo pelo qual se torna tão difícil, ou dirá impossível, triunfar econômica e socialmente. Já que o que contrapõe a ideologia é a ciência, acrescenta-se à classe trabalhadora mais um desafio da qual a mesma é obrigada a conviver, quando se leva em conta que a produção de conhecimento científico no país, para além da negação movida pela ideologia burguesa, tem seu investimento financeiro submetido às demandas dos países ditos independentes, haja vista uma certa “miséria da ciência”, incapaz de definir o que, como e para quem produzir.

Dessa forma, se de um lado findou-se a política de servidão nas então colônias, de outro, o que se coloca é uma conjuntura de dependência dessas nações, às potências capitalistas. Ainda sobre as palavras do professor Ruy Mauro Marini:

As relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p.132).

Em Costa (2019), temos que este desenvolvimento capitalista no período colonial, por exemplo, representava mais do que invadir terras, era preciso impor junto a isso o necessário convencimento do trabalho escravo e expropriação de riquezas destes territórios enquanto uma solução para sociedade. Por conseguinte, desencadeou-se uma nova formação de valores, costumes e concepções impostas de forma idílica. Para assegurar essa dinâmica, o controle empenhou papel essencial na atuação das diversas atrocidades veiculadas neste período.

Assim como empenhado pelo processo de “higienização social” de leis sangrentas como a “*caça às bruxas*”, a misoginia continuou influenciando base para a permanência da desigualdade de gênero enquanto parâmetro de exploração laboral e sexual. Paralelamente, é imprescindível ressaltar que, o domínio de corpos femininos em território colonizado demarcou, assim, o reforço do disciplinamento do corpo feminino estritamente para a força de trabalho e reprodução social. Vale ressaltar que, esta era uma posição vivenciada, majoritariamente, por mulheres negras e indígenas, muitas vezes submetidas à condição de escravizada neste território. Não à toa, as considerações citadas de Marx (1992) a respeito da exploração de trabalho humano em prol da acumulação capitalista, também faz analogia à fragmentação da mulher sob seu corpo como mero instrumento de reprodução da força de trabalho, e também parte da exploração deste meio. Nas palavras de Costa (2019):

O corpo passou a ser identificado como impedimento para o desenvolvimento da razão, por isso era necessário uma conversão do corpo em proletariado e do proletariado em corpo, trazendo nestas concepção que alguns corpos careciam de força e racionalidade, inserindo a ideia de fraqueza e irracionalidade às mulheres, aos considerados selvagens e à população africana que foi escravizada. (Costa, 2019, p.28)

Em Gago (2020), é exposto que este quadro adiciona ainda outras particularidades:

O corpo feminino, continua Federici, substituiu os espaços comuns (especialmente as terras) depois de sua privatização: em um mesmo movimento, as mulheres foram submetidas a uma exploração que daria início a uma crescente submissão de seu trabalho e de seu corpo, entendidos como serviços pessoais e recursos naturais. As mulheres assim privatizadas, como prêmio de guerra do início do capitalismo, foram as que se refugiaram em matrimônios burgueses, enquanto as que ficavam à intempérie se converteram em classe servil (de donas de casa a empregadas domésticas ou prostitutas) (Gago, 2020, p.57).

Ainda sobre os impactos do período de *Caça às Bruxas*, a ginecologia autônoma, que empenhava técnicas contraceptivas desenvolvidas pelos saberes medicinais adquiridos pelas mulheres, também foi expressamente proibida em prol da procriação à serviço da acumulação primitiva. Este também foi um processo ministrado no Brasil colonial, para as mulheres africanas e indígenas escravizadas, com a imposição de serem criadoras de mais trabalhadores (Costa, 2019). Interessante acrescer neste ponto, a resistência das mulheres de origem Tupinambá, por exemplo, frente aos preconceitos e ataques eurocêntricos e capitalistas nesta

lógica cruel de controle sobre seu corpo. Em Sampaio (2021, p.43) é descrito que elas enfrentaram adversidades e resistência acerca de seu modo de vida, seja por empenhar uma escolha não conjugal, seja por ingerir “beberagens” ou pelas mulheres indígenas que apertavam suas barrigas para abortar a criança, ainda que houvesse a hegemônica imposição transformadora do trabalho das mulheres e dos úteros à serviços do colonialismo.

No entanto, diferente do continente Europeu, estas mulheres escravizadas além serem violentadas sexualmente, também lhes era expropriado a maternidade. Ainda ocupando os espaços laborais de escravidão, a reprodução crua da força de trabalho, demarcava para a mulher, a dupla função de seu corpo enquanto mercadoria.

A fim de elucidar a posição da mulher escravizada na colônia brasileira, tomemos enquanto análise os estudos de Freitas (*apud* Gonzalez, 2020, p.46) que nos descreve a existência de dois tipos de escravizados neste período: produtivos/do eito (empenhavam o trabalho braçal que sustentava o regime econômico), e o não produtivo (prestação de serviços/escravos de ganho). No que se refere à escravizada, esta poderia exercer as duas categorias, sendo, de acordo com Gonzalez (2020), a posição de eito, a mais propícia à captar influência e estímulo de fuga para seus companheiros. Por trabalharem exacerbadamente de baixo do sol, muitas destas mulheres cometiam o suicídio para que seus descendentes não viessem a ter a mesma realidade que a sua (Gonzalez, 2020). Ainda pautando nas observações de Gonzalez, a conjuntura da mulher escravizada acrescia também:

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço. Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias (Gonzalez, 2020, p.46). As índias enquanto categoria genérica subsumiram à miscigenação e à escravidão. Em “A mulher na história do Brasil” Priore (1988) elencou três práticas de índias/indígenas como contraponto as representações hegemônicas sobre o corpo e sexualidade das indígenas. A primeira prática mencionada diz respeito a relação sexual entre padres e indígenas; a segunda prática aborda o parto e o aborto entre as indígenas; e a terceira prática trata sobre concubinato interétnicos. Na leitura de Priore (1988), pelo modo como vivenciaram a sexualidade, como dispuseram de seus corpos, a mulher indígena foi um sujeito desviante e resistente ao modelo de comportamento impostos às mulheres pelos discursos cristão católico. (Sampaio, 2021, p.43)

Este era um processo além de desumanizador, também de grande destaque econômico para o país. Ainda que subordinados ao poder da Coroa Portuguesa, a Oligarquia aristocrata

local concentrava de forma explícita a extrema riqueza e exclusão do povo à cidadania. A integração nacional às mudanças e inovações protagonizadas pelo Capitalismo Imperialista, eram forçadas pela “inviabilidade” revolucionária que a Autocracia Burguesa precisaria empenhar para o desenvolvimento econômico necessário.

Nas palavras de Netto (2005, p.18): “foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência de forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos”. Não por acaso, enquanto ao redor do mundo se disseminava a política abolicionista da escravidão, o Brasil foi o último país a aderir este acordo, sendo o território em que se encontrava o maior índice de habitantes escravizados do mundo. No livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, o autor e sociólogo Florestan Fernandes descreve que, o tardio decreto brasileiro abolicionista implicou em uma mudança pautada na:

(...) revolução social dos brancos para os brancos, combatia-se assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiria o estatuto colonial pretendia organizar-se como nação, e procurava por todos os meios expandir a economia do mercado (Fernandes, 2006, p.35).

Na tradição marxista, quando postulado a cíclica revolução burguesa, no sistema capitalista, o que se observa, é um cenário contraditório neste país. Em sua concepção, o cientista social Florestan Fernandes, articula que em lugar desta etapa, o que se portou como ocorrido no Brasil foi uma revolução “não clássica”, onde a nação brasileira, sendo esta desenvolvida pelo colonialismo, acabou por desencadear um *“imperialismo tardio”*. Para incremento desta argumentação, temos:

“Na verdade, Gramsci não se refere à “revolução passiva” como uma “revolução frustrada”, isto é, fracassada ou inexistente; ao contrário, trata-se para ele de um tipo específico de revolução exitosa, ainda que feita através de conciliações pelo alto e da exclusão do protagonismo popular, o que gera um processo de transformações político-sociais efetivas do qual resulta, em suas palavras, uma “ditadura sem hegemonia”<sup>9</sup>. Ora, é precisamente esse o tipo de revolução burguesa que Florestan julga ter ocorrido no Brasil, sendo evidente, ademais, a analogia entre a “ditadura sem hegemonia” de Gramsci e sua própria noção (sobre a qual voltaremos em seguida) de “autocracia burguesa”. Cabe ainda observar que, quando Florestan emprega em sua obra (o que, aliás, faz com frequência) os termos “hegemonia” e “sociedade civil”, nunca os emprega no sentido específico com que os mesmos são <sup>9</sup>utilizados na obra de Gramsci.” (Coutinho, 2000)

Sobre a afirmativa de coerção atemporal capitalista, já supracitada, seria incompleto não mencionar mais uma analogia que corrobora a atuação desta perspectiva no Brasil: o regime ditatorial militar. Nesta via, mais uma vez, o sociólogo aqui referenciado, Florestan Fernandes,

---

<sup>9</sup> Imperialismo - fase superior ao capitalismo. Para Lênin, se trata de uma concentração da produção, os monopólios, os bancos e o seu novo papel, o capital financeiro e a oligarquia financeira, exportação do capital, a partilha do mundo entre grupos capitalistas, a partilha do mundo entre grandes potências.

traz à tona, uma relevante reflexão, que reverbera a “autocracia burguesa”. Sobre este período, a concepção do autor, considera que, o que vigorou nacionalmente, foi uma “ditadura sem hegemonia”, sustentada pela incapacidade da burguesia brasileira de criar consenso junto aos segmentos subalternos, o que a obrigava a recorrer à uma coerção aberta, ou seja, “vindo de cima para baixo”.

Já no que concerne, ao contexto pós-ditadura, o que se apresenta é uma reciclagem da “autocracia burguesa”, podendo ser entendida e atualizada como uma autocracia de cooptação ou restritiva. Assim, o atual e aparente “Estado Democrático de Direito” brasileiro, tem pouca flexibilidade, pois uma vez posto sua soberania territorial afligida por seu capitalismo dependente, que desencadeia frequentes ameaças às políticas sociais, a burguesia brasileira tem pouco a ceder. Dessa forma, quando analisado diversos momentos da política cotidiana brasileira, certamente o Golpe de 2016, colocaria em xeque essa reatualização autocrática burguesa.

Não limitado a eventos específicos, é evidente que na trajetória política do Brasil, é intrínseco a vigência de golpes arbitrários que têm sua legitimidade e renovação, amparadas indiretamente, se comparado com a legalidade institucional exercida pelo Golpe Militar de 1964. Há um princípio metodológico marxista, de que não é o passado que explica o presente, mas sim o presente que explica o passado, pois o presente são as consequências do passado. Partindo para a atualidade, não é a colonização ou a Ditadura Militar que explica o capitalismo no Brasil, para entender as particularidades deste regime neste território, precisamos primeiro entender o capitalismo maduro monopolista, que atua no contexto vigente nacional. Além disso, se quisermos romper com o imperialismo dependente, temos que combater também a burguesia nacional pró-imperialista.

### **1.3 O lugar da mulher na estrutura patriarcal, racista e desigual na sociedade brasileira**

O objetivo deste item é articular o lugar da mulher na estrutura patriarcal, racista e desigual na sociedade brasileira. Nesse sentido, serão estudados os movimentos históricos políticos e ideológicos que desencadearam e ainda sustentam a consolidação do regime capitalista no país.

O desenvolvimento do capitalismo fabril entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, foi sustentado pela relação de subalternidade de territórios como América Latina, o que implica dizer, como já citado na seção 1.2, que este é um continente marcado pelas relações subordinação da produção do modo de produção capitalista, sistematicamente, modificadas e

recriadas a fim de garantir a reprodução ampliada da dependência como nos informa Marini (2011). Esta é uma característica que demarcou ainda o início da divisão sexual do trabalho, uma vez que a extensão laboral não remunerada no âmbito doméstico, realizada por mulheres, também legitimava mais uma forma de explorar a classe trabalhadora<sup>10</sup> (Gomes, 2019). Em outras palavras, esta segregação histórica demarcou:

Assim, a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino. Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher (Cisne, 2013, p.137).

Assim, é importante ressaltar que a abolição da escravidão no Brasil, no século XIX, contribuiu para que a expansão capitalista no país se adaptasse às mudanças necessárias para dar conta da grande massa de trabalhadores livres que:

(...) veio substituir o escravo que dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (Martins, 2004, p.28).

Esta reflexão nos direciona para outro necessário apontamento a partir deste momento: ainda que concedida sua “liberdade” frente à escravidão, para à mulher negra ainda estava condicionado a imposição de seu corpo enquanto força de trabalho e também reprodutor dela.

Na República Velha (1889-1930), a mulher branca, pertencente à fração de classe dominante e média urbana, já obtinha desde o final do período imperial, o acesso à educação enquanto um preparo para atividades domésticas. Somente em 1891 é que se conquista o direito ao voto feminino, e este ainda restrito às mulheres letradas e diplomadas da sociedade. A busca pelo sufrágio universal do voto, foi repleta de muitas mobilizações sociais e resistências diante da hegemonia de discursos que defendiam os valores morais do patriarcado, de modo que a ocupação da mulher em outro espaço e função para além da manutenção do lar e dos filhos, representavam uma ameaça aos bons costumes e integridade familiar<sup>11</sup>. Nesse processo, as mulheres em 1910 criaram um partido político. Mas, foi somente no Código Civil de 1916, que a mulher passou a ser politicamente considerada enquanto a figura de colaboração ao homem,

---

<sup>10</sup> (...) a mulher é responsabilizada por meio de um trabalho não remunerado pela satisfação das necessidades dos membros da família. Por isso, “este sistema serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de riqueza social, e para perpetuar a opressão da mulher” (Waters, 1979, p. 87; tradução nossa 100 *apud* Cisne, 2013, p.130).

<sup>11</sup> havia os que se posicionavam contrários ao sufrágio feminino, alegando que a emancipação política da mulher provocaria a destruição da família, que a mulher não se equiparava aos homens, pois não prestava serviço militar, ou ainda que a concessão do direito ao voto para as mulheres macularia o caráter e a moral daquelas a quem cabia a educação dos filhos (Porto, 2002, p. 159 e 232-243, *apud* Dias e Sampaio, 2011)

no casamento, e não a de obediência<sup>12</sup>. Analisando este mesmo dispositivo da Lei, vemos que ainda se fazia necessária a luta permanente, pois era promulgado neste mesmo Código, o domínio do homem sobre a mulher, como por exemplo: o “direito de o homem autorizar a profissão da esposa como condição para que esta pudesse exercê-la (art. 233, inc. IV), além da definição do homem como chefe da sociedade conjugal (art.233), entre outros” (Dias e Sampaio, 2011, p.68).

As mulheres, como os homens da classe trabalhadora, obtiveram algumas conquistas durante o governo de Getúlio, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no país, fruto de anos de lutas sindicais e sociais, nascidas desde a *Greve Geral* (1917). A CLT garantiu a jornada de 8 horas de trabalho, o salário mínimo, também refletem o interesse capitalista em garantir de alguma forma, a subsistência da classe trabalhadora que estava ameaçada pelas mais desumanas condições laborais daquele período.

Mesmo com este cenário de conquistas, prevalecia a realidade apontada por Marx (2010, *apud* Costa, 2019, p.90), na qual a relação do patriarcalismo desencadeou às mulheres a designação de serem a mão de obra mais barata.

Logo, ao ocupar esta posição, o pagamento do salário para essas trabalhadoras, não era suficiente para sua manutenção e reprodução, legitimando a divisão sexual do trabalho e a superexploração decorrente deste modelo.

Neste processo, passou-se a efetivar a segregação de espaços e vínculos laborais estruturalmente nesta sociedade. Podemos considerar a família como um mecanismo fundamental para sustentação desta dinâmica. Quando resgatamos a concepção originária do *latim*, temos que a unidade familiar é uma relação de produção que obtém um conjunto de indivíduos que devem trabalho a um chefe, que seria o homem, e este também representa aquele detentor da mulher, crianças e a terra, enquanto suas propriedades (Delphy, 2009, tomo I, p. 39; tradução nossa, *apud* Cisne, 2013, p.129). Importa destacar assim que, a estrutura patriarcal, ainda hoje tem representado com a família, relações de dominação por meio da imposição de valores morais, submissão, ideologias e conservadorismo (Paes & Carrara, 2023, p.6), que fortalecem as relações de dominação capitalista.

---

<sup>12</sup> O nosso código civil, afastando-se de outros menos liberais, deu à mulher brasileira uma situação privilegiada, considerando a esposa como companheira do marido e não como inferior, não lhe exigindo, na sociedade conjugal, obediência, mas sim colaboração. Sendo a mãe a tutora natural dos filhos, dotada do pátrio poder, elevou-se legalmente ao nível do homem, cujas responsabilidades políticas está habilitada a compartilhar (Senado, 1927, *apud* Dias e Sampaio, 2011, p.69)

A Igreja Católica tinha o casamento como um ideal a ser difundido, mas apenas alcançado por alguns, melhor situados socialmente (Mello, 2004, p.188). Assim, se tratando da camada nacional mais pobre, o grande contingente de escravos libertos após a escravidão, também implicou no aumento de famílias chefiadas por mulheres pretas, uma vez que oficialização civil e social do matrimônio, não era um padrão acessível para estas, haja vista a influência direta do período escravocrata que considerava a mulher preta a partir de sua existência condicionada às dimensões econômicas (enquanto mão-de-obra escrava) e reprodutivas (amas de leite, corpos que reproduzem mais força de trabalho para ser escravizada) (Gonzalez, 2020, p.72).

Sendo este, um contexto que ainda perdura impactos nos dias atuais (Mello, 2004, p.188), a via desta lógica, enquanto naturalização do lugar da mulher negra neste cenário, também implica em como a divisão sexual do trabalho desempenha a funcionalização não só da produção de mais-valia como ainda da reprodução social deste sistema. A demarcação do lugar da mulher na estrutura laboral, tornou-se decisivo para que mesmo hoje o patriarcado e racismo passassem a sustentar toda esta dinâmica de apropriação e exploração de trabalho da mulher (Costa, 2019). Estudar a categoria divisão sexual do trabalho permite desnaturalizar não só a disparidade de gênero deste fenômeno como também busca não banalizar questões cotidianas como o machismo, sexismo e a misoginia.

Dessa forma, tal estrutura laboral nada mais implica do que na direta reatualização de valores e direitos restritos para a classe trabalhadora e aqui centralizado a intensa discriminação histórica vivenciada por mulheres e em especial, as negras e indígenas nesta sociedade. No estudo de Sampaio (2021, p.118-122), é exposto que a violência contra os povos indígenas, sobretudo sobre as mulheres desta etnia, ainda é uma realidade e elas têm feito de sua vida um instrumento da resistência do seu povo. Já a mulher negra, esta também vivencia desde o regime escravista, a imposição de uma estrutura patriarcal e racista, que permanece amparando um contingente de negligências invisibilizadas pelo Estado, do qual crimes como o estupro ou o trabalho doméstico não remunerado, se fazem contínuos (Álvaro de Araújo, 2021, p.350-351).

O trabalho do cuidado, enquanto desenvolvido no âmbito doméstico por exemplo, historicamente nos foi reportado como responsabilidade natural das mulheres. É histórica a construção naturalizada da representação da mulher enquanto exemplo de mãe, esposa e dona de casa (Sampaio, 2021, p.111). Como se esta ocupação não fosse na verdade produzida e imposta a este público, com o foco de garantir a manutenção e subsistência não só da classe

trabalhadora, como também da garantia estrutural de coerção e disparidade de gênero e racial. O próprio “Dia das Mães” sustenta este estereótipo enquanto um mercado cultural econômico (Sampaio, 2021, p.111). Constitui-se, portanto, como um trabalho doméstico “enquanto trabalho realizado sem remuneração” ou trabalho reprodutivo, que engloba ambas as dimensões (Hirata, 2012, p. 285). Soma-se a isso, a cultura de vigilância sobre a mulher gestante, sendo quase imposto sobre ela uma disciplina de comportamentos e autodomínio que efetiva o autocuidado voltado para o seu corpo (Botton, 2017, p.70). Para além da esfera social, a saúde pública do Brasil também incorpora este estereótipo uma vez que é histórico a consideração do corpo reprodutivo enquanto condição essencial de existência da mulher (Botton, 2017, p.70).

Em função deste ordenamento, são os diversos impasses que uma mulher pode enfrentar por ocupar áreas que historicamente foram ocupadas por homens, gerando uma cultura de naturalização de funções laborais. Recordemos que a escolarização das mulheres, conforme já citado em Dias e Sampaio (2011), era àquela condicionada ao preparo de boas maneiras, aparência e obediência, ou seja, as instruções para ser uma boa esposa<sup>13</sup>. Por isso, a herança histórica de ser quase automático a associação do público feminino à uma posição laboral subalterna, caracterizada pela atribuição de servir valores, aparência e resiliência comportamental. As discriminações se estendem também no ato das entrevistas de emprego, onde a condição de gestante, ou a aparência que não corresponda aos padrões sexistas, podem ser fatores de eliminação de qualquer candidata (Lobo, 1991, p.38). Os ataques não param por aí pois o assédio se mostra um componente diário das trabalhadoras em seu ambiente de trabalho.

Somado a isso, esta é uma realidade ainda mais profunda na desigualdade quando analisada a inserção da mulher negra no mundo laboral. Na obra “Por um feminismo Afrolatinoamericano”, Lélia Gonzalez destaca que:

De qualquer modo, novas perspectivas foram abertas nos setores burocráticos de nível mais baixo, que se feminizaram (prestação de serviços em escritórios, bancos etc.). Mas como tais atividades exigem um nível de escolaridade que a grande maioria das mulheres negras não possui, muito mais motivos foram criados no sentido de reforçar a discriminação: o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. Quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente em multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla CR, “colored”, colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bilíngue ou trilingue, por exemplo). Quando nos anúncios de jornais, na seção de

---

<sup>13</sup> (...) são formadas para efetuar tarefas monótonas, repetir dia após dia, os mesmos gestos, dar provas de minúcia, de destreza, de rapidez, de habilidade manual na execução de tarefas não remuneradas e não valorizadas, sempre submissas aos homens no seio da família (Lobo, 1991, p.37).

oferta de empregos, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência” etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas (Gonzalez, 2020, p.50).

O mundo do trabalho empenha barreiras históricas que inviabilizam a garantia de direitos como o que ocorre com a violação do artigo 7 da própria Constituição Federal brasileira, que ordena “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (BRASIL, 1988, art. 7º). Ainda que neste, esteja promulgado a obrigatoriedade da isonomia salarial para homens e mulheres, dados nos apontam uma realidade onde, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mulher continua recebendo 20% a menos que o público masculino.

Somado a isso, temos o dado de que no Brasil, cerca 11 milhões de mulheres empenham a função de mães solo, de acordo com uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>14</sup>. Esta não é uma condição que representa uma vida sem trabalho dessas matriarcas. Pelo contrário, como já referendado: “abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros”, podendo ser definido como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem” (Kergoat, 2016, p. 17) podendo ser considerado uma atividade laboral fundamental para existência humana, ou seja: trabalho do cuidado ou trabalho reprodutivo. Além disso:

Os produtos garantidos pelo trabalho reprodutivo não tem sua consumação esgotada no interior da família, uma vez que eles serão destinados também ao mercado. Mais do que isso, o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza. (Cisne, 2013, p.133)

Trata-se aqui de indicar que, ainda que ambos os gêneros apresentem a condição de classe trabalhadora, está consolidada uma demarcação histórica, de tal modo que o acesso a qualquer ocupação laboral também será determinada pelo nível de poder moral, cívico e econômico que o gênero e a cor de sua pele, podem ou não obter:

E nesse processo se recorre ao patriarcado e ao racismo por serem mecanismos históricos de segregação da força de trabalho como uma base de legitimidade que inferioriza as mulheres e a população negra (Gomes *et al.* 2021, p.88).

É fato que, quando atribuímos o necessário recorte racial desse panorama, temos uma realidade ainda mais desigual, posto a coisificação<sup>15</sup> da população negra ao ser invisibilizada pela sociedade com o racismo estrutural. Nesta perspectiva, podemos elencar que, uma vez

---

<sup>14</sup> Segundo uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, são 11,5 milhões de mulheres que exercem o título de mãe solo. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em 02/08/2023.

<sup>15</sup> Tal qual indica o termo de “reificação” referendado no item 1.1 deste trabalho

inseridas neste contexto, os papéis sociais designados à mulher e sua cor, vão direcionar qual o nível de expropriação de sua autonomia:

No que se refere à ocupação no mercado e nas atividades de trabalho, se considerarmos a informalidade e a inserção no trabalho doméstico (...) as mulheres negras estão no topo da pirâmide, ou seja, são as que mais estão no setor informal e a força de trabalho mais empregada no trabalho doméstico (Costa et al., 2021, p.558).

O documento “Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, elaborado pela Oxford Committee for Famine Relief - OXFAM, denuncia uma realidade em que a função de doméstica, se configura como a categoria de trabalho mais explorada no mundo, onde no Brasil, apenas 10% destas trabalhadoras acessam seus direitos trabalhistas. Mais da metade destas ultrapassam o limite de 8 horas diárias de trabalho, além de serem invisibilizadas em seu ambiente laboral, uma vez que a casa de seus padrões, quase sempre exercem o controle sob a vida destas trabalhadoras. Infelizmente:

Estima-se que US\$ 8 bilhões sejam roubados todos os anos das 3,4 milhões de trabalhadoras domésticas que se encontram em situação de trabalho forçado no mundo, cifra equivalente a 60% dos seus salários devidos (Oxfam, 2020, p.12).

#### **1.4 - A intervenção do Estado na extrema pobreza: o nascimento e a atuação do Serviço Social no Brasil**

Foi também a partir de intensas lutas sociais, que o Estado passou a intervir na pobreza extrema gerada por este contexto capitalista. Nos anos de 1920 à 1930<sup>16</sup>, os impactos severos advindos da primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a expansão capitalista com sua exploração, representaram pontos primordiais para uma verdadeira “guerra civil” que a classe trabalhadora precisou protagonizar para garantir sua existência (Iamamoto, 1982, p.126).

Essa reação ameaçou os pilares de sustentação burguesa, qual sejam: moral, religião e ordem pública (Iamamoto, 1982, p.126), era necessário controlar este contingente, para que tanto se garantisse as condições mínimas para a funcionalidade da classe trabalhadora no mercado, como ainda a permanência de um modelo que impedisse conflitos contrários à ordem vigente. Nos estudos de Iamamoto, em *Relações Sociais e Serviço Social*, é descrito que nesse momento:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de reconhecimento do Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. (Iamamoto, 1982, p.126)

---

<sup>16</sup> A situação destes tornou-se dramática em consequência da grande depressão dos anos 1930: foram reduzidos ao desemprego; os estados demonstraram-se incapazes de sustentá-los; muitos haviam visto esgotarem-se suas economias, e tinham sido despejados de suas habitações. (Beauvoir, 1970, p.255)

Aqui emerge o nascimento do Serviço Social no Brasil, porém em total controle e atuação da Igreja Católica, que por meio de recrutamento de mulheres das classes dominantes, realizavam intervenções de modo a disseminar um controle moral e resiliência comportamental, sob aqueles mais pobres. Em Iamamoto (1982) temos que esta foi uma medida que, apoiada na “missão de caridade” mascarava a imposição de ações que não buscavam os interesses desta população e sim daqueles que exerciam poder e influência na sociedade.

A intensa crise econômica perpassada na década de 1930 demarcava para o Estado, uma necessária intervenção nas camadas populares, de modo a conter os conflitos ocasionados pelas revoltas dos trabalhadores frente a pobreza social e econômica vivenciada por estes. Certamente a Greve Geral, ocorrida em 1917 influenciou ameaças constantes à ordem de sustentação dos operários para a exploração no trabalho.

Vale destacar que a formação social do Brasil, moldada pela presença do escravismo e pela economia dependente, delineou as bases para que o desenvolvimento do capitalismo no país assumisse características particulares na elaboração de políticas públicas pelo Estado.

Foi no governo de Getúlio Vargas, que vimos o destaque de diversas medidas políticas para conter as mobilizações sociais. Em primeiro lugar, conforme já supracitado a concepção de *Estado Ampliado*, Vargas incorporou a disseminação de duas frentes ideopolíticas: coerção e consenso. Por meio da coerção, podemos citar a centralização do Poder Executivo, em detrimento do Legislativo, para garantir maior arbitrariedade política de seu governo sob todo território nacional. Já por meio do consenso, as instauradas “Leis Sociais”, as medidas políticas não comportavam mudanças substantivas que amparassem o pauperismo ainda latente entre a classe trabalhadora, causados pelo “liberalismo excludente” (Iamamoto, 1982, p.285).

Além disso, uma tarefa emergente do Estado, era a implementação de medidas que protegessem a ordem (Iamamoto, 1982, p.285). É sob este contexto que se desenvolve o Serviço Social, pois era preciso dominar sob o operário a disciplina da fábrica e, ao mesmo tempo, designar a ele, a individualização da manutenção de sua própria existência. A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>17</sup>, além de atuar nesta via, representou um grande primeiro marco da profissão de Serviço Social no país.

---

<sup>17</sup> Segundo Iamamoto (1982, p.250) “[...] seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra”. Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade (...) A assistência às famílias dos convocados terá também um amplo caráter promocional. Apenas no Distrito Federal, a LBA montará mais de cem postos de atendimentos e postos diversos de trabalhos voluntários. A partir de um acontecimento de grande impacto emocional, a LBA procurará granjear e canalizar apoio político para o governo, movimentando sua ação assistencialista”.

Dessa forma, em resumo, era próprio da profissão a competência de gerenciamento de crise, onde a regra quase sempre era dinamizada pelos interesses do Estado, e não apresentava ainda políticas sociais que atendessem a alta demanda no país. É possível analisar este fato no relato da autora Carolina Maria de Jesus, que também era uma usuária do Serviço Social, na década de 1960:

“Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobre” (Jesus, 1992, p.35)

Assim que ferveu eu puis o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no Serviço Social com relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata doce (Jesus, 1992, p.35).

Carolina não chegou a presenciar a mudança desta lógica de serviço, mas, com o tempo, o contexto societário no Brasil precisou emergir mais contradições e impactos sociais significativos, para que a Política de Assistência Social fosse reconhecida enquanto política pública, com vistas a viabilizar direitos mínimos para a população inserida na aparente desigualdade social no país. Ela ainda é fruto dos avanços traçados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, e tem relação direta também com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) de 1993, direcionada para incluir acessibilidade social aos que se encontram às margens da sociedade. Sendo parte do tripé da Seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência), esta política apresenta ainda três vertentes de proteção social: às pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.

Aprovada pela RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004 (DOU 28/10/2004), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) têm por trabalho uma perspectiva socioterritorial, visando atender as demais particularidades (demandas sociais) dos 5.500 municípios do país. Sendo os diferentes espaços, com índices demográficos distintos, cada um destes, no entanto, apresentam como alarmantes disparidades que refletem a ausência do Estado.

Dados apontam que a família brasileira tem passado por transformações, onde uma porcentagem significativa tem apresentado a mulher como referência familiar. Para atender conforme estas dinâmicas, é objetivo da PNAS a implementação de programas setoriais que ampliem a proteção integral destas famílias. Neste caminho, cabe citar aqui a importância de atenção ao público de crianças, adolescentes e jovens, que esta política visa para atender

expressões da questão social como o trabalho infantil, e por conseguinte a evasão escolar, destes espaços.

Assim, no caminho de analisar as demandas de cada território, a política se desenvolveu e criou bases para ampliação de sua atuação com a criação das unidades: Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especial em Assistência Social (CREAS); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Se de um lado hoje usufruímos de avanços em relação as melhores condições de vida para a classe trabalhadora, de outro, o que se observa é a vasta estrutura de segregação racial e de gênero no país. De fato, esta é uma herança histórica, com bases consolidadas na sociedade, como já supracitado. No entanto, o sistema capitalista avança na mesma medida, a reatualização desta dinâmica coercitiva e desigual.

O documento “Seminário Nacional: o trabalho do assistente social no SUAS”, elaborado pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) confirma um contexto de desproteção social e econômico com ainda parte de um quadro nacional, uma vez que:

não é casual que a Assistência Social tenha como público principal as mulheres e que sejam também elas a serem demandadas a arcar com responsabilidades ou suprir necessidades sociais básicas, que são de responsabilidade da sociedade e dos poderes públicos. Isso tem a ver com uma construção social das relações sociais de gênero, conservadoras e patriarcais, extremamente arraigadas na nossa sociedade e que se revelam de modo bastante claro na divisão sexual do trabalho (Cfess, 2011, 126).

Para os (as) Assistente Sociais, esta é uma realidade que faz parte de seu cotidiano profissional. A rotina de uma instituição como o CRAS, exemplifica o quanto a atual distribuição de recursos como Auxílios de Benefícios Eventuais, não conseguem atender a alta de demandas estruturais advindas deste contexto. Para além disso, este quadro acaba sustentando a relação de “Essencial x Emergente” como parte da atuação profissional de **qualquer técnico desta e de todas as unidades da Assistência Social.**

No equipamento CRAS do qual me inseri enquanto estagiária, por exemplo, a ínfima disposição de benefícios eventuais (cestas básicas), era um fato que acabava centralizando o quanto a alta busca de usuários por este serviço, não comporta disponibilidade para a viabilização emergente de todos que precisam deste e de outros direitos viabilizados nesta instituição. Dessa forma, podemos vislumbrar o quanto a sobrevida marcada por expressões da questão social como a fome e a burocratização de acesso à direitos mínimos, podem estar naturalizadas entre a classe trabalhadora. Se há habitantes deste espaço apresentando a fome (condição urgente que coloca em risco a sobrevivência) a vivência para as mães solo ou mulheres pertencentes a classe trabalhadora atendida, segue apresentando um leque de precariedades que representam a feminização da pobreza como cerne de sua história e cotidiano.

Tudo que envolve este cenário, ou seja: os baixos salários em função da desigualdade de gênero, a responsabilidade única pela manutenção do lar, cuidado e sustento dos membros familiares, solidão marginalizada por não apresentarem um cônjuge, permanece dando sequência de uma história de saqueio que, continua, expropriando as potencialidades emancipatórias para este público.

A ausência de moradias próprias, despejo de suas casas por conta das localidades de risco na cidade, insegurança alimentar, violência doméstica, extensão do trabalho em casa, responsabilização única pelos filhos e membros idosos, são algumas das demandas apresentadas pelo público feminino atendido no equipamento.

Sendo o Projeto Ético-Político do Serviço Social, uma das peças fundamentais de luta contra as contradições impostas pela estrutura capitalista, sabemos que apesar da autonomia relativa do profissional Assistente Social, quando este agente técnico projeta mais atenção para a elaboração de projetos e programas que visem a contramão desta via, pode protagonizar caminhos que efetivem espaços potenciais de mobilizações coletivas, por exemplo. De acordo com Guerra (2000) podemos considerar que, a instrumentalidade, pode contribuir neste caminho, uma vez que a mesma infere a capacidade dos profissionais construírem, a partir das condições de trabalho existentes, meios/instrumentos para se objetivar uma intencionalidade do Assistente Social em seu trabalho.

## **2. ENVELHECIMENTO: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DESTE FENÔMENO NA CLASSE TRABALHADORA FEMININA NO BRASIL**

Neste item, serão discutidos os determinantes que atravessam o fenômeno de envelhecer dentro do regime capitalista no Brasil, bem como os fatos históricos que estruturam a realidade da velhice no país, principalmente para a classe trabalhadora. Uma linha do tempo cronológica da atuação do Estado no desenvolvimento da aposentadoria enquanto política pública direcionada a esta população, também será um caminho trilhado neste ponto.

### **2.1 A relação do Brasil e o envelhecimento**

O processo de envelhecimento está determinado pelas condições econômicas, sociais e biológicas propiciadas por uma dada sociabilidade (Teixeira, 2017). Ao longo da história, a velhice obteve várias representações a depender da cultura e sociabilidade. O conteúdo a seguir nos expressa alguns exemplos:

Ao se analisar a história, verifica-se que em algumas sociedades antigas, os velhos eram valorizados, em virtude de sua experiência, auxiliando os mais jovens em suas

atividades diárias, transmitindo seus conhecimentos adquiridos no transcorrer da vida. Já na Grécia, o envelhecimento era visto conforme a classe social. Se pertencentes à elite, detinham o poder político, econômico e cultural, sendo reconhecidos como sábios, diferentemente daqueles pertencentes às classes sociais inferiores, que representavam a invalidez, a doença e a morte Horn (2013, *apud* Dardengo e Mafra, 2018, p.4)

Já no século XIV e XVI, o reinado de Henrique VII e VIII na Inglaterra, proclamava que os “velhos” incapacitados para o trabalho, deveriam receber uma licença para mendigar (Marx, 1983, p.356). Além disso, neste mesmo período:

[...] se a pessoa idosa pertencia a uma classe social menos abastada, por vezes era reconhecido como um estorvo e largado a própria sorte, afinal, quem não possuía vitalidade para ajudar no sustento, trabalhar e ir para guerras, era considerado um fardo social para a sociedade. Ademais, a questão de gênero significou outro fator importante, pois as mulheres idosas eram acusadas de bruxaria por terem longos anos de vida e muitas foram queimadas vivas, sem qualquer tipo de defesa (Castamann et al. 2022, p.3).

Os estudos de Costa et al. (2017, p. 156) nos indicam que:

A “velhice” seria a última fase da existência humana; o “envelhecimento” está atrelado às mudanças físicas, psicológicas, sociais e culturais. “Amadurecer” e “maturidade” significam a sucessão de alterações ocorridas no organismo e a obtenção de papéis sociais. Velhice ou “terceira idade”?

Pressupõe-se que existam ainda dúvidas quanto à terminologia a ser empregada para referir ao idoso/envelhecido: velho, idoso, ancião ou terceira idade? [...] O envelhecimento possui uma dimensão existencial e se modifica com a relação do homem com o tempo, com o planeta e com a sua própria história: social, cultural e de vida.

Analisando a atual conjuntura de dominação capitalista, é inegável a extrema pauperização como parte da dinâmica de luta de classes deste sistema, onde a sociedade acaba sendo dividida entre aqueles que possuem os meios de produção para bens e consumo e aqueles que não detém nada e dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, em troca de um salário, condição esta que quase sempre é insuficiente para garantia dos mínimos necessários para sobrevivência (Santos & Nascimento, 2020, p.168). Este é um fato que implica direta influência no processo de envelhecimento humano, haja vista o acesso desigual à qualidade de vida para a classe trabalhadora.

A posição de trabalhador explorado expressa uma eterna subordinação aos interesses e ataques do mercado de trabalho. A falta de garantias básicas de direitos humanos desempenhou um papel crucial para a ínfimas condições humanas de sobrevivência de trabalhadores no modo de produção capitalista, principalmente no continente europeu durante século XVIII, pois este era o território central em que se protagonizava o avanço do capitalismo, sem a garantia mínima de uma estrutura sanitária nas cidades.

Fazia parte deste cenário a exploração intensiva da mão de obra, atrelada ainda a ausência de políticas básicas de saúde que fossem pensadas e ofertadas universalmente. Para gerenciar essa crise, o Estado, submetido às inclinações dos grandes detentores de poder desempenhou o papel de atender a requisitos de lutas sociais, de tal modo a viabilizar somente condições sociais básicas que sustentassem uma existência humana única e contínua para este sistema.

Representando uma mão-de-obra inativa para o mercado, a população idosa precisou empenhar anos de luta e resistência para a conquista de seu espaço no âmbito de direitos mínimos. O *Idadismo*, preconceito contra os indivíduos de idade avançada, ao interagir com outras discriminações como o racismo; sexismo ou o capacitismo (Paiva et al. 2021, *apud* Matos et al. 2023, p.9), representa uma barreira histórica a ser combatida por estas mobilizações populares.

Além disso, no ítem 1.4 “Expansão capitalista no Brasil e o lugar da mulher na generalização do trabalho livre” deste trabalho, vimos que a instauração das políticas públicas não só atribuiu uma resposta do Estado frente às lutas históricas populares, como também consolidou bases para que por meio da política social, as condições fundamentais de vida da classe trabalhadora passasse a ser um alvo do governo e grandes mercados, a fim de se prolongar o período de servidão dos trabalhadores ao capital.

Como consequência deste contexto, a ampliação da longevidade populacional empenhou avanço significativo para a história da humanidade. No Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a Previdência Social ganhou espaço nas políticas públicas, representando contribuição importante para o início de uma expansão demográfica que ocorreria no país.

Em meados das décadas de 1930 e 1940 os avanços do Estado Brasileiro cada vez mais liberal, ou seja com intervenções estatais cada vez mais restritas na economia, o cenário para a velhice era permeado pela pobreza e ínfima garantia de sobrevivência tanto para os previdenciários como para aqueles que usufruíam da assistência. Para além disso, esta era uma realidade da majoritária população nacional e em todo território do país se estenderam lutas e mobilizações sociais de diversas frentes a favor de melhores condições de vida (Teixeira, 2017, p.129). O Movimento dos Aposentados e Pensionistas ganhou força neste contexto da década de 1980, com discursos centralizados na concepção de direito e responsabilidade governamental para a garantia de uma dignidade de vida necessária (Teixeira, 2017, p.129).

Mesmo neste cenário de lutas sociais, importa mencionar o grande destaque do chamado populismo na gestão Varguista, e o quanto este era um fenômeno muito presente na introdução

da aposentadoria no cenário político, ainda que esta tenha sido pensada para subsidiar o enfrentamento da crise econômica no período da Segunda Guerra (Teixeira, 2017, p.122).

Na presidência de Juscelino Kubitschek (1956–1961), o desenvolvimentismo determinou algumas mudanças deste contexto como o enfraquecimento do protagonismo exercido pela Liga Brasileira de Assistência - LBA com o assistencialismo, realocando a previdência da relação capital-trabalho como agora produto do desenvolvimento econômico (Teixeira, 2017, p.123). A criação da Liga Orgânica de Previdência Social - LOPS consolidou esta lógica ao designar a centralidade de Direitos assistenciais aos Segurados e seus dependentes. De fato, esta foi uma década que influenciou impactos diretos na formulação de políticas públicas imprescindíveis como Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), em 1961, e o Serviço Social do Comércio (SESC), em 1963 que empenhou diversos programas para a população idosa naquela época (Santos e Nascimento, 2020, p.172).

Já no regime ditatorial (1964 - 1985) no Brasil, a unificação dos sistemas previdenciários, ocasionou a separação deste em relação ao trabalho para a vinculação ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Assim, ainda de acordo com Teixeira (2017), se antes a velhice era dependente de instituições beneficentes e religiosas, agora era um direito do segurado contribuinte a garantia vitalícia de um salário mensal.

Logo após isso, ainda na Ditadura Militar, a viabilização de serviços assistenciais somente aos previdenciários, acabou fazendo o Estado reconhecer a negligência das políticas públicas prestadas aos idosos em suprir suas demandas básicas de sobrevivência. A nova Legislação Previdenciária, no governo de Geisel (1974-1979) trouxe como destaque o custeamento da União em investimentos no setor privado para subsidiar a Assistência da Previdência Social, bem como dar conta de sua alta demanda. No entanto, o resultado se mostrou falho tanto em cumprir com as despesas, como ainda no ínfimo investimentos em obras públicas para atender essa população, sem contar ainda com a corrupção disseminada (Teixeira, 2017, p.127).

Em 1977, a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência - SNPAS e sua vinculação com o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS e Instituto de Administração Financeira de Assistência Social - IAPAS foi determinante para que depois a restrição dos gastos públicos com a saúde fossem concentrados para os previdenciários. Foi só em 1979 que os idosos não pensionistas puderam retornar a usufruir dos serviços assistenciais, em função de um planejamento coordenado pela LBA para viabilizar melhores condições de vida para a velhice trazendo mais acessos a sociedade para essa classe marginalizada (Teixeira, 2017, p.128). Certamente, isso também representou influência para o

aumento da diminuição da receita para o setor da previdência, o que conseqüentemente acarretou na defasagem dos serviços prestados para os pensionistas e aposentados.

A Constituição Federal de 1988, promulgada em pleno contexto internacional de avanço do neoliberalismo nos países de capitalismo central, trouxe consigo um resultado importante destas mobilizações: a Seguridade Social, que a partir de um tripé: Assistência Social; Previdência Social e Saúde, destina ao Estado o dever de assegurar o amparo e viabilização dos direitos promulgados a população e aqui centralizado ao público idoso. Foi a partir de então que se desvincilhou a relação direta do assistencialismo com o trato da pessoa idosa, como agora direito desta a cidadania. O reflexo disso foi a conquista da Política Nacional do Idoso (PNI), em 1994 e, posteriormente, o Estatuto do Idoso em 2003 (Santos e Nascimento, 2020, p.173).

Ainda assim, a presença de outras problemáticas em cena, como o desemprego e precarização do trabalho, a pressão social em relação às pautas urgentes sobre a dignidade na velhice, foram ofuscadas, além da diminuição da receita de contribuição para a Previdência, conseqüentes deste cenário. Além disso, é importante destacar que não é só no discurso moral e histórico a designação da família como responsável central nos cuidados e amparo ao bem-estar da pessoa idosa. Podemos citar as normativas legais: (Brasil, 1988, art. 230):

“Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares”.

E também referenciar o que consta no Estatuto do Idoso Lei 10.741/2003 (Brasil, 2003):

“Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

Estas acabam centralizando a obrigatoriedade primordial da família<sup>18</sup> e sociedade civil nessa responsabilidade, onde o Estado se esgota em assistir o apoio e assistência, por meio das políticas de proteção social (que em prática se mostra insuficiente e incompatível com a alta demanda) para àqueles desprovidos de uma autonomia financeira ou condições familiares de arcar com todas as demandas desta fase da vida. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) exemplifica esta medida governamental que, em resumo, garante à pessoa idosa, a partir dos 65 anos de idade, com a renda de até ¼ do salário mínimo per capita e a pessoa portadora de uma

---

<sup>18</sup> Apesar dos avanços advindos da Constituição e suas implicações às políticas de proteção social ao idoso, é possível inferir que as políticas sociais tem um forte direcionamento para a família, ou seja, é no contexto familiar que esta proteção deve acontecer, preferencialmente, como pode ser constatado na Constituição, no Código Civil brasileiro, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso (Muller, 2018, p. 2).

Deficiência, com esta mesma renda: o recebimento mensal de um salário mínimo. No entanto, em vista do cenário de intensa crise econômica no país, o agravamento da pobreza, e as necessidades financeiras que a velhice pode demandar, este rendimento promulgado pelo Estado, não consegue dar conta de garantir uma vida saudável para seus dependentes. Em Muller (2018), temos que com a baixa oferta de serviços do Estado, o familismo<sup>19</sup> acaba cumprindo com a responsabilização dos mínimos para o bem-estar do idoso no Brasil, uma vez que se pautando na matricialidade familiar, o Estado também se mostra não ser um governo pró-família, onde o mesmo garante uma base de recursos para que os membros familiares possam ter condições de cuidar da pessoa idosa.

A atuação do Sistema Único de Saúde - SUS, legitimado pela Constituição de 1988, enquanto política de saúde universal gratuita, representa um mecanismo primordial no amparo não só do idoso nessas situações de desproteção social e econômica, como ainda é considerado um serviço usufruído por grande parte da população brasileira. Apesar dos ânimos de ataques contra este serviço público, por parte do terceiro setor e do domínio da ofensiva neoliberal no país, o SUS continua sendo o maior sistema universal de saúde do mundo, onde mais de 75% da população brasileira depende dele. Porém, a preocupação mais latente dos beneficiários e aposentados permanece sendo o sucateamento ainda maior deste sistema, pois são direcionados muitos ataques contra ele<sup>20</sup>, nas quais Teixeira (2017, p.135) nomeia alguns fatos que precisam ser defendidos no combate deste contexto: a seguridade é financeiramente sustentável e apresenta grande potencial de expansão, além do seu *superávit*<sup>21</sup> acumulado durante anos, e mesmo com este fato, houve cada vez menos aplicação destes recursos na Seguridade.

Não fosse a corrupção política nacional e interesses neoliberais da política brasileira, este era pra ser um impulso para os avanços emergentes necessários para este setor, mas, de acordo com os estudos de Teixeira (2017, p.137) houve grandes desvios financeiros deste recurso, para fontes de acumulação financeira. Um impacto e reflexo disso, é a aprovação e vigência da PEC-241, assinada em 2016, no governo Temer, que introduziu por duas décadas

---

<sup>19</sup> O familismo se pauta na solidariedade dos membros. Reitera as funções protetoras femininas e a naturalização da família como instância responsável pela reprodução social e se expressa em graduações diferentes, conforme a desresponsabilização pública, quer pela omissão e, também, pelo compartilhamento de metas ambiciosas, diante de situações adversas e de difícil solução, com parcos investimentos (Zola, 2015, p.59, *apud* Muller, 2018).

<sup>20</sup> Apesar dos avanços na política pública de saúde no Brasil, com o Sistema Único de Saúde (SUS), nos últimos anos constata-se a ampliação dos serviços de saúde em âmbito privado. A precarização do serviço público, com equipamentos cada vez mais sucateados, morosidade burocrática, desabastecimento, cortes de financiamento etc, fortalece o processo de mercantilização dos serviços de saúde. (Santos & Nascimento, 2020, p.170)

<sup>21</sup> Implica dizer que os recursos arrecadados foram maiores que as despesas que estes são recolhidos para atender. Este é um fenômeno positivo para o sistema, uma vez que implica não só sua sustentabilidade como ainda a possibilidade de expansão e aplicação em benefícios futuros (Teixeira, 2017, p.135).

o congelamento de investimentos com gastos públicos como a Assistência Social, Previdência Social e Saúde, estagnando junto o desenvolvimento social de todo país. Conforme acrescenta Santos e Nascimento (2020), este foi um fato que demarcou uma ameaça de retrocesso dos avanços para a longevidade no país, podendo ocasionar no aumento do índice de mortalidade demográfica.

Mesmo com este quadro de desmonte nas políticas sociais, a longevidade e o envelhecimento continuam representando um grande número no Brasil. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022 o índice de idosos com 60 anos ou mais, era de: 32.113.490, representando 15,6% da população nacional.

Teixeira (2017) e Silva (2018) nos estimula a refletir diante disso que: com todo o sucateamento e ataque à Seguridade, o país não tem estrutura para abarcar a longevidade que, ao mesmo tempo em que reflete uma conquista milenar, também implica um grande desafio para nossa nação. Há que se destacar a importância do que se tem consolidado até aqui para o campo do envelhecimento, mas também é preciso persistir em mobilizações contínuas para melhorias necessárias. Além disso, de acordo com Santos e Nascimento (2020):

O crescimento acelerado da população idosa e o declínio da taxa de natalidade, aliados às circunstâncias citadas no parágrafo anterior, interferem diretamente no planejamento e na execução das ações direcionadas a esse público. Exigem-se, portanto, novas posturas tanto do poder público quanto da sociedade civil, para que haja ações sociais consistentes que englobem as múltiplas questões impostas pelas transições demográficas. (Santos e Nascimento, 2020, p.166)

A pandemia da Covid-19<sup>22</sup> escancarou tal despreparo público e profissional para atender as demandas da população idosa. Os atendimentos pela saúde e assistência social revelaram o idadismo nivelado com a centralidade da idade cronológica dos indivíduos enquanto parâmetro para tomada de decisões profissionais (Morsch; Vega, 2023, p.7). De acordo com os estudos de Oliveira (2022), este foi um período desafiador pois potencializou as desigualdades sociais já existentes no país, na área da saúde, a calamidade pública se alastrou, o que acabou deixando mais evidente ainda os impactos do avanço das privatizações nos setores públicos. Na assistência social, já era realidade os cortes na oferta de direitos à população idosa, acentuando ainda mais a desproteção social e econômica vivenciada por estes indivíduos que acabam dependendo do apoio e cuidado de familiares ou outros grupos. A priorização da vida dos mais jovens, no contexto pandêmico, concretizou intensamente a banalização da morte de idosos. O

---

<sup>22</sup> O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. Na 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e na data de 8 de maio de 2023, foi declarado o fim desta emergência sanitária para o mundo.

decorrente agravamento das expressões da questão social, traz à tona a necessidade urgente de se reformular e intensificar os estudos e investimentos no setores de políticas públicas (Oliveira, 2022). É preciso que as entidades governamentais se atentem a esta realidade, pois, conforme afirma Matos et al. (2023, p.5):

é fundamental ressaltar que não se trata apenas de assegurar uma infraestrutura de saúde, previdência e/ou assistência social, mas de todo um conjunto de medidas integradas que possam garantir a qualidade de vida dos longevos, que contemplem os aspectos psicossociais, as relações de trabalho e estudo, e o convívio sociofamiliar e comunitário, como preconizado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pela Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e pelo Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003).

Conforme relatam os estudos de Teixeira (2017) e de Santos e Nascimento (2020), a expansão demográfica, ou seja, o avanço do crescimento populacional no Brasil, ainda hoje permanece sendo realidade somente em potências mundiais e nos países em desenvolvimento<sup>23</sup>. E mesmo nestes, temos que o aumento de expectativa de vida populacional não caminhou no mesmo nível em que a garantida da qualidade de vida para os indivíduos longevos. Pelo contrário, a velhice, nesses espaços, significa para os mais pobres, somente um maior tempo de vida seja com doenças, ou com outras expressões da marginalização social imposta.

Não à toa a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade em países desenvolvidos e com mais de 60 anos nos países em desenvolvimento. Nestas nações, a economia de dependência acaba refletindo na priorização de bens e serviços ao mercado exterior em detrimento do investimento nacional em direitos e uma estrutura que garanta a qualidade de vida para a população nestes espaços. Neste sentido, é emergente a garantia de políticas que assegurem o acesso à alimentação saudável, saúde pública em conformidade com a demanda. Estas são considerações que corroboram o que articulamos anteriormente, a respeito de que o processo de envelhecimento está determinado pelas condições econômicas, sociais e biológicas propiciadas por uma dada sociabilidade (Teixeira, 2017, p.181), assim, podemos apreender que qualquer fator biológico do ser humano, como o envelhecimento, estará também indissociável das relações sociais em que se encontra inserido:

Segundo Teixeira (2008), a abordagem do envelhecimento humano deve partir do pressuposto da expressão da “questão social”, atribuindo centralidade à problemática social do envelhecer do trabalhador, e não como uma circunstância inexorável que atinge a todo o grupo etário, independentemente de como a força de trabalho é expropriada e explorada (Santos; Barbosa, 2020, p.166).

---

<sup>23</sup> O privilégio da longevidade ainda é restrito a algumas parcelas da população mundial. Paiva(2014)apresenta os dados do relatório da Organização Mundial da Saúde (2003), através dos quais denuncia a deterioração das condições de saúde em países da África. Assim, constata que, enquanto uma criança nascida no Japão, em 2003, esperava viver, em média, 85 anos, uma criança em Serra Leoa provavelmente não viveria além dos 36 anos (Santos & Nascimento, 2020, p.166)

A própria realidade e estatística, da expectativa de vida máxima de 35 anos para uma pessoa transgênero no Brasil, confirma esta última citação. O envelhecimento, compreendido a partir desta perspectiva, não pode ser considerado um fator somente biológico do ser humano, visto que está diretamente determinado pela sociabilidade em que vivem os indivíduos. Assim, a realidade e a estatística da expectativa de vida máxima de 35 anos para uma pessoa transgênero no Brasil, ilustra o processo desigual do envelhecimento e em última instância das condições de vida da população de um país latinoamericano. Sendo o Brasil o país que mais mata transgênero no mundo<sup>24</sup>, a velhice para estes:

quando concerne a comunidade transgênera, o envelhecimento e a velhice não são democráticos. Posto isto, a transfobia e o etarismo tem por resultado a abjeção, que irá criar um duplo estigma: de um lado há um corpo abjeto, marginalizado e tido como aberrativo. Do outro estão os sujeitos que, ao envelhecer, são vistos como impotentes e sem credibilidade para a construção da sociedade (LIMA, 2019) (p.9) A abjeção, em coautoria com o preconceito etário, tem por resultado uma velhice transgênera subalternizada com dissímeis estigmas (Domingues et al. 2023, p.10).

Conforme Santos e Nascimento (2020), o capitalismo se apropriou do crescimento demográfico da longevidade, para expandir junto a isso, um mercado de consumo que centralizasse a direta relação da velhice com o lazer, em detrimento do necessário fortalecimento das políticas públicas por parte do Estado. Para os idosos da classe trabalhadora, resta uma velhice permeada pela oferta de um Estado que incorpora o viés de políticas sociais moldadas pela lógica privacionista, priorizando a filantropia, as Organizações não governamentais, enquanto inovações, transferindo as demais responsabilidades da vivência do idoso, para a família e sociedade civil (Santos & Nascimento, 2020, p.167).

Além da necessária demarcação do espaço territorial em que o indivíduo está inserido, é imprescindível também levar em conta a análise de que a experiência de envelhecer estará expressa de maneiras e níveis distintos quando consideramos o recorte racial e de gênero<sup>25</sup>. Se a disparidade entre homens e mulheres é uma realidade histórica, como supracitado, este fenômeno assume condição alarmante de expropriações e precariedades quando posta a comparação entre a população idosa branca e negra, por exemplo:

As moradias, nos territórios negros, podem ser chefiadas por idosas ou idosos e, quando falamos da moradia de idosas negras estamos falando do papel que muitas assumem, de pai e mãe de seus netos e netas, dadas as violências que atravessaram a

---

<sup>24</sup> Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos. Jornal da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>

<sup>25</sup>[...] Ou seja, as velhices demonstram uma heterogeneidade muito maior do que aquelas analisadas apenas pelos fatores físicos, biológicos e cronológicos. Há uma diversidade de velhices que é fundamentalmente condicionada pelo embate de classes, portanto a velhice é marcada pela divisão entre as classes sociais (Santos & Nascimento, 2020, p.174)

vida de seus filhos e filhas. E o ser mãe ou pai novamente pode nem sempre ser prazeroso. Para essa pessoa idosa, há a presença de incapacidades funcionais, o “não plano” de, com 60 anos ou mais, ter que cuidar de uma outra criança em tempo integral, dificuldade para a busca por cuidados e tratamentos não médicos, a limitação para novos aprendizados e para novas relações de amizade ou de conjugalidade. Por outro lado, para muitas pessoas idosas pode ser uma nova oportunidade de oferecer aos netos e bisnetos condições de vida que, na sua fase adulta, o trabalho e a renda as impediam de estar juntas e construindo uma vida melhor para seus filhos e filhas (Rioto et al. 2021, p.355).

Haja vista o processo de longevidade populacional diretamente determinado pela sociabilidade produzida nos territórios<sup>26</sup>, até que ponto as vontades e liberdade das mulheres faria parte destes espaços<sup>27</sup>, em que se predomina uma vida de submissão de serviços e riquezas nacionais? Temos que o processo do Estado brasileiro legitimar a teoria do embranquecimento<sup>28</sup>, entre os séculos XIX e XX, configurou um ataque à população indígena e negra que aqui residiam. Este trouxe consigo alguns impactos que ainda interferem na vivência e envelhecimento destes indivíduos no país, haja vista a histórica precariedade e negligência estatal em assistir com políticas públicas a cidadania destes:

em processo de envelhecimento, a maior presença de fatores que podem gerar adoecimento, como doenças infecciosas associadas a precariedade de saneamento básico e água potável, como também de violência e um esforço físico exagerado para sua segurança financeira, tudo isso pode acelerar o processo de envelhecimento celular, reduzindo o tempo de vida das pessoas negras, idosas ou não. (...) a violência e outros fatores não salutares atingem com muito mais frequência a população negra, reforçando a ausência das ações efetivas do Estado nesses espaços e, com isso, trazendo mais vulnerabilidade para a pessoa idosa negra que ali reside. É urgente que políticas públicas sejam mais efetivas nesses territórios negros, desnaturalizando condições de vida historicamente injustas para quem ali reside. Ofertar mais espaços e oportunidades para o lazer, trabalho e convívio social. Os diversos atores sociais envolvidos com as diversas estratégias para o envelhecimento ativo precisam se debruçar sobre a necessidade de que todos os grupos sociais de idosos não envelhecem da mesma forma e que sofrem de problemas específicos. (Rioto et al. 2021, p.358)

O trecho a seguir descreve um pouco mais sobre esta realidade:

A pessoa idosa residente nesses espaços com o acúmulo das discriminações vivenciadas ao longo da vida, de incapacidades funcionais, doenças e outros agravos à saúde adquiridos, terá sua mobilidade comprometida por barreiras (...)o acesso a bens e serviços de qualidade, pela falta de áreas comuns construídas, que leve em conta as necessidades de todas as gerações e não somente os jovens, pela violência e falta de estratégias de coibição da mesma, e pela ausência de atividades para o bem-estar e desenvolvimento da pessoa idosa (Rioto et al. 2021, p.358).

---

<sup>26</sup> O modo como se envelhece também tem relação com o acesso das pessoas idosas à prestação dos cuidados necessários de saúde, ao lazer, ao apoio social, provisão econômica, e também às oportunidades de participação para as pessoas que estão envelhecendo na atualidade (Costa et al. 2017, p.157)

<sup>27</sup> De modo geral, essa geografia do povoamento guarda as marcas do processo colonial de ocupação e uso do território brasileiro a partir do litoral e dos inúmeros avanços registrados ao longo do tempo na direção do interior, em um movimento sempre renovado de tensão entre as forças que promovem a litoralização e aquelas comprometidas com a penetração deste imenso território (IBGE, Censo Demográfico - População e domicílios, p.55, 2022)

<sup>28</sup> O Estado brasileiro optou por agir sistematicamente em relação à população negra no pós-Abolição com vistas à sua eliminação, como muito bem considerou Abdias Nascimento (1978, *apud* Ferreira, 2020, p.268)

Ainda sobre este contexto, tomemos como análise a concepção do termo “envelhecimento ativo”, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com Costa et al. (2017, p.159): "OMS adotou a terminologia 'envelhecimento ativo' no final do século XX, precisamente na década de 1990, após vários debates e reflexões sobre a necessidade de proporcionar um envelhecimento saudável para a população." Esta é uma abordagem que busca reconhecer os direitos humanos dos idosos, bem como na garantia de sua participação cidadã garantida na sociedade, nos espaços que propiciem para estas: independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. A partir desta lógica, o ideal seria deslegitimar o estereótipo do idoso enquanto um indivíduo passivo, e considerá-lo enquanto um sujeito ativo e de direitos. Dentre as diretrizes recomendadas neste documento:

[...] políticas e programas de envelhecimento ativo são necessários para permitir que as pessoas continuem a trabalhar de acordo com suas capacidades e preferências à medida que envelhecem, e para prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas que são caras para os indivíduos, para as famílias e para os sistemas de saúde (Opas, 2005, p.12).

Isto posto, podemos considerar que, uma vez inserido em um território em que se é menos acessível uma vida com qualidade, a fase do envelhecimento para as pessoas que residem nestes espaços, já apresenta o trabalho como ainda parte da rotina, sendo este, um fator que objetiva a sobrevivência e não como um exercício que exprime escolha em usufruir de uma garantia de direitos para o acesso digno a atividade laboral, tal qual indica a declaração do “envelhecimento ativo”. Importa demarcar, neste caminho, que as condições socioeconômicas não são as únicas que sustentam este cenário.

Porém, dificilmente se percebe a problematização da exploração da força de trabalho idosa. Talvez por se pensar que ao alcançar certa idade e tempo de serviço o indivíduo tenha direito à aposentadoria. Aqui se chama a atenção para o fato de que atualmente, em vários países, a aposentadoria já não mais garante à pessoa idosa a possibilidade do atendimento de suas necessidades básicas e que muitos destes beneficiários se veem obrigados a voltar ao mundo do trabalho. (Santos & Nascimento, 2020, p.168)

Importa agora destacar a abordagem apresentada por Costa et al. (2017, p.165), no que diz respeito a importância de se inserir nas discussões e decisões acerca do Envelhecimento Ativo: espaços de voz e ocupação de pessoas idosas, para que estas possam denunciar e elencar suas demandas postas pela saúde, participação, segurança, com o objetivo de romper antigos paradigmas. Esta é uma tarefa necessária, pois empenhar a autonomia proposta pelo Envelhecimento Ativo, na vigente sociedade capitalista, implica a considerar que:

O processo de autonomia é possível apenas para alguns dos idosos, de acordo com sua condição material de existência. Os que têm possibilidade de ter uma vida autônoma podem viver com maior independência pessoal, social, familiar, econômica e cultural, executando suas funções cotidianas com habilidade e liberdade (Costa et al. 2017, p.160)

Na contramão de uma garantia de condições de envelhecimento saudável e igualitário para todos na sociedade, certamente a proposta de concepções como a do “Envelhecimento ativo” mencionada no item anterior, expressa como se apresentam as novas diretrizes políticas e sociais, tidas como o que Cunha (2008, p.122) descreve criticamente por “solução para os “problemas” que são determinados como próprios da velhice: a “participação” em grupos, programas, projetos ou universidades para a “Terceira Idade”. Segundo a autora, estas propostas que não incluem em suas elaborações, as desigualdades e dinâmicas da sociedade capitalista “e, de forma simplificada, ainda os classificam como “aptos” ou “não-aptos” a seguir os preceitos do “bom envelhecer”(Cunha, 2008, p.122). Com o atual protagonismo destas e outras intervenções do Estado, o envelhecimento para a classe trabalhadora permanece sendo resistência cercada de violações de seus direitos mínimos.

Interessa para o Serviço Social uma mudança significativa desta realidade. Com toda sua evolução histórica, a profissão hoje tem em seu Projeto Ético-Político, o comprometimento a uma sociabilidade mais igualitária. Assim, é dever do profissional Assistente Social exercer um trabalho que atenda também os interesses da população idosa. Em conformidade com Silva (2022), temos um apontamento que ajuda a justificar esta afirmação:

Destarte, as relações sociais engendradas do sistema capitalista acabam por se constituir como importantes condicionantes no processo de envelhecimento. É diante desses apontamentos que podemos afirmar a necessidade de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, sobretudo para o envelhecimento da classe trabalhadora, que vivencia o processo do envelhecimento de forma exaurida (Silva, 2022, p.4)

Somado a isso, o próprio Código de Ética, em seu Princípios Fundamentais, também corrobora esta afirmativa:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
  - II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
  - III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
  - IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
  - V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
  - VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Código de Ética;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
  - VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Brasil, 1993)

Portanto, realizar um exercício profissional que esteja em conformidade com as inclinações da classe trabalhadora, reflete um compromisso ético que deve ser empenhado pelo profissional Assistente Social. No seu cotidiano de trabalho, cabe assim, construir estratégias ou apoiar os caminhos de luta para a maior visibilidade e garantia dos direitos da pessoa idosa, por exemplo.

## **2.2 Recorte racial e de gênero sobre o envelhecimento**

Partindo de todo necessário recorte racial realizado ao decorrer deste trabalho, este item tem por objetivo analisar a fase da velhice, a partir de um recorte racial e de gênero. Assim, serão estudados os determinantes históricos, culturais e políticos que ainda hoje sustentam uma realidade que segrega e incorpora ainda mais desafios para esta etapa da vida humana, tão negligenciada pelo sistema capitalista. A desigualdade de gênero, racismo, elementos biopsicossociais do envelhecimento do homem e da mulher, serão alguns dos pontos analisados a partir de agora.

Como já mencionado, a histórica divisão sexual e racial do trabalho, vai servir de base para que o trabalho reprodutivo e doméstico siga sendo uma realidade para as mulheres, inclusive na velhice. O “cuidado” segue incorporando mais essa fetichização do capitalismo em sustentar e legitimar a desresponsabilização do Estado neoliberal, em assistir qualquer setor público que envolva a manutenção integral da população idosa, por exemplo.

No entanto, mesmo com esta conjuntura de desigualdades, as mulheres lideram a expectativa de vida, em relação aos homens<sup>29</sup> e, por isso, é fundamental estudar como se relaciona este dado mediante os condicionantes impostos pelo patriarcado capitalista.

De acordo com a matéria intitulada: *Expectativa de vida: por que as mulheres vivem mais do que os homens?*<sup>30</sup>, o sexo feminino apresenta alguns fatores biológicos contribuintes para que as mulheres apresentem uma maior taxa de expectativa de vida em relação aos homens. Segundo os estudos relatados neste informe, o cromossomo “X” pode desempenhar a função de prolongar vida. Não por acaso, o sexo feminino apresenta o maior índice de

---

<sup>29</sup>Para mais acesse: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>

<sup>30</sup> Para mais, acesse: [Expectativa de vida: por que as mulheres vivem mais do que os homens? \(longevidade.ind.br\)](http://longevidade.ind.br/Expectativa-de-vida-por-que-as-mulheres-vivem-mais-do-que-os-homens/)

natalidade haja vista o fato de obterem em seu gene a combinação “XX” enquanto o sexo oposto “XY”. Ainda segundo o referido artigo, o hormônio feminino “estrogênio” é também antioxidante, e assim pode auxiliar na prevenção do envelhecimento das células, além de prevenir doenças no coração. O estudo apresenta que a cultura comportamental das mulheres de irem mais ao médico, e da tradição de não manifestarem nenhum hábito violento e etc tem também contribuição de destaque para que estas vivam mais<sup>31</sup>.

Porém, como já mencionado, mesmo que o público feminino obtenha esta condição, ainda se apresenta para este uma vivência com mais doenças, fato que é sustentado pela disparidade de gênero e seus impactos que prejudicam a qualidade de vida das mulheres. Além disso, os postos de trabalho ainda seguem sendo para a mulher uma relação de desigualdade. Como referenciado no item 1.3 “O lugar da mulher na estrutura patriarcal, racista e desigual na sociedade brasileira”, Marx (2010, *apud* Gomes, 2019, p.90) afirma a relação do patriarcalismo como aquela que desencadeou para as mulheres a designação de serem a mão de obra mais barata para o modo de produção capitalista, fato este que não leva em conta os custos para reprodução e manutenção destas trabalhadoras dentro desta divisão sexual do trabalho.

O modelo patriarcal<sup>32</sup> segue sustentando o não reconhecimento ou destinação de capital para o exercício do trabalho do cuidado, por exemplo. Dessa forma, considerar novamente a realidade nacional composta pela já mencionada estatística de que no Brasil existem cerca de 11,5 milhões de mães solo<sup>33</sup> que, para cumprir com a responsabilização da manutenção do lar, estas mulheres acabam lidando com a sobrecarga e individualização tanto em se assistir pessoalmente como ainda, abrir mão de sua autonomia para o cuidado de outros. É quase automático a associação de imagens com figuras maternas realizando algum serviço para a sua família, em propagandas e outras mídias, ou seja, existe ainda o estímulo da “mãe”, ser a responsável pela manutenção de cuidados para a saúde e manutenção familiar.

---

<sup>31</sup> Neste panorama, em que aspectos como a sensibilidade, o cuidado do outro e de si e a fragilidade são vistas como características femininas, os homens se distanciam de tais características, passando a exprimir comportamentos de risco que os predispõem a doenças, lesões e morte (Korin, 2001; Schraiber, Gomes & Couto, 2005 *apud* Botton, 2017, p.69)

<sup>32</sup> O patriarado, diferentemente da categoria gênero, explicita especificamente o vetor dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, portanto, possui desdobramentos políticos mais diretos ao denunciar claramente as desigualdades entre os sexos. Ou seja, quando falamos em patriarado não se tem dúvida de que há uma relação de desigualdade, de dominação, de opressão, exploração, enfim, de apropriação sobre as mulheres (Cisne, 2013, p.127)

<sup>33</sup> Segundo uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, são 11,5 milhões de mulheres que exercem o título de mãe solo. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos Disponível em: [Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos | Portal FGV](#). Acesso em 02/08/2023.

Enquanto isso, nos estudos de Musial et al. (2007) torna-se possível identificar o fenômeno da “automedicação” como um dos impactos desta disparidade de gênero. A construção social e histórica dos papéis sociais designados ao público feminino, veio também atrelada à auto responsabilização da mulher sob sua própria condição de sobrevivência. Não por acaso, uma pesquisa realizada por Musial et al. (2007), demonstra que as mulheres compõem o maior índice daqueles que praticam a automedicação.

Na pesquisa realizada por Teixeira & Cruz (2016), o dado de que os homens são o público menos frequente nas Unidades de Saúde, também é um fator atravessado pelos estereótipos de masculinidade e feminilidade. Os resultados deste material demonstram, por meio da fala de alguns homens entrevistados, a atribuição do cuidado ser uma qualidade inerente à mulher pois esta tem por natureza o hábito de cuidar (Teixeira & Cruz, 2016). Além disso, a dominação masculina sustentada pela desigualdade de gênero, remete a uma cultura onde as qualidades inatas do homem são: protetor, força e poder, enquanto para as mulheres: beleza, fraqueza e obediência. Por isso, no âmbito da saúde, temos que para os homens:

O sentimento de superioridade atrapalha e impede muitas vezes a prática de hábitos saudáveis pelo estilo de vida imprudente, pois esses indivíduos se consideram quase que super-heróis e que nada vai atingi-los.<sup>5,8,11</sup> Nem mesmo a possibilidade de serem acometidos por uma enfermidade preocupa a maioria, já que eles morrem mais cedo e em proporção superior às mulheres pelas principais causas de morte (Teixeira, 2016).

O modelo hegemônico de masculinidade não permite expressão de fraqueza ou qualquer atributo que sugira feminilidade, sendo, assim, a percepção de doença ou de que se está doente remete à fraqueza e fragilidade, aspectos típicos da feminilidade, por isso passa a ser habitual o comportamento dos homens de não valorizar sua saúde (Santos et al. 2017, p.232).

O público masculino ainda apresenta como predominante o machismo em sua vivência na velhice. Mais dados nos apontam que, apesar de viverem menos que as mulheres, a maioria dos homens persiste em atrelar o cuidado à saúde enquanto expressão de fragilidade e, por isso, de feminilidade (Santos et al. 2017, p.2). Esta também é uma problemática presente no histórico da saúde pública no Brasil que, não tem por herança o preparo às demandas masculinas<sup>34</sup>. Em 2009, a inauguração de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) representou um grande marco e conquista, pois até então se obtinha a centralidade da saúde somente a população infantil, mulheres gestantes e de idosos.

Assim, mesmo que a diversidade ganhe espaço na dinâmica de composição nas famílias, a heteronormatividade continua ainda sobressaindo impactos de desigualdades especialmente para o sexo feminino. Ainda hoje se apresenta o histórico de se centralizar o autocuidado

---

<sup>34</sup> Historicamente, o cuidado com a saúde e com a vida teve como foco de intervenção as crianças e as mulheres – no que tange ao seu aspecto reprodutivo não tendo se organizado de modo a receber e acolher as demandas masculinas nem as demandas femininas fora da reprodução (Botton et al.2017, p.68)

somente à mulher gestante, e a saúde do homem ligada às majoritárias campanhas atreladas à sexualidade.

Em Arantes (2012, *apud* Rioto, et al. 2021, p.165-166), temos que o trabalho do cuidado para com a pessoa idosa continua sendo majoritariamente exercido pelas mulheres que, além de estenderem este trabalho para com seus filhos netos e cônjuges, ocupam ainda posição de precariedade no mercado laboral remunerado (Ocde, 2020, *apud* Rioto et al. 2021, p.166). Para além disso:

Cisne (2013) ainda ressalta que nesse processo de apropriação não cabe uma partida contratual com as mulheres, pois suas atividades são tidas como obrigações naturais e biológicas. A estudiosa afirma que, por sermos mulheres, diferenciamos-nos dos outros trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois, por vezes nem conseguimos vender nossa força de trabalho, por não sermos reconhecidas como trabalhadoras, realizando gratuitamente muitas tarefas pelo prisma de obrigação “feminina” (Cisne, 2013, *apud* Costa, 2019, p.102).

Temos ainda que este exercício não remunerado não apenas sustenta uma economia sexista do mercado de exploração, como ainda apoia o Estado negligente que deveria estar ofertando o trabalho do cuidado enquanto direito promovido por políticas públicas (Lawsom et al. 2020, p.9).

A apropriação do corpo feminino, tem no casamento, espaço primordial de execução (Gomes, 2019, p.99) seja na repressão e tensionamento gerado pelo modelo de matrimônio moralizado, seja na vivência de esposas dentro desta relação conjugal. Este quadro representa quase sempre a figura do homem como apenas provedor de bens materiais na família. À esposa, cabe o cuidado dos filhos, de si mesma e a manutenção do lar, com os afazeres domésticos, exercidos gratuitamente. De fato, analisando as considerações de Botton et al. (2017), podemos observar que tais estereótipos se estendem para além da esfera da vida particular e familiar da sociedade, sendo a saúde pública (conforme referenciado em Santos et al. 2017) um mecanismo primordial de permanência desta ordem. A atenção focalizada aos cuidados de um corpo reprodutivo (Botton, 2017, p.2) foi determinante para que fosse expropriado da mulher sua humanidade política e social, ou seja, uma violação histórica de sua autonomia, e aqui centralizado àquela relacionada a sua saúde, bem como suas vontades acerca de seu corpo. A indissociabilidade da mulher e um filho, bem como a sua relação inata ao cuidado de si e de todos, são alguns dos fenômenos que a saúde pública ainda empenha em seus programas e serviços voltados ao atendimento estereotipado para cada um dos sexos<sup>35</sup> (Botton, 2017, p.68).

---

<sup>35</sup> Nesse sentido, os homens são, inúmeras vezes, apresentados nos discursos das campanhas de saúde, não devido à preocupação com a sua saúde em si, mas como relativo a problemas que causam aos outros – no caso às mulheres (Botton, 2017, p.69)

Botton et al. (2017, p.69) deixa claro que o âmbito da saúde carrega ainda o histórico de que o prazer sexual é uma característica inata do homem, fato este refletido nos programas e campanhas públicas para conscientização de doenças transmissíveis.

Certamente, ao longo da história, esta cultura moral tem direcionado parâmetros inteiramente ligados ao conceito de normatividade. Neste cenário, o controle social para com as mulheres refletiu e ainda reflete uma desigualdade de gênero banalizada, onde para o sexo masculino isso quase sempre implicou mais direitos do que regras a serem seguidas. De fato, analisando a “régua” de medida para os padrões morais entre homens e mulheres, estabelecidos historicamente, os comportamentos considerados como “desviantes” exerciam plena legitimidade para a elaboração de diagnósticos de transtornos mentais e internações compulsórias, por exemplo:

As visões médicas sobre o corpo das mulheres reforçavam as especificidades da sua natureza, sendo as enfermidades femininas identificadas como sinônimo de fragilidade. O monitoramento do feminino seria uma maneira de prevenir possíveis desregramentos morais e, conseqüentemente, sociais. Deste modo, através de padrões normativos, atribuíam-se às mulheres qualificativos e se estabeleciam elementos de controle sobre seus corpos, implicando ações de enclausuramento para aquelas que se desviassem da norma, viabilizadas com a institucionalização de hospitais psiquiátricos. (Matos; Pereira, 2022, p.7)

Apesar deste panorama não exercer mais legalidade na atual conjuntura, a maioria das mulheres, especificamente as matriarcas, geralmente compostas por mulheres negras, acabam tendo o cuidado de sua saúde mental negligenciado, em detrimento da responsabilização pelo amparo e sustento de outros membros familiares (Barbosa et al. 2020). Além disso, a ansiedade pode ser considerada um efeito do racismo uma vez que este impõe a rejeição da identidade racial, situações de abuso tirânico, e dentre outras adversidades atreladas à insegurança consequente deste fenômeno (Rabelo et al. 2018).

A ausência de um homem como chefe de família, atribui a esta realidade várias formas de exclusão. O documento “Seminário Nacional: o trabalho do assistente social no SUAS”, elaborado pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) confirma este contexto de desproteção social e econômica como um cenário nacional, uma vez que: “[...] as famílias que têm mulheres como referência, sem cônjuge e filhos pequenos, são as que apresentam os menores rendimentos mensais de toda a estrutura educacional nacional. Não é por acaso que ainda existem a discriminação racial e a discriminação de classes” (CFESS, 2011, p.126).

Nesse sentido, para as mulheres pretas está naturalizado não só a responsabilização das tarefas domésticas, como ainda a imposição de um “contingente invisibilizado e cercado de estereótipos que a segrega em um mundo marcado, historicamente, por modos de ser e de viver que tendem a inferiorizá-la ou desqualificá-la em um sistema de hierarquização social

fundamentado no racismo. Em se tratando das mulheres negras na velhice, sobretudo pobres, esses estereótipos são reforçados pela sua condição de pobreza, cujo envelhecimento torna-se severo, considerando o acirramento das desigualdades sociais, adensado pela dificuldade em acessar as políticas sociais, hoje, especialmente pelo número de idosos/as acometidos/as pela pandemia do coronavírus”(Castilho; Nunes, 2021, p.2).

Isto posto, importa demarcar que esta naturalização mascarada, tem seu início dado pela banalização de uma violência histórica onde a ideologia da feminilidade por exemplo, nunca se aplicou às mulheres negras, uma vez que sua existência era unicamente considerada como instrumento de reprodução biológica para o aumento do poder econômico de seu proprietário (Davis, 2016, *apud* Castilho; Nunes, 2021, p. 34 ). Ainda com todo este contexto de repressão e ataque à vida: “estas mulheres foram sobreviventes e resistiam as barbaridades sofridas na escravidão. “Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina” (Davis, 2016, *apud* Castilho; Nunes, 2021, p. 34 )”.

Em vista do que foi supracitado, temos que o racismo incorpora particularidades históricas para as mulheres pretas, por exemplo. Gonzalez (1984, p.9) descreve claramente esta afirmativa quando expõe que “[...]é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha”.

É possível vislumbrar os impactos para a atual conjuntura quando analisamos o dado de que:

Índices verificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), demonstra que as pessoas negras, com idade acima de 65 anos, correspondem a 43,5% da população, enquanto a branca é de 55,3%. Este dado demonstra que a maioria das pessoas que adentram a velhice são brancas (Rabelo et al. 2018, p.199)

Isto posto, podemos inferir a relevância do compromisso Ético-Político de um profissional Assistente Social em atender os interesses da classe trabalhadora, já que seu exercício laboral lida diretamente com políticas sociais e seu público majoritariamente atravessado pela feminização da pobreza e logo também permeado pela parcela de idosas negras que vivenciam na velhice enquanto uma fase da vida de extensão das precariedades sociais postas pelo racismo, desigualdade de gênero e a pobreza.

### **3. Uma aproximação aos estudos sobre envelhecimento das mulheres e o Serviço Social**

O estudo aqui descrito neste item, tem por objetivo apresentar um levantamento bibliográfico do que se tem produzido por comunicações, artigos dos respectivos instrumentos

de divulgação e socialização da produção de conhecimento sobre a temática de envelhecimento, nos principais organismos de produção científica, na área do Serviço Social. Para o desenvolvimento desta finalidade, recorreu-se à análises de fontes bibliográficas, registradas nas apresentações orais publicadas pelos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ENPESS) dos anos 2022 e 2018 e da Revista *Temporalis*, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), do período entre 2014 a 2023.

A escolha deste *locus* para a realização do referido estudo deve-se à importância da ABEPSS e, conseqüentemente, e do evento científico que promove encarregado da difusão dos estudos e investigações em andamento e/ou concluídos pelas/os investigadores da área do Serviço Social. Nesse sentido, faz-se necessário recuperar o histórico da ABEPSS para entender a importância e construção do ENPESS. Em 1946 a criação da então Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social (ABESS) deu-se logo após a inauguração da Primeira Escola de Serviço Social, em 1936, em São Paulo, hoje atual PUC/SP.

Nos estudos de Guerra (2011) é descrito que somente a partir da década de 1960, sob o regime militar, que a Pós-graduação se consolidou enquanto um sistema instituído no país. Assim, era próprio da ABESS e outras instituições que desenvolvesse pesquisa científica, a produção de um conhecimento que estivesse em consonância com a expansão capitalista para o Brasil, dentro dos moldes do vigente domínio ditatorial. Junto a isso, além de dar suporte para a sustentação da economia de dependência externa, este direcionamento específico também visava a garantia de um progresso que contemplasse somente as classes burguesas do território nacional.

Ainda de acordo com Guerra (2011), a instauração de uma modernização conservadora, obtinha o objetivo de formar uma sociedade urbano-industrial nas periferias do capitalismo mundial, onde a educação configura papel fundamental:

Esta era fundada na racionalidade técnica do que decorrem a substituição dos políticos pelos tecnocratas, a garantia da relação orgânica entre educação e aumento da produtividade da economia nacional e a ampliação de vagas em cursos tecnológicos. Para o alcance destes objetivos, o desenvolvimento da pós-graduação (que, como vimos, tem sua implantação desde a década de 1930) se constituía em estratégia das mais eficazes. (Guerra, 2011, p. 129)

O acordo de MEC - Usaid, por exemplo, estabelecia padrões nivelados com a estrutura de ensino norte-americana, de modo a valorizar uma formação docente e profissional que atenda a lógica de expansão de um ensino superior que qualifique para o mercado de trabalho. É a partir deste contexto em que se legitima o início da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

Mas, foi só depois do Congresso da Virada, em 1979, que se reconheceu a indissociabilidade da formação, pesquisa, extensão e articulação entre formação e pós-

graduação em Serviço Social. Assim, em 1990 se justificou a transição no nome da ABESS para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), consolidando assim a democrática participação de sujeitos na formação profissional. O produto dessa atuação, pode ser expresso desde a implementação de Diretrizes Curriculares, acompanhamento realizado pelas diretorias da ABEPSS (por meio de Oficinas e visitas realizadas em unidades de Ensino e etc), pela promoção do ENPESS (Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as Convenções Nacionais, Assembleias Gerais da ABEPSS, que são realizados de dois em dois anos.

O ENPESS representa o principal Encontro Nacional de produção acadêmica científica em Serviço Social, reconhecido internacionalmente. O evento reúne “assistentes sociais, docentes ou não, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação da área e de áreas afins, visando o fortalecimento da pesquisa, da produção de conhecimento, do trabalho profissional e da organização política da categoria profissional” (Gestão - ABEPSS, 2021/2022). Para organização dos conhecimentos e produções apresentadas neste evento, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) e da Revista Temporalis, exercem essa importante função.

Em 2010, a consolidação dos GTP's, a ABEPSS passou a cumprir com o que prescreve no o Art. nº34, de seu Estatuto (ABEPSS, 2008), onde diz:

Art. 34. Os grupos temáticos – GT de pesquisa na área de Serviço Social, matriculados no âmbito da ABEPSS, são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social.

Parágrafo único: Compete aos grupos temáticos de pesquisa:

I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;

II – organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;

III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;

IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;

V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (ABEPSS, 2008)

Junto à sua criação, estava também aliada a organização de eixos temáticos: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Em Mauriel (2017) temos que o exercício dos GTP's expressa uma conquista pois estes representam espaços onde se resguarda o acúmulo e amadurecimento de conhecimento produzido na área. Além disso, também representa resistência e estratégia de luta em relação à lógica produtivista de ensino, onde o mercado de trabalho acaba impondo uma competitividade entre os pesquisadores com via meritocrática de produções que são opostas ao ideal de produção e articulação coletiva de conhecimento, defendido pelos GTP's.

Para assegurar o funcionamento contínuo de toda esta luta acadêmica científica, cada eixo temático deve apresentar uma comissão coordenadora:

[...] que foram eleitas nos Colóquios, no âmbito do XIII ENPESS, mas a serem renovadas a cada dois anos, junto com a Diretoria da ABEPSS, cujos integrantes deveriam contemplar: dois coordenadores, indicados nos Colóquios do ENPESS, e um coordenador indicado pela Diretoria da ABEPSS (Mauriel, 2017, p.264).

Além disso, os GTP's também representam um importante instrumento para o cumprimento do que se estabelece na Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão. Nesta é descrito como parte das competências e atribuições profissionais do Assistente Social a natureza investigativa como parte de um exercício profissional competente e qualificado. Dessa forma, é prescrito ainda no Código de Ética do Serviço Social, a necessária formação continuada, ou seja, o compromisso individual de cada profissional com a atualização investigativa permanente de seu campo e objeto de trabalho, para garantir uma intervenção profissional qualificada e compatível com a realidade dinâmica de seu cotidiano de atuação (Mauriel, 2017, p. 265).

Em função dos ataques à educação de qualidade imposta no âmbito da graduação e pós-graduação, os GTP's acabam sendo afetados por cada contexto. Como já mencionado, a valorização e financiamento do ensino produtivista, tecnicista de desarticulação acadêmica, acaba também enfraquecendo os vínculos de luta e coletivo dos pesquisadores. Uma vez posto o objetivo de dar visibilidade aos interesses da classe trabalhadoras, por meio da produção crítica de conhecimento apresentada por cada eixo, é necessário reconhecer o esforço do GTP's em promover:

as tentativas de construção e fortalecimento de vínculos entre pesquisadores(as); a participação de forma mais orgânica na organização do ENPESS; as próprias reedições das ementas que se ampliaram e incluíram temas em relação à sua primeira versão, como resultado de discussões coletivas nos colóquios. (Mauriel, 2017, p. 267)

Como estes grupos trabalham acerca de temáticas inseridas em uma realidade dinâmica, é fundamental o compromisso do ENPESS por meio do GTP's em se atentar a necessidade ou não de novos eixos temáticos que possam atender a determinados temas de forma completa e qualificada. Logo, o GTP's *Serviço Social, Geração e Classes Sociais* é produto de análise

deste trabalho, e representou alvo de coleta de materiais e análise de dados para articulação deste trabalho, posto a centralidade do tema de envelhecimento.

Este eixo foi apresentado no ENPESS de 2016 e expressa o mais novo grupo representante do evento. No site do ENPESS, estão presentes os seguintes itens para acesso aos GTP's : 1) Página inicial; 2) Apresentação; 3) Ementa; 4) Composição; 5) Textos; 6) Notícias; 7) +Pós-graduação.

Ao realizar a pesquisa a partir dos descritores “envelhecimento”, “velhice” e “Idoso”, nos Anais do evento ENPESS, encontramos o número de quatorze (14) artigos produzidos sobre o tema no ENPESS de 2018, e no ENPESS 2022 dez (10) artigos. Para análise do material, foi elaborado um instrumento/tabela para o tratamento dos dados no qual se buscou identificar: a natureza da comunicação, a região a que se refere o trabalho, o objetivo e os achados/conteúdo.

No ENPESS de 2018, das 899 apresentações orais publicadas, os 14 artigos encontrados a partir da pesquisa dos descritores, temos que cinco destes apresentavam a região de onde se tratava a pesquisa/comunicação: Cuiabá - Mato Grosso; Bragança- Portugal; São Paulo - São Paulo; Salvador - Bahia; M'boi Mirim - Zona Sul - São Paulo. Destaca-se que um dos trabalhos refere-se à realidade internacional de Portugal, país da Península Ibérica. Encontramos as seguintes palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde; Deficiência; Envelhecimento; intergeracionalidade; Trabalho; Interseccionalidade; Direito; Família; Justiça; Proteção Social; Serviço Social; Intervenção em Rede; Rede Social e Pessoal; Capitalismo Contemporâneo; Marxismo; Racismo; Gênero; Classes sociais, geração; Drogas; Família; Idoso; Rede de Atenção Psicossocial; Sexualidade; Instituição de Longa Permanência; Vulnerabilidade; Pobreza; Violência Simbólica; Políticas Públicas; Hospitalização; Saúde do idoso; Apoio social; Idoso; Quilombola; Identidade; Geração. Sendo que destas, a palavra envelhecimento é a mais citada.

Quanto aos tipos de trabalhos eles são: resultados de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa; resultados de um levantamento bibliográfico, de natureza qualitativa; pesquisa de um estudo exploratório e descritivo, de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando-se de dados publicizados por alguns sites de órgãos públicos; revisão bibliográfica de estudos que privilegiam a temática central do artigo.

O conteúdo temático geral destes materiais apresenta como foco central, o envelhecimento enquanto um fenômeno com múltiplas determinações históricas e biopsicossociais. Na obra “Determinantes sociais em saúde e o desvelar da deficiência no processo de envelhecimento dos usuários em Reabilitação no Cridac – Cuiabá (MT)”, por exemplo, é exposto o passado de desigualdades sociais que o capitalismo desencadeou para a

saúde da classe trabalhadora, no período da Revolução Industrial até o desenvolvimento da concepção de saúde pública nos dias atuais. Conforme relatado neste artigo, os resultados da pesquisa realizada, na instituição Cridac, revelam que os determinantes sociais como a pobreza e desigualdade social, acabam interferindo na eficiência do processo de envelhecimento.

Nesse sentido, para entender esta escolha metodológica dos autores, cabe aqui colocar em destaque que o documento “O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo” relata ao discutir que, para entender a velhice neste cenário, é necessário que o investigador se afaste das abstrações do real aparente e portanto, suspenda o objeto de pesquisa, para que seja possível analisá-lo em sua totalidade de determinações. Ocorre que, segundo a autora deste texto, o envelhecimento é hegemonicamente estudado enquanto suas fenomenologias, com uma aparente naturalidade que está desassociada da totalidade. Assim, este artigo buscou investigar o envelhecimento enquanto produto histórico, determinado pelo sistema capitalista. O aspecto biológico não é o bastante para estudar a velhice, pois o homem, sendo um ser social, ele objetiva historicamente a transformação da natureza a partir de mediações. Uma das determinações centrais do envelhecimento é a divisão de classes, e sobre como o acesso desigual a oportunidades e direitos, condiciona a longevidade populacional. O texto explica como se dá a dinâmica de exploração de trabalho, sobre como se dá o salário, e sua garantia mínima de sobrevivência, que acaba refletindo a ínfima qualidade de vida da classe trabalhadora, e mais ainda do idoso.

Acerca disso, o artigo “Velhices, heterogeneidade e classes sociais: a construção do conhecimento do serviço social” problematiza o processo a heterogeneidade da velhice inserida em diferentes espaços ou classes, analisando-as a partir do referencial teórico metodológico de Marx, por meio do método histórico-dialético que objetiva suspender a superficialidade e adentrar numa perspectiva de análise da totalidade, suas mediações e contradições.

No texto “Processo de envelhecimento brasileiro, racismo e gênero: aproximações necessárias” foi identificado um destaque para o conceito de que o capitalismo, para manter seu ciclo, ele se apropria cotidianamente do histórico brasileiro escravocrata e patriarcal, para garantir sob uma estrutura racista, desigual e misógina, a renovação de suas bases de exploração. Sob esta égide é que os artigos “O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo” e “Concepções da sexualidade na terceira idade: um estudo sobre a sexualidade do idoso institucionalizado” vão destacar que, em função do sistema do capital, valorizar a produção de lucro em detrimento da vida humana, o idoso é considerado um estado de “inutilidade” para o trabalho, e com isso ele acaba tendo sua existência condicionada ao consumo. Com isso, tanto a política como a sociedade, estão permeadas por diversos

estereótipos relacionados à pessoa idosa, sendo até mesmo executado ações discriminatórias, ou a invisibilidade dessa população que, mesmo crescendo muito em número nacional, ainda é marginalizada e não obtém voz ativa na cena política ou social.

Em “Concepções da sexualidade na terceira idade: um estudo sobre a sexualidade do idoso institucionalizado” é descrito que, a centralidade dada à patologia, enquanto objeto de estudo focal da população idosa, acaba fortalecendo diversos estereótipos em relação a este público. Há outras questões também indissociáveis do envelhecimento, como a sexualidade, lazer e etc, e estas estão se tornando campos cada vez mais permeados pela violação de direitos. Este mesmo texto aborda que, uma vez posto a contextualização da pessoa idosa, como aquela sem produtividade, de acordo com o sistema do capital, cabe dar atenção em como a sexualidade se expressa nestes indivíduos institucionalizado, sendo por isso, preciso mais pesquisas e conhecimento sobre esta temática para que ocorra a garantia de possíveis adaptações para vivência saudável de todas as sexualidades na velhice. Diante disso, os novos arranjos familiares são apontados como um motivo aparente para que a responsabilização da família em relação ao cuidado, fosse transferida para outras instâncias da sociedade. As instituições para idosos são determinantes para perda significativa da autonomia e privacidade do idoso.

Podemos considerar que a sexualidade é um debate atual para o Serviço social, uma vez que o profissional desta área deve se apropriar do arcabouço teórico-metodológico do tema para conseguir intervir nesta temática, que também podem trazer consigo novas formas de alienação. Nesse sentido, os autores buscam analisar a sexualidade de idosos institucionalizados em uma “Rede de asilamento”. Posto a contextualização da pessoa, como aquela sem produtividade, de acordo com o sistema do capital, cabe dar atenção em como a sexualidade se expressa nestes indivíduos institucionalizados. Mediante os resultados obtidos em uma entrevista realizada com os idosos de uma instituição de asilamento na Bahia, foi evidenciado que é muito urgente a ampliação do estudo da sexualidade na terceira idade, pois além de muitos profissionais não estarem preparados ou destituídos de preconceitos, os próprios idosos não se sentem à vontade para falar sobre o assunto. Nesta pesquisa, foi possível observar que mesmo na velhice, a sexualidade condiciona o indivíduo a apresentar um projeto de vida, planos e metas para o futuro.

Se durante a etapa adulta, a pobreza já fazia parte do cotidiano da classe trabalhadora, agora, com a velhice e seus baixos salários, o que acaba se sobressaindo para estes indivíduos é o envelhecimento enquanto sinônimo de extensão de uma vida com precariedades. O texto “Hospitalização e redes de apoio social de idosos / hospitalization and social support networks for the elderly” é enfático ao afirmar que esta é uma realidade consequente de medidas políticas

como a PEC-2016, promulgada no governo Temer, onde estabelecia um “teto de gastos” nos setores primários, por vinte anos.

O texto “Envelhecer e aparecer: um desafio para o idoso do território de M’boi Mirim, Zona Sul de São Paulo” nos convida a problematizar: não há como construir novas políticas sem que o mínimo para a sobrevivência não esteja sendo garantido à população idosa no país. A instabilidade econômica nacional, faz com que a flexibilização do trabalho e a precarização ainda maior dos direitos trabalhistas, condicionem ao idoso novas atribuições familiares, ocorrendo até mesmo deste indivíduo se inserir no mercado informal de trabalho para contribuir na manutenção financeira de sua residência. Para os brasileiros nesta etapa da vida, a velhice pode implicar no tempo em que se vive mais, porém uma vida de precariedades. A desproteção social e econômica vivenciada por este público, pode fortalecer a perda de sua autonomia e maior emergência de acesso às ínfimas ofertas de recursos para as políticas públicas, ou a dependência familiar para seu cuidado e sustento.

O cenário brasileiro, neste contexto, é de instabilidade dos direitos previdenciários, em função das últimas ameaças e cortes neste setor por parte dos últimos governos, além da violação do direito do cidadão idoso ao amparo e apoio da família. Em “ As drogas na família que tem o idoso como provedor e familiar de referência na rede” é discutido que este é um dado que pode ser observado nos núcleos familiares em que se apresenta um membro usuário de drogas ilícitas, onde o idoso acaba sendo responsabilizado pelo cuidado deste indivíduo e muitas vezes sofre violência nesta atividade. Na Política de Atenção aos Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2013), a família é tida como parte da Rede de Atenção Psicossocial, contemplada ainda pelas responsabilidades estatais complementares acerca desta situação. Neste sentido, unidades como o Centro de Atenção Psicossocial, Comunidades Terapêuticas, podem ser consideradas exemplos deste amparo estatal no enfrentamento destas mazelas, junto à família. O texto também destaca que todas as expectativas de cuidados por parte da família, seja considerada a partir de uma perspectiva de possibilidades e não garantias, uma vez que elas precisam ser amparadas por um sistema de proteção social efetivo que assegure as condições mínimas para o cuidado necessário ao idoso familiar.

Outro ponto interessante, diz respeito ao aumento da população idosa no país, que desencadeou uma sobrecarga nas unidades de proteção social em relação ao envelhecimento. Analisando o acolhimento institucional de pessoas idosas, sobre este contexto, o texto “O idoso e o cuidado na contemporaneidade” relata que o “asilamento” institucional da população idosa tem liderado o serviço mais buscado na cobertura destas políticas públicas, uma vez que a maioria dos idosos do país, não apresentam condições familiares ou individuais de sustentarem

sua sobrevivência. A atual lógica privacionista do Estado, tem mantido a necessária atenção emergente aos cuidados que estão sendo ofertados aos idosos assentados, e o quanto este fato pode revelar diversas negligências que estão acontecendo nestas situações. Nesse cenário, o texto faz um resgate histórico da participação solidária, e outros serviços filantrópicos que retomam cada vez mais destaque de influência no tratamento público à população idosa. A responsabilização da família e sociedade civil para os cuidados e apoio necessário à terceira idade, continuam sendo sustentadas por medidas políticas como a PEC-2016 que atribuiu um teto de gastos nos setores primários do país.

Em contrapartida a essa escassez de recursos, é estatístico que em 2050, a população idosa será superior à porcentagem infantil no país. Com as mudanças na composição e dinâmicas familiares, a atribuição do cuidado do idoso ser realizado pela mulher, pode ser interferida pelo atual avanço do público feminino no mercado de trabalho, abrindo agora novas possibilidades deste amparo, como o aumento de adesão às instituições de longa permanência. Estas unidades, por sua vez, têm necessitado cada vez mais do amparo das redes públicas de assistência, também sobrecarregadas nesse contexto. As demandas de tempo, atenção e saúde mental que o trabalho do cuidado exige, pode desencadear para o grupo familiar a pauperização, podendo por isso, ser motivado a institucionalização do idoso para a manutenção básica de sobrevivência da família. A Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), reconhece a necessidade de amparos aos cuidadores de idosos, no entanto, a mesma é falha em cumprir com a oferta destes serviços.

Ainda sobre o âmbito das políticas públicas no Brasil, o artigo “Um olhar sobre a política de assistência social para o idoso em Vitória – ES” denuncia um cenário de precariedades na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo. Neste território, bem como em quase todo país, a não oferta da tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais preconiza a realização do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e/ou idosas, pelo CRAS, o que acaba gerando um desfalque no atendimento à pessoa idosa que não apresenta condições de comparecer pessoalmente ao equipamento. Conforme sinaliza, este é um fato que também limita o acesso aos serviços do CRAS somente à população ativa, e ainda demarcada uma centralidade territorial, uma vez que os Centros de Convivência, não conseguem atender os bairros mais distantes da unidade CRAS referenciada.

Outro ponto que merece destaque no mesmo texto, identifica-se que os trinta Grupos de Convivência para Terceira Idade no município, são financiados pelos próprios usuários, que acabam ainda gerindo autonomamente a organização das atividades sem qualquer apoio da política de Assistência Social de Vitória. Com essas lacunas, as unidades CRAS não apresentam

condições de efetivar tanto uma busca ativa, como ainda a promoção de um atendimento que conheça as demandas de determinado território. Além disso, no que se refere aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, não apresentam equipes multidisciplinares em número suficiente para dar conta da alta demanda do município. Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade ao idoso, também apresenta suas lacunas, uma vez posto que não há nenhuma unidade de instituição pública para permanência de idosos nesta cidade, ou seja, o indivíduo da terceira idade que sofrer alguma violência não terá onde ser acolhido. O texto finaliza reforçando a urgência da melhoria e oferta de recursos para os serviços de Assistência Social ao idoso em Vitória - ES.

Em face das problemáticas descritas, também podemos citar o artigo “Envelhe’ser: uma forma digna e de Direito do processo de envelhecimento”. Nesse âmbito, a autora aponta a importância da viabilização de oportunidades que proporcionem, para os que vivenciam a velhice, uma participação não passiva na sociedade. A rede social, sendo composta pelas relações familiares, sociais, profissionais, comunitárias, culturais, dentre outras, construídas ao longo do processo histórico de envelhecimento do indivíduo, é fundamental para representar uma base de apoio para as possíveis demandas próprias da velhice.

Somado a isso, em “Envelhecimento e Intergeracionalidade” é possível identificar que, junto a este processo deve ser incluído a preparação de profissionais capacitados e que trabalhem na perspectiva atrelada à centralidade da questão do trabalho nas relações sociais, e sobre como isso impacta no envelhecimento populacional. O autor descreve uma crítica aos discursos políticos de manutenção e reformas na Previdência Social, que acabam reforçando a lógica de defesa da população idosa ativa como uma única saída para manter os programas que “sustentam” estes indivíduos, o que ainda estimula os estereótipos e preconceitos em relação à pessoa idosa. Na obra, é retratado ainda que o combate ao *ageísmo* (discriminação contra a pessoa idosa), que deve ser realizado por meio do investimento em políticas públicas que, além de apresentarem uma estrutura que seja compatível com o crescimento avançado da população idosa no país, também alcance propostas de conscientização e solidariedade coletiva acerca da atenção e cuidado para com a pessoas idosa.

Os dados sobre o crescimento da população idosa no Brasil, são praticamente registrados em todos os textos e estes apontam: a trajetória histórica de lutas sociais por direitos para a construção de uma saúde pública, e sobre como esta foi fundamental para o aumento da expectativa de vida no país. Ainda que sucateadas em recursos, as políticas públicas contribuíram muito para este avanço no país. No artigo “Processo de envelhecimento brasileiro, racismo e gênero: aproximações necessárias” é ressaltado a importância do Estatuto do Idoso

enquanto um marco de formalização do acesso aos direitos sociais, como um combate a violência contra o idoso.

A sobrecarga do cuidado, aumento de gastos e da pobreza, conseqüentemente, são alguns dos fatores mais frequentes nos casos de abandono, que é uma violência contra o idoso, muito registrada no país, de acordo com o artigo “Envelhecimento e responsabilização da família na proteção do idoso: reflexões sobre direitos e justiça”. Este mesmo texto reforça o fato de que, com a baixa oferta de serviços do Estado, o familismo acaba cumprindo com a viabilização dos mínimos para o bem-estar do idoso no Brasil, uma vez que se pautando na matricialidade familiar, o Estado também se mostra não ser um governo pró-família, onde o mesmo deveria assegurar uma base de recursos para que os membros familiares possam ter condições de cuidar dos idosos.

Junto a isso, o texto “Processo de envelhecimento brasileiro, racismo e gênero: aproximações necessárias” traz a concepção de que é também de mesma importância considerar quais as condições estruturais e financeiras que cada indivíduo obteve ao longo de sua vida, para que sua: alimentação saudável, acesso à saúde efetiva, ao lazer e etc, fossem uma realidade e não interferissem em atuais comprometimentos de sua integridade física, por exemplo. É colocado também uma crítica à falha dos membros da ONU em trabalhar propostas de intervenção pautadas na problematização da invisibilidade social das especificidades e necessidades da população negra, e em especial, nos impactos desta realidade no envelhecimento populacional deste público. De acordo com as argumentações trazidas, a mulher negra idosa é a mais afetada pelas desigualdades e ataques contra a qualidade de vida, saúde e bem-estar na sociedade. Ele referencia a afirmação dos direitos sociais como essenciais para a expansão da longevidade no país. A promulgação do BPC (Benefício de Prestação Continuada), por exemplo, fez parte desta conquista e ainda contemplou o acesso ao salário mínimo para milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza.

No que se refere à vivência hospitalar, o trabalho “Hospitalização e redes de apoio social de idosos / hospitalization and social support networks for the elderly” nos ajuda a analisar o quanto a ausência de uma rede de apoio familiar ou social, pode interferir no aumento de mortalidade nestas internações. Por outro lado, o texto também evidencia que o acompanhamento domiciliar do tratamento destes pacientes, pode ocasionar, por exemplo, a contenção de gastos, uma vez posto a insuficiência da oferta de leitos, e ainda melhor humanizar o atendimento a estes indivíduos. Ademais, neste mesmo artigo, temos que os avanços das políticas neoliberais têm ocasionado um investimento ainda menor no setor da saúde,

umentando ainda mais a dependência dos idosos adoecidos, do apoio e cuidado de sua rede de apoio.

A despeito da população quilombola inserida neste cenário de precariedades, retratado pelos artigos, o texto “Idosos quilombolas, identidade étnica e memória” o quanto a população idosa quilombola se encontra como a parcela mais empobrecida deste público. Isto se deve ao fato deste grupo ser historicamente ameaçado em sua sobrevivência individual, de seu povo, cultura e território. A luta pela terra em que sobrevivem, por direitos mínimos como o acesso à educação e saúde, continuam sendo pautas emergentes neste núcleo. A insegurança alimentar também faz parte desta realidade, uma vez posto a precária falta de acesso tanto à recursos como ainda à informação sobre uma alimentação adequada. Importante o papel dos idosos nestes espaços, pois estes são tidos como o principal mecanismo de sustentação do grupo com sua história, experiência e cultura, tal como uma ponte de disseminação da memória coletiva quilombola. Há de se ressaltar que a mulher quilombola, na etapa da velhice, também tem relevância na preservação da histórica, pois a mesma é considerada como uma matriarca “griô”, transmissora de valores, história e cultura dos povos tradicionais através de gerações.

A produção deste texto é resultado de uma pesquisa de campo realizada nas comunidades quilombolas encontradas em 7 municípios do estado do Rio Grande do Sul. As lutas da população deste grupo, deve-se ao objetivo de se alcançar o reconhecimento histórico do povo brasileiro em relação às diversas reatualizações do longo processo de ataque à esta cultura e sua resistência, e a importância da preservação das comunidades quilombolas neste sentido. É necessário um olhar político e social para esta população com todas suas similaridades e diferenças, para que assim possa ser entendido o que é ser quilombola, em suas múltiplas condicionalidades e determinações. Por isso a relevância de se manter o contato e apoio aos idosos destes núcleos, haja vista a sabedoria e detenção de muito conhecimento e identidade acerca de seu povo. Em função da não apropriação do Estado em políticas atuais e efetivas para o combate ao racismo, atribuem a sustentação de um sistema estrutural de opressões e desigualdades sociais. Em síntese, o envelhecimento nos quilombos denota muita participação ativa do idoso, uma vez que esta é uma fase de inteira responsabilização deste em relação ao comprometimento com as demandas coletivas como mobilizações comunitárias, bem como demandas geracionais de seu grupo.

Tendo em vista estas especificidades, podemos inferir que é identificado em todos os artigos uma perspectiva de análise crítica, da qual considera os estudos da velhice inserida no contexto de classe do sistema capitalista. Os autores citam, ademais, que o capitalismo dependente no Brasil, condiciona muitas precariedades à população idosa, e que o crescimento

muito avançado destes indivíduos, devem ser estudados para além de dados demográficos. Assim, acresce-se ainda outra afirmativa em comum nestes documentos: nem todas as pessoas vão vivenciar a fase da velhice da mesma forma, sendo que determinantes sociais, políticos, econômicos, étnico-racial, biológicos e ambientais de cada pessoa ou classe social, é que pode interferir no acesso à qualidade vida e saúde durante esta etapa da vida.

Analisando os estudos científicos coletados, no ENPESS, estes também colocam ênfase à desresponsabilização do Estado em assistir uma proteção integral ao idoso, uma vez que é promulgado na própria Constituição Federal do Brasil, a obrigação primária da família em garantir os mínimos para a qualidade de vida destes indivíduos. A realidade trazida pelas publicações analisadas é de que, posto a desproteção social e econômica enquanto uma problemática que atinge a maioria da população no país, os idosos na situação de dependência de sua rede familiar de apoio, acaba tendo como saída para a sobrevivência de seu núcleo, a utilização de seus ínfimos salários para manutenção básica de sua residência, sendo a mulher preta de idade avançada, a que mais ocupa o topo desta pirâmide de desigualdade social. Restam para o idoso, nesta realidade, a direta emergência de acesso às políticas sociais, que se encontram defasadas e não obtêm em sua gênese, a aplicação e elaboração de serviços sistematizados em sua totalidade.

É predominante a afirmativa de que a atual estrutura da Seguridade Social, não tem conformidade para atender a demanda do alto número de idosos. Outro ponto, é o fato do envelhecimento ativo deve ser destacado enquanto um forte potencial para mudanças significativas na invisibilidade do idoso, pois este seria um mecanismo primordial para garantia da qualidade de vida destes indivíduos.

Já no ENPESS de 2022, foram publicados 619 apresentações orais e destas, encontra-se 10 artigos acerca dos seguintes descritores: envelhecimento; velhice; e idoso. Nestes se obtêm as seguintes palavras-chave: envelhecimento; trabalhador; políticas públicas; Idoso; Política de Assistência; Segurança de Convívio; Proteção Social; Violência; Abandono familiar; direitos, legislação; Cuidados; Famílias; Pandemia; Trabalho Social; Velhices; Covid-19; Idoso; Violência; Pandemia; Serviço Social; Extensão Universitária; Universidade de Terceira Idade; Direitos Humanos; Pessoa com Deficiência; Desafios. Destas, a palavra que mais aparece é: envelhecimento. Os territórios do Brasil em que se produziram estes artigos, foram: Interior da Paraíba; Rio de Janeiro - RJ; Belém do Pará. Os tipos de trabalhos apresentado por estes materiais são: a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, respaldando-se no referencial teórico-metodológico crítico-dialético; levantamento bibliográfico, de natureza qualitativa; estudo de perfil; estudo exploratório e descritivo, de

natureza bibliográfica com abordagem qualitativa; revisão bibliográfica de estudos; resultados de uma pesquisa quanti-qualitativa, com realização de entrevistas; revisão de literatura. Nestes se prevaleceu a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa como a mais recorrente nos artigos. Temos nestes textos uma centralidade que aborda a temática de envelhecimento dentro da perspectiva crítica que analisa este fenômeno a partir da condição de classe.

De acordo com as considerações do primeiro texto aqui relatado, cujo título “O processo de envelhecimento na sociedade capitalista e sua relação com a política para pessoa idosa no Brasil”, é possível identificar que por muitos anos: a velhice para àqueles que detinham mais poder aquisitivo, implicava uma vida de usufruir de sua riqueza e prestígios. Por outro lado, os mais pobres estavam submetidos ao envelhecimento permeado pelo isolamento social (posto a sua inutilidade para o capital, bem como sua inatividade no sustento de seu núcleo familiar), precariedades como a fome, sem saúde ou qualquer amparo de sobrevivência. Havia também uma sobrevivência condicionada pela questão de gênero e o moralismo. As mulheres idosas, naquele tempo, eram acusadas de bruxaria por terem longos anos de vida e depois eram queimadas vivas.

Em relação à atualidade, este mesmo artigo aborda que a velhice pode também significar um período de inquietações, incertezas sobre o futuro, sentimento de impotência e etc, que fazem com que o suicídio seja uma estatística entre a terceira idade no Brasil. É também descrita a relação do envelhecimento com o trabalho e sobre como a velhice pode ser determinada pela exploração, e outras expressões do que é estar inserido nesta sociedade, sendo um ser social. Como esta etapa da vida não ocorre igualmente para todos, temos ainda um Estado omissivo e com diversas lacunas na garantia de direitos e na oferta de políticas públicas.

No limiar da atuação da Assistência Social, ainda podemos verificar a prevalência do assistencialismo, meritocracia e aplicação seletiva dos direitos básicos da população empobrecida, que vivem ainda às margens de um Estado que criminaliza a pobreza. Conforme Castamann et. al (2022), o fenômeno de envelhecer como sinônimo de resistência para a classe trabalhadora, que precisa cada vez mais não só lutar pelo investimento de seus direitos, como ainda a urgência de protegê-los. Quanto à burguesia, ancorada na hegemonia da política neoliberal, centraliza a cidadania valorada e visibilizada a partir do consumo e não de direitos.

Com base no estudo “O/a idoso/a na política de assistência social: um estudo sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em Belém do Pará”, destaca-se a importância da promulgação da Seguridade Social para esta questão. Assim sendo, o trabalho do assistente social, tem centralidade, uma vez que estes trabalham nos equipamentos onde se propõe a viabilização de direitos e total apoio e interesse aos segmentos da classe trabalhadora.

Neste documento, é detalhado como a Política de Assistência Social atua nesse sentido, e quais são seus objetivos e orientações práticas que são exigidas para sua execução. Esta é uma política que visa garantir o envelhecimento saudável, desenvolvimento e proteção da autonomia do usuário e fortalecimento de vínculos familiares e societários deste indivíduo. Como também faz parte dos objetivos da política de Proteção Social Básica, o caráter preventivo, faz parte da atuação profissional, e as atividades/oficinas que forem elaboradas para viabilizar estes objetivos, devem ser executadas pelo CRAS e assim passou a ser descrito os projetos sociais, para os usuários de referência, e se percebeu em todos eles a característica comum da desproteção social e econômica.

Nesta mesma linha temática, o artigo “Proteção social aos idosos vítimas de abandono familiar: breve resgate do contexto brasileiro” ressalta o Estatuto do Idoso enquanto aquele que busca a proteção integral e o princípio da absoluta prioridade deste público nacional. A Política Nacional de Assistência Social, também empenha tarefas importantes para garantia destes direitos, porém é atravessada pelos ataques do neoliberalismo que cada vez mais fortalece a ausência do Estado na esfera pública de investimento e o direciona para as prioridades do mercado.

É também sobre este cenário que se insere a Previdência Social que é constantemente ameaçada por reformas e ameaças de privatizações. São diversas as desigualdades vivenciadas pela classe trabalhadora, que depende diretamente dessas políticas, e que experimenta a velhice conturbada pela precariedade de acessos e visibilidade. O crescimento do índice de pessoas longevas no Brasil, se efetua ao lado da diminuição do número de crianças também no grupo familiar. Este fator pode ser considerado uma crise tanto do trabalho do cuidado aos idosos, como ainda na dinâmica saudável nestes lares. Começando pelos conflitos causados pela sobrecarga que envolve a tutela do idoso em uma residência, além da desresponsabilização do Estado ao dispor em uma normativa legal, a designação da família como responsável primário na garantia dos cuidados e apoio ao indivíduo idoso, sem o amparo suficiente dos órgãos governamentais para execução desta atribuição.

Assim, é importante o destaque que este mesmo texto coloca, de que a velhice é um resultado da vida social: a terceira idade para um homem rico, não será a mesma para um operário. Nessa ótica, os dados anteriores à pandemia, apontavam para o crescimento do envelhecimento ativo enquanto expressão da atuação mais evidente do idoso tanto em sua autonomia de ser reinserido no mercado de trabalho, como ainda de representar a principal referência da família (aquela que arca com as despesas do lar). No entanto, com a chegada de tal calamidade pública e sanitária, o período pandêmico configurou como um marco no alto

índice de abandono de idosos no país, aumentando ainda mais o isolamento social destes indivíduos. A violência contra o idoso foi outro fator agravado por este contexto. Junto a isso, o preconceito e discriminações sociais à terceira idade e suas demandas negligenciadas pelo Estado, permanece sendo alarmante. Dentre a rica descrição do que se configura enquanto “abandono”, podemos destacar, conforme o texto, a seguinte definição: trata-se de uma experiência individual, afetiva, emocional, que gera sofrimento.

O tripé da Seguridade Social garante, ainda que parcialmente, a execução da viabilização de direitos mínimos para àqueles que acessam direitos mínimos. O artigo “Pensando a velhice no Brasil: um breve histórico de lutas pela promulgação dos direitos dos idosos brasileiros” temos que a trajetória de direitos para o idoso foi repleta de lutas históricas, onde se tem um marco do ano de 1923 como o ano em que se iniciou a atenção estatal ao idoso, por meio da promulgação dos direitos sociais. A conquista do sistema previdenciário, além de significar o resultado das intensas reivindicações sociais, também implicou no Estado se apropriar da promulgação deste direito enquanto um forte mecanismo para o controle da ordem social no país. Foi extenso o período sem políticas que contemplassem toda assistência que a terceira idade necessita para sobreviver em sociedade.

Sobre a Constituição de 1988, a mesma determinou um grande passo para que o trato à pessoa idosa passasse a ser promovido enquanto direito e não mais à mercê da solidariedade da sociedade civil. Além disso, também, se concretizou mais a ampliação de direitos que promovam a autonomia e proteção destes indivíduos, se estendendo a responsabilidade do cuidado a estes, como obrigação da Família, sociedade e Estado. Importante o destaque descrito pelo texto, de que é obrigação do Estado garantir todo suporte necessário ao idoso, quando a família e este não apresentarem condições de executar estas necessidades. Diante disso, apesar de tantos avanços, a posição mais ocupada pelo idoso está condicionada em dois polos: quando este obtém condições para consumo; ou quando este não apresenta esta realidade, sendo recorrente que a sua sobrevivência depende diretamente do acesso e oferta de políticas públicas. O texto enumera diversas normativas adicionais de proteção ao idoso, que acaba representando um constante esforço dos veículos municipais e estaduais em proteger ainda mais este grupo.

Nesse sentido, o texto “A violência contra o idoso em tempos de pandemia” expõe dados recentes sobre a violência contra o idoso, onde relata que em 2020, cerca de 3 mil denúncias em relação a violência contra o idoso, foi relatado no Brasil, sendo 47% dos agressores, filhos do indivíduo violentado. Foi descrito ao longo do artigo, a contextualização crítica acerca da violência contra o idoso, sendo centralizado como se deu esta realidade durante a pandemia da covid-19. A violência implica sempre em relações de poder, seja aquela estrutural, como no

caso da velhice, onde a desigualdade social manifesta e sustenta o isolamento social deste cidadão, ou a violência física, mais recorrente no meio familiar, junto à violência psicológica, expressa por meio do desprezo e discriminação; há também a violência patrimonial e financeira, da qual se dá por meio da usurpação dos bens materiais do idosos. O envelhecimento, por ser uma expressão da questão social, acaba também evidenciando que a sociedade capitalista não está disposta a atribuir valor à velhice. Na pandemia, vimos que este é também um contexto que é social, haja vista que durante este período de calamidade pública, os idosos foram hostilizados, desprezados, humilhados, descartados da prioridade sanitária e pública.

O artigo “A contribuição do serviço social no âmbito da extensão universitária: uma experiência com idosos de uma universidade de terceira idade durante a pandemia de covid-19” enfatiza a relevância da visibilidade do idoso a partir do acesso deste indivíduo à educação. As idosas mulheres continuam representando o maior número no aumento da população longeva no Brasil. O Serviço Social representa um importante mecanismo de análise do processo de envelhecimento pois esta profissão entende este enquanto produto histórico do modo de produção das relações sociais e de mercado, ele é heterogêneo, ou seja, determinado por múltiplas complexidades.

Salienta esse autor, a importância de se trabalhar o fenômeno de envelhecer nas universidades, uma vez que este seria um passo significativo para colocar ainda mais em cena a questão do idoso na sociedade, por meio dos Projetos universitários de extensão. A criação das universidades para a Terceira idade, como a criada no Rio de Janeiro desde 1993, representa a execução desta ideia, onde a inclusão da pessoa idosa como ativa também na produção de conhecimento, mostra-se muito equipada para garantir a permanência deste indivíduos no ensino superior, garantindo serviços de atendimento para as demandas deste público para além do estudo.

É destacado que dentre os alunos desta instituição, cerca de mais de 80% são mulheres com maioria delas nunca ter acessado oportunidades para uma graduação. Acerca do texto “A extensão e as novas estratégias do Serviço Social para os idosos em isolamento social” temos que é ofertado um Curso para Idosos, onde se é partilhado palestras de conscientização e debate sobre os direitos e cotidiano da pessoa idosa. Com a pandemia, houve a suspensão das atividades presenciais para este público, o que trouxe à tona a necessidade de se elaborar novas estratégias de vínculo destes indivíduos com a instituição. Assim, a equipe que rege este grupo de curso, buscou se respaldar no Estatuto do idoso para garantia de acesso à educação com qualidade, além de assegurar que os idosos não deixassem de serem assistidos mesmo na pandemia. O foco principal destas atividades, seria a estratégia de acompanhamento social, que

busca atender às demandas de nossos usuários, com informação e educação para inclusão social, já que muitos deles, não sabem ou não tem contato com a internet, por exemplo.

Dentro deste âmbito de proteção, é hegemônico nestes materiais a relevância de mudanças emergentes acerca da necessária visibilidade do idoso na sociedade. É sob este argumento que o texto “A contribuição do serviço social no âmbito da extensão universitária: uma experiência com idosos de uma universidade de terceira idade durante a pandemia de covid-19” pautava que o Serviço Social representa um importante mecanismo de análise do processo de envelhecimento pois esta profissão entende este enquanto produto histórico do modo de produção das relações sociais e de mercado, ele é heterogêneo, ou seja, determinado por múltiplas complexidades que vão além dos fatores biológicos.

Podemos inferir que o histórico do Serviço Social reforça mais ainda a necessidade deste compromisso ético-político com a classe trabalhadora. No documento “Serviço Social e direitos humanos para a velhice” temos que o assistencialismo, empenhado pela profissão, em atuação direta nas camadas mais pobres do país, por meio da filantropia e políticas higienistas. Naquele momento, a profissão representava um agente principal para atuar com esta realidade, atendendo sempre os interesses do mercado. Com o tempo, o Serviço Social foi ganhando mais autonomia operativa e ideológica, sustentadas pela garantia de direitos humanos, conquistada e descrita na Constituição Federal, e também pela etapa histórica do “Movimento de Reconceituação” que atuou na mudança significativa na atuação e formação profissional, estabelecendo um Projeto Ético-Político crítico que busca atender os interesses da classe trabalhadora. Trazendo uma contextualização, foi no período de ditadura-militar no Brasil (1964-1985), que o Estado passou a requisitar dos profissionais Assistentes Sociais, parâmetros de atuação tecnicista e modernizador de tal forma que estes trabalhadores, enquanto categoria da profissão, passaram a questionar as contradições postas em seu trabalho profissional. Assim, o Serviço Social passa a adotar o marxismo como norteador do desenvolvimento da categoria que, após alguns anos, criou-se a partir do método histórico-dialético de Marx, o seu Projeto Ético-Político do qual implica:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5, *apud* Teixeira e Braz, p.6).

Ainda sobre o artigo “A contribuição do serviço social no âmbito da extensão universitária: uma experiência com idosos de uma universidade de terceira idade durante a pandemia de covid-19”, é elencado que, em função deste histórico e do fato de que a velhice

para os mais pobres pode implicar na extensão do tempo de vida com precariedades, pode-se considerar que a questão da terceira idade, deve ser objeto de trabalho do assistente social, pois este também implica uma expressão da questão social. Temos que para a mulher negra e idosa, este pode ser um contexto ainda mais acirrado, quando analisando a velhice para a mulher negra, uma vez posto as inúmeras discriminações que estão presentes até mesmo no mercado de trabalho, e com aposentadorias muito precárias.

É sobre o cenário pandêmico que se fomentou não apenas o risco de vida, mas também a tensão e expectativas que podem afetar a saúde mental. Em “Cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar no contexto de pandemia de covid-19 na cidade do Rio de Janeiro” relata que, para as famílias mais pobres do país, o medo em relação ao limites impostos para as condições de se permanecer com os cuidados de longa duração do familiar idoso, uma vez que a situação de pobreza configurou para a classe trabalhadora, mais risco de contaminação, pois direito de isolamento não foi condicionado para maioria daqueles que sobrevivem do trabalho explorado. O histórico da divisão sexual do trabalho, empenhou impactos sobre a situação das mulheres neste cenário de calamidade pública, uma vez que a construção social de naturalização da mulher ser a mais apta para o trabalho do cuidado, significou uma sobrecarga ainda maior para estas cidadãs, posto que, além do contexto de sobrecarga desta cidadã com a manutenção da casa em função das demandas de ordem sanitária, o cuidado para com o idoso familiar, automaticamente se direcionada como responsabilidade da mulher.

Ainda, é destacado o argumento de que há uma normativa legal brasileira, que designa como responsabilidade primária da família o cuidado de longa duração ao idoso, e que por isso, não considera que neste espaço ainda perdura relações de poder hierarquizadas (e aqui centralizado o modelo patriarcal), onde a mulher é quem irá executar a maioria senão todos os cuidados demandados nesta situação. Este também é um fato que desresponsabiliza o Estado no trato de amparo integral à pessoa idosa. Isso porque, durante a pandemia, o índice de desemprego aumentou, e para as mulheres da classe trabalhadora o que se observou foi uma sobrevida composta tanto pelo aumento do trabalho informal, como ainda pela alta exposição ao vírus neste contexto. Um quadro como este nos evidencia o quanto a sobrevivência da maior parte dos grupos familiares foi comprometida, haja vista que as mulheres pretas compõem a chefia de grande parte das famílias no Brasil. Além do trabalho do cuidado ainda ser empenhado majoritariamente por mulheres, elas contam também com o desmonte de seus direitos trabalhistas no mercado de trabalho, sendo as jornadas extensas e por vezes não remuneradas, baixos salários, e o alto risco de continuarem a permanecer na esfera laboral que representa a linha de frente da pandemia.

Acerca do envelhecimento para além do âmbito da patologia, temos que ele se expressa por meio de múltiplas determinações sociais. Pautando nisso, o texto “O envelhecimento da população com deficiência intelectual: algumas reflexões” podemos obter a informação de que a velhice para a pessoa com Deficiência Intelectual (DI) e do indivíduo sem esta condição, apresenta algumas limitações semelhantes como por exemplo a necessidade de diversos cuidados e estímulos, além dos casos de isolamento social. No entanto, o texto aponta que a pessoa com DI envelhece precocemente. Já em relação ao processo de longevidade humana, temos que este é um produto de diversas determinações heterogêneas, o que implica dizer que há inúmeras formas de envelhecer, posto ainda a condição de classe como parte atuante neste fenômeno.

O artigo “Conexões entre o trabalho social com idosos (as) e as políticas de proteção social: como pensar os envelhecimentos a partir das repercussões trazidas pela pandemia?” traz uma reflexão importante acerca da priorização da vida dos mais jovens, no contexto pandêmico, o que também concretizou intensamente a banalização da morte de idosos. No governo Temer houve diversas regressões que se estenderam no governo seguinte de Jair Bolsonaro, um evidente desmonte das políticas públicas, cenário este que antecedeu e já se instaurava quando começou a pandemia. O aumento significativo da população idosa, se deparou com uma conjuntura de calamidade pública, que foi a pandemia, fato que deixou o país ainda mais despreparado para dar conta de uma estrutura de serviços que atenda a alta demanda da terceira idade no país.

Não por acaso, o texto “Serviço Social e direitos humanos para a velhice” evidencia que é extremamente necessário o aumento da atenção ao idoso enquanto sujeito de direitos, fato que se tornou ainda mais urgente depois da pandemia da Covid-19. A autora relata a partir de sua experiência profissional no trato com a população idosa usuária do CRAS e o rico trabalho dela e de sua equipe com o Grupo de Convivência para a terceira idade. Com a pandemia, um dos maiores desafios foi manter a proteção social destes indivíduos agora longe do equipamento e das atividades acompanhadas regularmente. Ela ressalta que este foi um momento em que foi possível refletir e estudar os conhecimentos até então construídos e adquiridos durante essa relação de proteção e vínculo com estes usuários, assim, foi propiciado uma rica proposta de enfrentamento e resgate deste serviço para com este grupo. A ideia do projeto nomeado “Carinho em casa” trouxe a equipe que trabalhava com este Grupo de Convivência, até a porta residencial dos idosos, por meio de um carro móvel, sendo que este trabalho foi executado com todo cuidado sanitário tanto para a equipe quanto para os usuários.

É possível identificar a hegemônica concepção de que, uma vez que o idoso é considerado uma camada invisibilizada pelo capitalismo já que estes indivíduos não conseguem mais empenhar produtividade para o trabalho. Apesar dos avanços sanitários e tecnológicos, a extensão do número de pessoas idosas no país, caminha junto com o prolongamento do tempo de uma vida com precariedades para determinada classe na sociedade. Também é possível identificar a descrição crítica da relação da velhice com o trabalho e sobre como o envelhecimento pode ser determinado pela exploração, e outras expressões do que é estar inserido nesta sociedade, sendo um ser social. Como esta etapa da vida não ocorre igualmente para todos, temos ainda um Estado omissivo e com diversas lacunas na garantia de direitos e na oferta de políticas públicas. Na atuação da Assistência Social, vemos a prevalência do assistencialismo, meritocracia e aplicação seletiva dos direitos básicos da população empobrecida, que vivem ainda às margens de um Estado que criminaliza a pobreza.

Os textos descrevem ainda uma linha histórica acerca do tratamento ao idoso ao redor do mundo e no Brasil. No que se refere ao contexto brasileiro, os artigos discutem sobre como o passado de construção das políticas públicas foi permeado por lutas sociais que impactaram na evolução de direitos mínimos para o país. A trajetória de direitos para o idoso foi repleta de lutas históricas, onde se tem um marco do ano de 1923 como o ano em que se iniciou a atenção estatal ao idoso, por meio da promulgação dos direitos sociais. A conquista do sistema previdenciário, além de significar o resultado das intensas reivindicações sociais, também implicou no Estado se apropriar da promulgação deste direito enquanto um forte mecanismo para o controle da ordem social no país. Foi extenso o período sem políticas que contemplassem toda assistência que a Terceira idade necessita para sobreviver em sociedade. A Constituição de 1988 determinou um grande passo para que o trato à pessoa idosa passasse a ser promovido enquanto direito e não mais à mercê da solidariedade da sociedade civil.

Além disso, os textos também destacam o quanto se concretizou mais a ampliação de direitos que promovam a autonomia e proteção destes indivíduos, se estendendo a responsabilidade do cuidado a estes, como obrigação da Família, sociedade e Estado. No geral, estes materiais buscaram ainda investigar como se deu determinados tratos com a pessoa idosa no Brasil, durante a pandemia da Covid-19. É enumerado por todos que este foi um período desafiador pois potencializou as desigualdades sociais já existentes no país. Na área da saúde, a calamidade pública se alastrou, o que acabou deixando mais evidente ainda os impactos do avanço das privatizações nos setores públicos. Na assistência social, já era realidade os cortes na oferta de direitos à população idosa, acentuando ainda mais a desproteção social e econômica vivenciada por estes indivíduos que acabam dependendo do apoio e cuidado de familiares ou

outros grupos. Na maioria destes textos, é desmistificado a ideia de que a pandemia trouxe uma grave crise econômica para o mundo, quando na verdade ela apenas potencializou a instabilidade do mercado, característica que é própria e cíclica do processo de acumulação capitalista. Assim, este decorrente agravamento das expressões da questão social, traz à tona a necessidade urgente de se reformular e intensificar os estudos e investimentos no setor de políticas públicas.

No conteúdo geral coletado na *Revista Temporalis*, das edições de 2014 a 2023, foram encontrados 7 artigos publicados acerca do tema: envelhecimento; velhice e idoso.

Em relação ao ano de 2014, os dois artigos encontrados foram publicados pela edição “SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES”. Os trabalhos apresentam as seguintes palavras-chave: Homossexualidade; Sexualidade; Velhice; Participação Social; Autonomia; Garantia de direitos, onde a palavra velhice é a que mais aparece nestes materiais. Sobre as regiões de onde se produziram estes textos, encontra-se somente registrado em um artigo, que é o estado do Rio Grande do Sul. Ambos seguiram esta mesma linha de análise crítica, onde se é defendido que é necessário avançar nos estudos que analisam o envelhecimento em suas múltiplas determinações, que apresentam diversas identidades, por meio da sexualidade, por exemplo.

O texto “Homossexualidade: Sexualidade no Envelhecimento” relata que o preconceito e discriminação da sexualidade na velhice, ainda se encontra evidente na sociedade, uma vez que com esta etapa biológica humana, a procriação se torna inviável, fazendo com que a atividade sexual perca sua legitimidade social. É importante ressaltar junto a isso, que a sexualidade pode se expressar também através da atenção afetiva e dentre outras formas de realização, para além do ato sexual em si. Com isso, o texto buscou interligar uma análise que contemplasse investigar como tem se dado a homossexualidade na terceira idade. A hipótese é de que em função da idade avançada já ter passado pela vida adulta e seus papéis sociais (e, conseqüentemente de gênero, posto a hegemonia imposição do modelo patriarcal na história das relações sociais), o idoso pode apresentar maior facilidade em viver e assumir sua sexualidade. No entanto, ainda sim, o envelhecimento está pautado na lógica da heteronormatividade, o que perdura impactos sobrepostos em uma estrutura social preconceituosa. O texto atribui o poder de consumo enquanto relação de poder, e que para um homossexual rico, torna-se muito mais aceitável socialmente sua sexualidade. É importante que cada vez mais se avance nos estudos e debates acerca do envelhecimento homossexual e seu

cotidiano pois assim, podemos preparar uma sociedade pronta e equiparada para acolher. Mais do que isso, outro fator não menos fundamental, é a garantia de uma velhice digna para aqueles que sobrevivem a esta realidade que reprime.

O artigo “A participação em espaços coletivos e a autonomia dos idosos” evidencia que o aumento da população idosa no Brasil, evidenciou a necessidade urgente de reformulação e investimento massivo em políticas públicas que comportem todas as demandas atuais e futuras deste contexto. As mudanças na composição familiar, omissão de fatores de risco para o idoso; violências físicas, psicológicas e verbais; caminham lado a lado com o crescimento deste público, nacionalmente. Historicamente, o Serviço Social pode servir de grande suporte para construção coletiva ou política acerca dessas reformas que precisam ser feitas. Considerando o nível de participação ativa na sociedade, devemos reforçar que, no que diz respeito à autonomia do sujeito, a educação representa uma base fundamental para ancorar uma conscientização e protagonismo da pessoa idosa. Além disso, à medida em que o idoso conquista ou preserva sua independência, ele também garante sua qualidade de vida.

Na edição “20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS” de 2017, foi encontrado um único material, nomeado “Significados da velhice para quem envelhece”, o artigo tem as seguintes palavras-chave: Velhice; Velho e PAI, sendo a palavra Velhice, a que mais aparece no documento. Nesta produção, é descrito os resultados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com quatorze pessoas com sessenta anos ou mais, aposentadas do serviço público estadual do Maranhão, que buscou investigar a multiplicidade do conceito do que é a velhice, e que seu significado é determinado por modos de vida, território e etc, assim, a apropriação do estudo desta diversidade, pode enriquecer o debate e assim capacitar intervenções mais coerentes com a realidade.

Nesse sentido, como a produção deste artigo deu-se na aplicação de pesquisa qualitativa que teve como instrumento uma entrevista aos usuários do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI), foi imprescindível desvendar a compreensão e consciência destes indivíduos em relação à velhice. Como resultado, alguns participantes demonstraram a reação de vergonha ao assumir a posição de velhice, outros declaram essa uma condição social da qual se orgulham. Já quando questionado se ele se considerava um idoso (a), outras foram as reações, das quais muitas expressavam orgulho e um status que demarcava honra e respeito. A solidão e isolamento podem significar ponte fácil para o desenvolvimento de debilidades mentais, ocasionando assim, a vivência perpassada pelos constantes cuidados paliativos da Terceira idade. Para alguns entrevistados, a aposentadoria, configura sinônimo de velhice, por exemplo.

Em relação à edição de “A construção de um projeto classista de educação e os desafios para o Serviço Social”, do ano de 2018, encontrou-se também um artigo nomeado “Envelhecimento e velhice: protagonismo, temporalidade e desafios”. O texto é fruto de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando-se da entrevista aberta, analisadas com o auxílio do software livre Iramuteq, a partir do Conselho Municipal do idoso, em cidades da região da Zona da Mata mineira. No conteúdo temático deste material identifica-se que, foi a partir da Constituição de 1988 que se deu início aos marcos históricos de afirmação dos direitos humanos da pessoa idosa, momento em que o Estado também passa a se inserir na esfera pública tratamentos exclusivos que em síntese, tenta regular o envelhecimento, o que acaba fortalecendo os estereótipos e preconceitos que vão desde o isolamento social, ataque à autonomia do idoso.

Além disso, a centralidade da responsabilização familiar em relação ao apoio e cuidados a este público, faz com que se perdue ainda mais o desconhecimento da população idosa, acerca de seus direitos e dispositivos legais pensados e atribuídos para sua proteção social. Posto que os fenômenos sociais são construídos coletivamente na forma de representações sociais, que edificam a objetivação de um saber comum, em que se pode emitir opiniões e mudanças com legitimidade da qual se é utilizada cotidianamente nas relações sociais. Por isso põe-se em evidência a importância de se estudar as diversas representações sociais do que é ser idoso. Se um indivíduo da terceira idade é pobre, por exemplo, esta pode ser uma fase carregada por julgamentos onde o status social de pobreza, é designado como culpa e incapacidade deste de não ter construído riquezas ao longo da vida.

De acordo com o texto: Realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando-se da entrevista aberta como técnica de coleta de dados. Os entrevistados, além de responderem, livremente a pergunta O que significa para o(a) senhor(a) o envelhecimento e a velhice, também responderam um questionário contendo informações a respeito de seu perfil socioeconômico, estrutura familiar, condições de saúde, religião, participação em grupos e redes sociais. Os resultados indicam, conforme a fala dos entrevistados, que o envelhecimento ativo depende também das iniciativas tomadas também pelo indivíduo, como por exemplo uma boa alimentação, fato este que se torna um desafio para aqueles que não apresentam condições econômicas para dar conta desta necessidade.

Na edição “Serviço Social e a Assistência Social: trajetórias e tendências” de 2020, a produção “O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico” foi a única a ser publicada em relação ao envelhecimento. Neste material é descrito as seguintes palavras-chave: Envelhecimento; Capitalismo; Sociabilidade, sendo a palavra

envelhecimento a mais recorrente. O texto fomenta que, por se tratar de uma sociedade capitalista, não faz parte deste sistema as necessidades humanas como referência e sim as demandas para a expansão do lucro. Partindo do pressuposto da pobreza ser intrínseca deste modo de sociabilidade, percebe-se que o processo de envelhecimento não consegue ser deslocado de sua totalidade social, que é determinada pelo modo de produção capitalista. Logo, a velhice deve ser analisada a partir de uma perspectiva crítica, onde podemos observar a ausência deste fator nos estudos de gerontologia do Estado, que preconiza a visão patológica e homogênea acerca do trato com o envelhecimento.

Por conseguinte, é possível de ser observada por meio da inviabilidade de metas e execução de determinadas políticas públicas pensadas para o idoso, haja vista que a elaboração destas não leva em conta todo o atendimento necessário para atender as demandas estruturais destes indivíduos. Além disso, o aumento do índice da população longeva, não tem se expressado em países periféricos, como a Nigéria, onde o retrocesso ou quase ínfimo crescimento deste dado, seja além de histórico, um fator sustentado pela pobreza contínua neste país. Em função de todos estes fatores, deve-se atribuir centralidade à temática de envelhecer enquanto expressão da questão social. A valoração da terceira idade a partir do consumo, não consegue dar conta de nivelar as desigualdades sociais que crescem na mesma medida que o aumento da população idosa.

Dessa forma, percebe-se a desresponsabilização do Estado em continuar sustentando normativas que priorizem a materialidade familiar e a solidariedade civil, enquanto mecanismos prioritários na oferta de apoios e cuidados para a velhice em todo o território brasileiro. Ainda que hoje permaneça a reinserção ao mercado de trabalho por parte de alguns idosos, a problematização da exploração de trabalho para com estes, continua escassa, mesmo com o número cada vez mais expansivo deste dado. O desmonte das políticas públicas que deveriam suprir as necessidades básicas do cidadão, acaba fortalecendo a mercantilização dos serviços de saúde, após isso, o artigo descreve os avanços e conquistas alcançados pela população idosa, bem como políticas públicas voltadas ao idoso.

Nos estudos em relação ao ano de 2021, na edição: Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, encontrou-se o seguinte artigo “Crise e questão social: rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos” , o qual obtém-se uma análise de conteúdo e apresenta as palavras-chave: Crise do capital; Crise sanitária; Questão social, Gerações, sendo a Questão social a que mais aparece no texto. O conteúdo central deste documento descreve que é composta por múltiplos determinantes a depender de uma dada sociabilidade da qual está inserido o indivíduo.

Em 2023, na edição de “Capitalismo dependente, trabalho e resistências populares”, também se registra um único material acerca do envelhecimento, nomeado por “A conjuntura pandêmica e a invisibilização das violências contra a pessoa idosa”. São apresentados os resultados de uma pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa a partir da base de dados do sistema de prontuário hospitalar (PAGU), investigando dados de 15 idosos que estiveram internados no HU. Apresenta-se ainda as seguintes palavras-chaves: Violência contra a Pessoa Idosa; Saúde da Pessoa Idosa; Envelhecimento; Pandemia, das quais a palavra pandemia, é a que mais predomina. O texto argumenta que, ao lado do crescimento da população idosa, também há o desafio de se combater o também aumento da violência contra este público. Tem-se que, durante a pandemia da Covid-19, os idosos se tornaram ainda mais vulneráveis com o isolamento social e comunitário, o que acabou implicando na concretização de espaços propícios à possíveis violências veladas nos ambientes familiares.

O artigo acima descrito, é fruto de um estudo que buscou analisar os dados de violências contra o idoso, notificadas entre os períodos de 2020 até março de 2021, no Hospital Universitário (HU) de Canoas/RS. Apresenta-se como pesquisa descritiva com abordagem mista, quanti-qualitativa. Os resultados indicaram que o acesso aos serviços para o tratamento pós-violência, muito se difere entre quem tem e não tem boas condições financeiras, e que por isso dependem do suporte público nesta situação. A necropolítica ganhou destaque também neste contexto, haja vista a banalização da vida, principalmente a do idoso que obteve sua existência totalmente subalternizada neste contexto em que se priorizavam salvar os mais jovens do risco de morte pela Covid-19. Dando continuidade sobre a pauta da violência, temos que existe a violência estrutural, física, psicológica, sexual, abandono, negligência, financeira, autonegligência, medicamentosa e emocional/social. O texto também aponta a maior adesão às instituições de longa permanência para idosos, já que a crise na dinâmica da família e os cuidados necessários com o idoso, tornam essa a decisão mais favorável para todos do grupo familiar.

Tendo isso em vista, é preciso pensar a intervenção do Serviço Social neste setor, posto a sua insuficiência em dar conta sozinho desta problemática, sendo necessário o trabalho interdisciplinar e multiprofissional. É de extrema importância que a sociedade rompa com a histórica exclusão da classe trabalhadora na ocupação de espaços de decisões políticas, pois só assim, é que conseguiremos dissipar os preconceitos e discriminações no âmbito do envelhecimento. Nestes altos índices de violência, se destaca com 60% a presença de mulheres que sofreram alto índice de violência intrafamiliar, já em relação às mulheres negras, mesmo

com a maioria de suas famílias chefiadas por mulheres, a criminalização e feminização da pobreza é fator de risco intenso contra sua sobrevivência diariamente.

Em suma, todos estes trabalhos analisados na Revista *Temporalis*, foi possível identificar uma centralidade de análise da temática do envelhecimento, partindo do pressuposto da pobreza ser intrínseca deste modo de sociabilidade, percebe-se que o processo de envelhecimento não consegue ser deslocado de sua totalidade social, que é determinada pelo modo de produção capitalista. Logo, a velhice deve ser analisada a partir de uma perspectiva crítica, onde podemos observar a ausência deste fator nos estudos de gerontologia do Estado, que preconiza a visão patológica e homogênea acerca do trato com a velhice.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo saber aqui discutido e construído, está submetido às dinâmicas da realidade capitalista, que impõe cotidianamente, novas configurações, reatualizações e conservadorismo. Por isso, é imprescindível o comprometimento com a dimensão investigativa que busca no real concreto e nos processos histórico-dialéticos, o entendimento da conjuntura vigente de cada expressão da questão social. É com esse objetivo que se pode potencializar novas estratégias que atendam os interesses da classe trabalhadora, inserida em tal sistema.

O trabalho explorado é categoria imprescindível no capitalismo que, para a garantia da acumulação do lucro, renova bases de exploração e alienação na sociedade. A divisão sexual do trabalho, conforme abordada nesta produção, é quem vai fortalecer as relações de poder em todos os âmbitos sociais, de tal modo que a mulher está submetida a fazer parte da camada mais explorada no mundo. Vimos que o trabalho do cuidado ainda faz parte deste contexto de naturalização da exploração da mulher e seu corpo enquanto mecanismo de reprodução e manutenção da vida da classe trabalhadora. Há ainda o fato de que muitas mulheres se mostram sobrecarregadas com esta e outra função de trabalho, que precisa ser remunerada para garantir os mínimos para subsistência de seu núcleo familiar.

O passado político brasileiro nos indica que a afirmação gradativa dos direitos mínimos para a Terceira idade, deu-se em função de anos de lutas e mobilizações sociais contra os avanços do lucro na mesma proporção que a pobreza. O Estado, para garantir a ordem e contenção social neste momento de crise econômica, estabeleceu medidas interventivas que combatessem minimamente a ameaça da sobrevivência dos trabalhadores (para manutenção do modo de produção capitalista que é baseado na exploração). Por meio da criação do tripé Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência, é possível observar a evolução deste

contexto, uma vez que agora, junto a lógica capitalista, a proteção social executada por esta política, exerce importante contribuição para a população idosa que não apresenta autonomia financeira, ou apoio de outros, para sobreviver. No entanto, conforme referenciado no item 2.2 deste trabalho, ainda existem normativas estatais que estabelecem a desresponsabilização do Estado em garantir o apoio e cuidados para este público, transferindo esta enquanto uma obrigação primordial da família. Outra problemática dentro disso, é que o Estado também não oferta amparo efetivo para que estes núcleos familiares consigam dar conta desta atividade.

Partindo da atribuição do método crítico de Marx, em que se busca investigar o objeto de estudo, a partir de sua totalidade concreta, temos que o envelhecimento apresenta múltiplas determinações, que não obtém somente o fator biológico como principal causa e expressão deste fenômeno. Os estudos aqui apresentados demonstram que a condição de classe, infere direta influência no desenvolvimento desigual da velhice no Brasil e ao redor do mundo. Para alguns, existe a possibilidade de viver a velhice como uma fase em que se deve “desfrutar” das riquezas acumuladas durante sua vida. Já a grande maioria da população brasileira, não vivencia este cenário, sendo praticamente estabelecido que a longevidade para o idoso da classe trabalhadora, significa a extensão do tempo de uma sobrevida precarizada e invisibilizada pela sociedade e Estado.

Paralelamente, nos materiais analisados pelos Anais de Apresentações orais do ENPESS 2018/2022 e das edições de 2014 a 2023, da Revista *Temporalis*, constata-se essa mesma realidade apresentada. Mesmo com um panorama geral acerca do envelhecimento, a perspectiva crítica destes artigos analisados, permite identificar uma série de fatores que evidenciam a velhice enquanto uma expressão da questão social. A desigualdade de gênero, precário acesso à qualidade de vida, e a desresponsabilização do Estado ao priorizar o amparo ao idoso como obrigação prioritária da família. No entanto, conforme referenciam esses estudos, a realidade dos idosos da classe trabalhadora, é a emergência de acesso às políticas sociais para a garantia de uma qualidade de vida, uma vez que o núcleo familiar destes indivíduos, não apresenta condições mínimas para a proteção integral destes membros.

Outro ponto importante abordado pela maioria dos autores dos materiais analisados no capítulo III, é que a pandemia da Covid-19 não trouxe consigo a crise econômica que alastrou as políticas públicas do Brasil. O que ocorreu, segundo estes textos, foi o agravamento de uma instabilidade econômica e social que já vinha atuando no país, mesmo antes deste contexto. Com este período de calamidade pública, o idoso, dependente dos serviços de saúde, políticas sociais e etc, viu-se isolado e desamparado pelo Estado, uma vez que era prioridade resguardar a vida de jovens mediante à doença, em detrimento da população idosa.

Além disso, a partir das considerações deste trabalho, verifica-se que o padrão heteronormativo junto ao racismo estrutural, fortalece junto ao capital, a feminização da pobreza, principalmente para as famílias chefiadas por mulheres, e em majoritária estatística, por cidadãs negras.

Vimos que a autora Carolina Maria de Jesus descreve nas entrelinhas de seu livro “Quarto de despejo”, a feminização da pobreza, a exploração do trabalho e o racismo como parte de sua rotina de vida. Ainda que tenhamos avançado em direitos na via contra a desigualdade de gênero, o conteúdo desta obra supracitada denuncia um contexto que permanece sendo cotidiano para muitas companheiras. O fato do maior percentual de atendimento nos equipamentos de Assistência Social (CRAS e CREAS) ser protagonizado por mães solo, pode, por si só corroborar a necessidade alarmante de medidas combativas contra esta realidade de negligência estatal vivenciada por este público. A disposição de estudos que direcionam pesquisas de caráter crítico deste panorama, certamente viabilizariam rompimentos que podem contribuir para uma maior adesão, potencialidade e fortalecimento deste objetivo.

Apesar das vantagens postas pelos fatores biológicos já mencionados, a velhice para a mulher também pode implicar experiência de resistir, em meio aos ataques contra sua qualidade de vida, como o sexismo e suas várias formas de violência à exemplo da solidão da viuvez para a mulher. Toda consolidação desta estrutura de expropriações, segue assegurando um cotidiano de representação da longevidade feminina como também extensão do tempo de servidão desta ao sistema capitalista.

Mesmo na velhice, a idosa inserida nesta posição societária, ainda cumpre com designações naturalizadas da exploração doméstica. Apesar dos avanços sanitários, o crescimento da população idosa, permanece atrelado ao despreparo estatal em dar conta das demandas emergidas neste cenário, sem contar que, para a classe trabalhadora desta realidade, o emergente acesso às políticas sociais tem designado uma sobrevida de sujeições, especialmente a mulher idosa e negra.

Cabe aqui reforçar que, se construir uma sociabilidade mais igualitária for um norte primordial para a garantia de um mundo mais justo, com certeza buscar caminhos para mudança deste cenário de desigualdade de gênero apresentado até aqui, deve ser um alvo que merece atenção em escala global. Estudar os fatores que atravessam esta dinâmica, representa veículo potencializador de denúncia deste panorama. Investigar o envelhecimento feminino inserido no patriarcado, significa dar atenção a um quadro de impasses que concretizam a história de injustiças perpassada por este público até aqui.

Para o Serviço Social, este deve ser uma pauta primordial. Conforme descrito neste trabalho, não representa mais para a categoria hegemônica profissional, repetir seu passado histórico que banalizava e não atendia as demandas para uma vida digna e saudável da população usuária, do qual a escritora Carolina Maria de Jesus retrata em seu livro.

Além disso, as considerações de Botton et al. (2017) nos evidenciou a emergência de reformas nos programas de prevenção e atenção à saúde pública, posto que estes ainda estão associados aos estereótipos de gênero. Mesmo sendo o público mais presente nos serviços de saúde, as idosas ainda não obtém o amparo de uma proteção integral do Estado às suas demandas.

Em síntese, foi possível observar, a partir deste trabalho que, a fase da velhice para a mulher da classe trabalhadora e, especialmente para a maioria das mulheres pretas, segue sendo caracterizada pela exploração do trabalho, sendo esta majoritariamente composta pelo trabalho doméstico e gratuito realizados em suas residências, ao mesmo tempo que seus poucos recursos econômicos advindos de suas aposentadorias é fundamental na composição da renda da família, acresce-se a isso a sobrecarga do cuidado da manutenção da casa e/ou para com os membros dependentes de cuidado, da família e a solidão da viuvez ou abandono do genitor de seu núcleo.

#### **ANEXOS – TABELA ELABORADA PARA COLETA DOS MATERIAIS DO ENPESS 2018/2022 E REVISTA TEMPORALIS 2014-2023**

<b>Tabela xx: ENPESS (ano) / Revista Temporalis</b>				
Quantos trabalhos publicados?			x	
Quantos sobre envelhecimento?			x	
Título	Região	Conteúdo Temático	Tipo de trabalho	Palavras-chave

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEAUVOIR, S. **A velhice**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BERGER, B, C, M; SILVA, R, P. **PROTEÇÃO SOCIAL AOS IDOSOS VÍTIMAS DE ABANDONO FAMILIAR: breve resgate do contexto brasileiro**. “Questão Social,

Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”. Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social. Sub-eixo: Envelhecimento. XVIII ENPESS. 2022.

BOTTON et al. **Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias**. Mudanças – Psicologia da Saúde, 25 (1), Jan.-Jun. 2017.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Recuperado de [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) ]

BRASIL. **Estatuto do Idoso, Lei nº 10741, de 1º outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 23 de setembro de 2003.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2005.

BROCHIER, K, R. B., & CAPAVERDE, B, L. (2014). **A PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS COLETIVOS E A AUTONOMIA DOS IDOSOS**. *Temporalis*, 14(28), 151–171. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p151-171>

CASTILHO, C, G, G; NUNES, L, M, I. **Racismo e Envelhecimento da Mulher negra no contexto das desigualdades sociais no Brasil: Trabalho Alienado, Destruição da natureza e crise de hegemonia : Consciência de classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie**. Maranhão, 16 nov. 2021.

CASTAMANN et al. **O processo de envelhecimento na sociedade capitalista e sua relação com a política para pessoa idosa no brasil. “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**. Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social. Sub-eixo: Envelhecimento. VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. 2022.

CISNE, A, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil – 2013**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA et al. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca : UNESP-FCHS ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2017.

COSTA, G, R. **A apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. Orientador: Elaine Rossetti Behring. 2019. 292 p. Tese doutorado (Doutorado, Serviço Social) - UERJ, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, G. R. **A apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.

COSTA et al. **A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: uma análise feminista, antirracista e anticapitalista.** *Revistas de Políticas Públicas.* 2021.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes.** 2. ed., 2000.

DESACATO. **Ação sindical em conjuntura de guerra.** Por José Álvaro Cardoso. Disponível em: <https://desacato.info/acao-sindical-em-conjuntura-de-guerra-por-jose-alvaro-cardoso/>. Acesso em: 20/11/2023.

DIAS, J; SAMPAIO, G, V. **"Tribunal Superior Eleitoral Estudos Eleitorais"**, Volume 6, Número 3, set./dez. 2011.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, G, C. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros.** 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no Serviço Social.** Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, "Capacitação em Serviço Social e Política Social", Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Grupo Temático de Pesquisa da Abepss: Serviço Social, Geração e Classes Sociais. SCHERER, G. A., et al. 2021. **CRISE E QUESTÃO SOCIAL: REBATIMENTOS PARA INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E ENVELHECIMENTOS.** *Temporalis*, 21(42), 320–334. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p320-334>

HADDAD, E, G, de M. **A ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez, 2016. Em especial a Introdução e o capítulo 1\_\_\_. O contexto neoliberal e suas refrações na questão do envelhecimento.

HIRATA, H *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 2ª ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]:CELATS, 1983.

- JESUS, C, de M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus; 10. ed.- São Paulo : Ática, 2014. 200p. : il.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUIZ, K. *et al.* (2018) **ENVELHECIMENTO E VELHICE: PROTAGONISMO, TEMPORALIDADE E DESAFIOS**. *Temporalis*, 18(35), 289–304. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p289-304>
- LIMA, A. *et al.* (2014). **HOMOSSEXUALIDADE: SEXUALIDADE NO ENVELHECIMENTO**. *Temporalis*, 14(28), 221–239. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p221-23>.
- LOCATELLI & ÂNGELA (2023). **A CONJUNTURA PANDÊMICA E A INVISIBILIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A PESSOA IDOSA** . *Temporalis*, 23(45), 325–342. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p325-342>
- LOCATELLI & ÂNGELA (2023). **A CONJUNTURA PANDÊMICA E A INVISIBILIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A PESSOA IDOSA** . *Temporalis*, 23(45), 325–342. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p325-342>
- LONE; TORRES. **PENSANDO A VELHICE NO BRASIL: um breve histórico de lutas pela promulgação dos direitos dos idosos brasileiros**. “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora” Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social Sub-eixo: Envelhecimento. XVIII ENPESS. 2022.
- MARTINS, J, S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004;
- MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", Tomo I, Volumes 1 e 2, 1983.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATOS, M. I. S. DE; PEREIRA, B. S. B. **Prontuários femininos do Sanatório Pinel/SP (1929-1944)**. *Estudos feministas*, v. 30, n. 1, 2022.
- MATOS; OLIVEIRA; DOMINGUES. **Políticas públicas não-idadistas: o Mapa Mínimo de Relações do Idoso (MMRI) como ferramenta de suporte para diagnóstico e elaboração**. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, Viçosa, v. 34, n. 2, p. 01-24, 2023.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade?**. *Cad. Saúde Pública* , São Paulo, v. 9, n. 3, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. - 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, I, C. **Mulheres negras idosas: a invisibilidade da violência doméstica**. 2016. 146 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, F, R, J. **CONEXÕES ENTRE O TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS (AS) E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: como pensar os envelhecimentos a partir das repercussões trazidas pela pandemia?**. “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”- Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social. Sub-eixo: Envelhecimento. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. 2022.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, I. S. **CUIDADOS DE LONGA DURAÇÃO DE IDOSOS EM ÂMBITO FAMILIAR NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00380.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

OXFAM. **Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Oxford Committe for Famine Relief, janeiro de 2020. Publicado por Oxfam GB para a Oxfam Internacional. ISBN 978-1-78748-541-9. DOI: 10.21201/2020.5419

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (Brasil). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. 2005, 60p.:il.

PATRIOTA, L. M. et al. **A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO EM TEMPOS DE PANDEMIA**. Em: **Ciências sociais aplicadas: a sociedade em sua integralidade**. [s.l.] Editora Conhecimento Livre, 2021.

RENATA, J.; DE OLIVEIRA, F. **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”** Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social Sub-eixo: Envelhecimento **CONEXÕES ENTRE O TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS (AS) E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: como pensar os envelhecimentos a partir das repercussões trazidas pela pandemia?** Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00075.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SANTOS & NASCIMENTO (2020). **O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ENTRE O SOCIAL E O ECONÔMICO**. *Temporalis*, 20(39), 163–176. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p163-176>

SANTOS et al. **SAÚDE DOS HOMENS NAS PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**, 2017.

SILVA, R, F. **ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA, SAÚDE E CONTRARREFORMAS: uma análise a partir do governo Bolsonaro e os impactos para a pessoa idosa no Brasil**. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11 a 13 de outubro de 2022.

SILVA, A, B, A. **O/A IDOSO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Belém do Pará**. “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora” Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social. Sub-eixo: Envelhecimento. XVIII ENPESS. 2022.

RABELO, D. F *et al.* (2018). **Racismo e envelhecimento da população negra**. Revista Kairós-Gerontologia, 21(3), 193-215. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 12, n. 2, p. 94-107, julho-Dezembro, 2020 - ISSN 2175-5027

RIOTO et al. **MORAR 60 MAIS: Revolucionando a moradia em face da longevidade**. São Paulo: 2021. 520.p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (B) - P. 11-40

SANTOS, M, S; DO NASCIMENTO, M, B. **O Envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico**. Temporalis, Brasília, ano 2020, n. 39, p. 163-176, 4 nov. 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (B) - P. 11-40

SAMPAIO, F.P. **INDÍGENAS MULHERES ENTRE COLONIALISMOS E RESISTÊNCIA DE LONGA DURAÇÃO – SÉCULOS XX E XXI**. 2019, Dourados - MS.

SILVA, J. **Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos**. Jornal da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SPYER; MALHEIROS; ORTIZ; PAREDES: **Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear**. Epistemologias do Sul, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

TEIXEIRA, D, B, S. **Atenção à saúde do homem: análise da sua resistência na procura dos serviços de saúde**. Revista Cubana de Enfermería, [S.l.], v. 32, n. 4, dic. 2016. ISSN 1561-2961. Disponível em: <<https://revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/985/209>>. Acesso em: 24/01/2024.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA; BRAZ. **O projeto ético político do Serviço Social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.